



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de letras

Rosane Fernandes Lira

Vem com manual de instruções? uma análise lingüístico-discursiva de dois manuais de puericultura

Rio de Janeiro
2009

Rosane Fernandes Lira

Vem com manual de instruções? uma análise lingüístico-discursiva de manuais de puericultura

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Lingüística.

Rio de Janeiro
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

L768 Lira, Rosane Fernandes.
Vem com manual de instruções ? uma análise lingüístico-discursiva de dois manuais de puericultura / Rosane Fernandes Lira. – 2009.
185 f. : il.

Orientadora: Maria del Carmen Fátima González Daher
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Crianças – Cuidado e tratamento – Manuais, guias, etc. – Teses. 3. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. I. Daher, Maria del Carmen Fátima González. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

Rosane Fernandes Lira

Vem com manual de instruções? um análise lingüístico-discursiva de dois manuais de puericultura

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Lingüística.

Aprovado em 30 de setembro de 2009.

Banca examinadora:

Prof^ª Dra. Del Carmen Daher (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^ª Dra. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna
Instituto de Letras da UERJ

Prof^ª Dra. Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro
2009

DEDICATÓRIA

À minha amada Sophie Lira de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Del Carmen Daher pela orientação atenta, precisa, e amiga. Pela paciência, pelos conselhos e pelos momentos de descontração. Meu respeito, minha admiração, e ternura, ficam também aqui registrados. Muito obrigada!

Às professoras Luciana Freitas e Vera Sant'anna, parte de um grupo que foi um verdadeiro achado. Suas leituras e apontamentos foram decisivos para o desenvolvimento dessa pesquisa. À professora Vera, presente em várias etapas dessa minha jornada, agradeço também por aceitar estar presente no momento da defesa. Sinceramente, obrigada.

Ao professor Décio Rocha, excelente professor e conselheiro, pelos ensinamentos, pelo pronto auxílio em todos os momentos que precisei.

À professora Magnólia B. B. do Nascimento, que gentilmente concordou em participar da defesa, contribuindo tanto para esta dissertação como para meu enriquecimento pessoal, com suas observações incisivas, e o estímulo para futuramente ampliar a pesquisa que aqui teve lugar.

Aos professores Ricardo Joseh Lima, Zinda Vasconcellos, Marina Augusto, Darcília Simões, Flávio Garcia, Helênio Fonseca e Gisele de Carvalho, cujas contribuições, extrapolando a sala de aula, proporcionaram novas reflexões e rumos, em relação à pesquisa e à profissão.

A todo o grupo dos Seminários Temáticos: pessoas dispostas a compartilhar, a ouvir, a opinar, a emprestar seus livros, a doar gratuitamente um pouco de si, de seus conhecimentos, no agradável espaço de trocas que ali teve e continua a ter lugar. Especialmente, à professora Dayala Vargens, pessoa muitíssimo prestativa e fonte de admiração e inspiração.

Ao professor Bruno Deusdará, que gentilmente me recebeu como sua estagiária, e de cujas aulas saí mais enriquecida e com a certeza de ter feito também mais um amigo.

Aos amigos de vários entrelugares Jane Sousa, Augusta Avalle, Ana Paula Moreira, Fábio Sampaio, Guilherme Nery, Jacqueline Nery e Meichelle Candido, por seu incentivo, parceria e, fruto de tudo isso, sua amizade.

Às amigas Aline Muger, Diane Sergio e Patrícia Peçanha, pela compreensão, apoio, e por seus toques delicados no que hoje eu sou, tenho, faço e represento.

Aos queridos Marcelo Cravero, Goreti Maia, Nina e Mariana Reichert, Luciana Souza, Cléo Carrero, Sarah Elisa, Michelle Marques, Denise Ricardo, Rogério Torres, Mônica Thevénard e todas as pessoas maravilhosas que conheci ao me envolver no delicioso mundo das Blythes: graças a vocês, os momentos mais difíceis dessa pesquisa tornaram-se muito mais leves.

À minha mãe, minha irmã e sobrinhos: um grupo pequeno, mas sempre presente e incentivador.

Ao amigo e companheiro Marcello de Oliveira Pinto, para o qual não são necessárias mais palavras nem agradecimentos: é a maior parte de tudo que importa (e já sabe disso).

Finalmente, menciono uma vez mais minha linda filha Sophie, um ser tão pequeno e já tão inspirador. Tem sido um prazer aprender, crescer e compreender o mundo, todos os dias, juntamente com você.

...estamos todos nós
cheios de vozes
que o mais das vezes
mal cabem em nossa voz...
é um tumulto, um alarido:
basta apurar o ouvido.

Ferreira Gullar

RESUMO

LIRA, Rosane Fernandes. *Vem com manual de instruções? uma análise lingüístico-discursiva de manuais de puericultura*. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Nossa dissertação objetiva compreender o que manuais de puericultura podem evidenciar a respeito da configuração da sociedade, ao longo dos tempos. O eixo central das discussões dessa pesquisa considera a noção de práticas discursivas, proposta por Maingueneau (1997, 2005, 2008), segundo a qual todos os planos do discurso estão integrados estão ligados às práticas sociais. Os manuais de puericultura que constituem nosso estudo são: *A vida do bebê*, de autoria do pediatra brasileiro Dr. Rinaldo De Lamare (1950, 7ª edição; 2002, 41ª edição) e *Bebê: manual do proprietário*, do pediatra norte-americano Dr. Louis Borgenicht e seu filho Joe Borgenichth (2005, 1ª edição), traduzido para o português por Maria Alayde Carvalho. Nosso *corpus* é composto pelas capas, contracapas, sumários e introduções dos referidos livros. Com base na relação entre diferentes planos do discurso, buscamos verificar a constituição e os discursos que perpassam cada exemplar, priorizando a aplicabilidade da noção de práticas discursivas. As conclusões apontaram à identificação de diferentes práticas, formações e comunidades discursivas, relacionadas a cada manual.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Puericultura. Manuais. Práticas discursivas.

ABSTRACT

Our dissertation aims to understand what puericulture manuals may indicate of the society configuration throughout time. The core of this research is the concept of discursive practices as proposed by Maingueneau (1997, 2005, 2008) who suggests all discursive levels are integrated to social practices. Our study focus on the following books: *A vida do bebê*, by the brazilian pediatrician Dr. Rinaldo De Lamare (1950, 7th edition; 2002, 41st edition) and *Bebê: manual do proprietário*, by the North-American pediatrician Dr. Louis Borgenitch and his son Joe Borgenitch (2005, 1st edition), translated to Portuguese by Maria Alayde Carvalho. Our corpus is composed by the covers, summaries and the introductions of the before mentioned publications. Based on the relationship between diverse discourse levels, we tried to verify their constitution and the discourses that pervade each publication, highlighting the applicability of the notion of discursive practices. The conclusions pointed towards the identification of different discursive practices, discursive formations and communities related to each manual.

Key words: Discourse analyses. Puericulture. Manuals. Discursive practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Fotografia de roupa de bebê. “Instruções de uso. Dormindo... Silêncio! Bravo... Quero papá! Feliz... Estou no colo da minha madrinha!” | 62 |
| Figura 2: Imagem alterada por computador. Bebê com controle de “liga” (<i>On</i>), “desliga” (<i>Off</i>), “pipi” (urinar), “caca” (defecar) e “dodo mode” (talvez “dodói”, em português, ou “dormir” em francês) “HAreu” | 63 |
| Figura 3: Fotografia de roupa de bebê da grife Mama Mia. “Manual de instruções não incluído” | 64 |
| Figura 4: Fotografia de roupa de bebê. “Feito no Brasil” | 65 |
| Figura 5: Ilustração. “É... P-por acaso ele não vem com um manual de instruções?” | 66 |
| Figura 6: História em quadrinhos. <i>Babycakes</i> . | 71 |
| Figura 7: História em quadrinhos. <i>Babycakes</i> | 72 |
| Figura 8: Ilustração. Capa | 77 |
| Figura 9: Ilustração. “Secando o bebê” | 78 |
| Figura 10: Ilustração. “Amamentando o bebê” | 79 |
| Figura 11: Ilustração. “A roda da responsabilidade” | 80 |
| Figura 12: Ilustração. Capa | 112 |
| Figura 13: Ilustração. Capa | 115 |
| Figura 14: Ilustração. Capa. | 138 |
| Figura 15: Ilustração. Contracapa. | 141 |
| Figura 16: Ilustração. “Lista de peças do bebê”. | 150 |
| Figura 17: Ilustração. “Parabéns, você ganhou seu bebê!”. | 156 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 18: Ilustração. “Saúde para o bebê”. | 178 |
| Figura 19: Ilustração. <i>The Baby Owner’s Starter Kit</i> | 179 |
| Figura 20: Ilustração. <i>The Baby Owner’s Starter Kit</i> | 180 |
| Figura 21: Ilustração. As partes que compõem o kit | 181 |
| Figura 22: Fotografia. Bebê Reborn. | 182 |
| Figura 23: Fotografia. Bebê Reborn. | 183 |
| Figura 24: Ilustração. <i>A virgem com o menino</i> | 184 |

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1: CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SURGIMENTO DOS DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA | 18 |
| 1.1. O surgimento da infância | 18 |
| 1.1.1. <u>A infância na Idade Média</u> | 21 |
| 1.1.2. <u>A infância e a possibilidade da vida</u> | 24 |
| 1.1.3. <u>O controle da infância</u> | 29 |
| 1.1.4. <u>A infância européia</u> | 34 |
| 1.1.5. <u>A infância brasileira</u> | 36 |
| 1.2. A civilidade nos discursos sobre a infância | 43 |
| 1.3. A civilidade por meio dos manuais | 49 |
| 1.4. As concepções de Puericultura | 53 |
| CAPÍTULO 2: SOCIEDADE E DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA NA ATUALIDADE | 60 |
| CAPÍTULO 3: PERCURSO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 83 |
| CAPÍTULO 4: PERSPECTIVAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE – QUADRO TEÓRICO | 89 |
| CAPÍTULO 5: DUAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO – ANÁLISE | 110 |
| 5.1. Uma análise enunciativa | 110 |
| 5.2. <i>A vida do bebê</i> | 111 |
| <u>5.2.1. A capa</u> | 111 |

| | |
|--------------------------------------------|-----|
| <u>5.2.2. O sumário</u> | 117 |
| <u>5.2.3. A introdução</u> | 118 |
| 5.3. O Bebê: Manual do proprietário | 135 |
| <u>5.3.1. A capa</u> | 137 |
| <u>5.3.2. A contra capa</u> | 140 |
| <u>5.3.3. O sumário</u> | 146 |
| <u>5.3.4. A introdução</u> | 155 |
| 5.4. As considerações parciais | 163 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| REFERÊNCIAS | 170 |
| ANEXO A | 178 |
| ANEXO B | 179 |
| ANEXO C | 180 |
| ANEXO D | 181 |
| ANEXO E | 182 |
| ANEXO F | 183 |
| ANEXO G | 184 |

INTRODUÇÃO

A entrada de um recém-nascido no convívio familiar é marcada por um período de adaptação que quase sempre é traumático: a maioria dos pais tem muitas dúvidas a respeito dos cuidados com seus filhos e, frente à ausência de uma comunicação verbal com seus bebês, é certamente difícil encontrar alguma mãe ou pai que não tenha se angustiado no momento em que seu primeiro bebê finalmente foi entregue em seus braços: como segurá-lo? Por que está chorando? Fome? Fraldas sujas? Cólicas? Como ensiná-lo a dormir?

Durante muito tempo, a tradição passada através dos ensinamentos das mães às suas filhas foi a única forma de que dispunham as mulheres para aprender a lidar com seus bebês. Atualmente, contudo, mesmo que as mulheres grávidas não possam ou não desejem contar com a aprendizagem junto às outras mulheres, suas parentas, as famílias recém aumentadas pela chegada do bebê contam com muitos tipos diferentes de ajuda.

Uma delas tem sido a leitura de manuais de puericultura, que são livros de cunho didático, elaborados por especialistas, tratando dos cuidados necessários ao recém-nascido, orientando quanto à alimentação, vacinação, educação e desenvolvimento da criança até cerca de seu segundo ano de vida. Existe uma grande variedade desses títulos no mercado. E, além disso, os pais contemporâneos contam também com cursos específicos para gestantes, revistas impressas e virtuais, *sites*, *blogs* e fóruns de *internet*.

Podemos dizer que nosso interesse por tais livros teve sua origem mais distante no momento em que passamos pela experiência da gravidez, quando fomos presenteados com o *Bebê: manual do proprietário*. A partir daí, passamos a nos interessar pela leitura de manuais de puericultura, gênero que, até então, ignorávamos, tão distante estivera de nosso cotidiano.

Esse livro, escrito por Louis Borgenicht, que é pediatra, e por seu filho Joe Borgenicht, além de se intitular um “manual de instruções”, tratando da “invenção tecnológica” mais complexa já existente, o bebê; também possuía o formato, vocabulário e suas ilustrações, todos remetendo ao típico manual de instruções de objetos eletro-eletrônicos.

Quando este “manual” era manuseado por nossos amigos, provocava uma diversidade de reações: ora ele era motivo de surpresa divertida, ora as informações veiculadas por ele eram

desacreditadas e consideradas apenas humorísticas, ora as pessoas se mostravam ofendidas com alguns de seus enunciados, considerando-os de “mau-gosto”. Por nossa vez, começamos a refletir sobre esse impresso, pensando na estranheza ainda maior que poderia causar se fosse publicado séculos antes, quando parecia-nos uma leitura impensável, graças à mecanização da figura do bebê, ali proposta.

Não importando em qual grupo se encontrasse o amigo interpelado, quase sempre ouvíamos a respeito do manual do Dr. Rinaldo de Lamare, *A vida do bebê*, então em sua 41ª edição, como uma leitura indicada para pais “de primeira viagem”.

Esse livro, atualizado de tempos em tempos, é o mais tradicional livro de puericultura brasileiro, pois foi o primeiro do gênero a ser publicado aqui, e único a circular por muito tempo. Sua voz incontestável de autoridade alcançou um *status* canônico, quase bíblico, durante muitos anos, tendo permanecido como o paradigma, a grande referência, até os dias de hoje.

Iniciamos nossa busca por obter esse manual, que acabamos por comprar através de um leilão na *internet*, indo buscá-lo, contudo, pessoalmente, em local previamente combinado dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), local de trabalho do vendedor, que ali exercia a função de engenheiro. Nesse encontro, soubemos que o mesmo recebera seu exemplar de presente de sua mãe, que conhecera suas páginas por ocasião de sua própria maternidade. O livro, em excelente estado de conservação, quase como novo, tinha sido entregue em suas mãos quatro anos antes, em 2004. Segundo o vendedor, pouco tinha sido usado por si mesmo ou por sua mulher, pois o então casal preferia recorrer à *internet* ou a seus próprios pais nos momentos de dúvida.

Essas informações atravessaram nossas observações: tínhamos conosco um livro que tinha sido passado, de certo modo, de uma geração a outra, pois se tratava do mesmo título com o qual essa mãe aprendera sobre os cuidados com seu filho, embora não se tratasse do mesmo exemplar. Tal livro parecia-nos ter sido pouco manuseado, uma vez que parecia novo, e também considerando que seu ex-proprietário mesmo afirmava ter feito quase nenhum uso dele, preferindo recorrer a métodos mais digitais.

Assim, com formação acadêmica em Letras, nosso olhar para tais manuais se modificou, e nos proporcionou um outro lugar para observar tais práticas: de tão somente *mãe e leitora*, ao nosso papel foi adicionado o de *pesquisadora*, buscando compreender uma determinada prática social por intermédio da linguagem.

Como motivação pessoal e de pesquisa, destacamos, assim, nosso próprio envolvimento com a referida prática de leitura desses manuais. Acreditamos como Maingueneau (2005; 2007), que os discursos não existem separados das práticas sociais. Em se tratando desses livros, apesar de serem ambos manuais de cuidados com bebês, eles se caracterizam por enunciarem discursos bastante diferentes, isto é, se ligarem a comunidades discursivas e a práticas sociais diferentes, remeterem a tempos históricos e a sociedades diferentes.

Dessa forma, podemos dizer que nossa dissertação tem por objetivo analisar essas duas obras de puericultura, compreendendo a leitura desses manuais enquanto práticas discursivas. Situamo-nos na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa de base enunciativa (doravante AD) e tal pesquisa se inscreve numa proposta interdiscursiva, assentindo que os enunciados veiculados pelos manuais analisados são concebidos em contato com outros discursos e existem atrelados a determinadas práticas sociais. Isto é, a assimilação dos sentidos produzidos através da enunciação, das faces social e textual do discurso.

Focalizamos nosso olhar nesses dois títulos, considerando que o enunciador, além de informar seu público leitor sobre os cuidados necessários ao bebê, ou seja, fornecer-lhe elementos necessários para essa prática, em cada um deles, atribui a seu co-enunciador determinadas características, isto é, confere a eles um dado papel discursivo. Essas diferenças entre eles, são construídas no discurso, só podendo ter sido observadas a partir do próprio discurso, a partir de sua análise.

Dessa forma, como fruto de nossa análise, evidenciamos as características desses discursos, apontamos quais outros discursos os atravessam, a que comunidades discursivas e momentos históricos se ligam, que práticas discursivas permeiam esses discursos, que fatores contribuíram para sua gênese, como se deu sua evolução e transformação, através dos tempos.

Quanto à organização, essa dissertação está dividida em cinco capítulos: no primeiro, esboçaremos a constituição histórica dos manuais de puericultura, voltados não somente para o relato histórico, mas buscando compreender o funcionamento do sistema restritivo que ali teve início, as condições que tornaram tais publicações possíveis.

No segundo, faremos o mesmo a respeito da sociedade atual e dos discursos que envolvem a figura do bebê, bem como falaremos da aproximação, nos discursos, entre o humano e o tecnológico.

No terceiro, explicitaremos a metodologia utilizada para definir a constituição do *corpus* e o modo como procederemos à análise dos dados.

No quarto, evidenciaremos nosso entendimento do quadro teórico assumido.

No quinto, procederemos à análise, em que consideraremos a apresentação material e seu modo de circulação; as marcas lingüísticas da interlocução, ressaltando as características específicas de cada um dos manuais; mostraremos como se comportam os enunciadores e o papel que atribuem aos co-enunciadores; analisaremos a cenografia e suas implicações no livro *Bebê: manual do proprietário*, para mostrar as práticas e os discursos que ela evoca.

E em seguida, no sexto e último momento, enunciaremos nossas palavras finais.

CAPÍTULO 1 – CONDIÇÕES HISTÓRICAS E SURGIMENTO DOS DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA

Em um primeiro momento, o pesquisador torna-se historiador: inicialmente, o objetivo é traçar minuciosamente o quadro de uma conjuntura referencial(...). Somente depois disso, chega o 'lingüista' (E. Landowski. Apud Maingueneau, 1997, p.134).

1.1.O surgimento da infância

Se hoje em dia existe toda a sorte de livros a respeito da criança e da infância, não foi sempre assim.

Na história, que é registrada por adultos, e versando a respeito do fazer dos adultos, a figura da criança não está patente. Ao longo do século XX, a partir do interesse pela vida privada da família é que narrativas a respeito da história da infância começaram a ser procuradas (MÜLLER, 2007).

Ao longo desse primeiro capítulo, falaremos sobre como foram sendo constituídos os discursos sobre a infância, e a importância que tiveram para tais discursos, o advento da civilidade e o surgimento dos manuais de comportamento e de puericultura.

Quando falamos de “infância”, vinculamos a essa idéia o conjunto de características próprias aos sujeitos no princípio de suas vidas, isto é, quando ainda são crianças. A criança é o ser humano de pouca idade, e existe desde sempre. Contudo, o conceito de infância, até alguns séculos atrás inexistia, do que consideramos ser “criança” como algo diferente de possuir “infância”. Pois “ser criança” é o que aconteceu no passado do adulto, é um fato biológico. Entretanto, quando falamos de “possuir infância” falamos a partir da construção desse conceito como o entendemos atualmente, ao longo dos anos (MÜLLER, 2007).

A história da infância é controversa. Existem vários estudos sobre o tema, cada qual priorizando seu próprio enfoque e filiação disciplinar: a estrutura socioeconômica de um grupo (ARIÈS, 2006), as diretrizes políticas (VARELA, 1986), o progresso das teorias pedagógicas (ESCOLANO, 1980), os costumes relativos à criação das crianças (DeMAUSE, 1991), mais

recentemente, o estabelecimento dos direitos da infância no ocidente (MULLER, 1996) e como sua consequência, a criação de políticas sociais da infância (GARCÍA; CARRANZA, 1999).

Segundo Piedrahita (2008), por exemplo, de acordo com a história social, com a história da pedagogia e com a psicologia social, não existe apenas uma concepção de infância, mas várias concepções que variam século após século, sempre de acordo com a sociedade vigente. Por exemplo, os princípios de organização militar e religiosa dos séculos XII e XIII dão origem às crianças das Cruzadas. Já a organização científica e educativa dos séculos XVII e XVIII gera a criança escolar, enquanto a organização industrial forma as crianças trabalhadoras e aprendizes do século XIX. Também o fortalecimento do Estado, por sua vez, gera crianças do Estado, ou seja, crianças que desde muito cedo são educadas não pelos pais, mas por profissionais especializados, em creches e jardins de infância (PIEDRAHITA, 2008).

Piedrahita (2008) afirma que as concepções de infância estão intimamente relacionadas à relação entre pais e filhos e seu desenvolvimento ao longo dos tempos, formando uma classificação que vai do infanticídio, ao abandono, à ambivalência, à inclusão, à socialização, e à ajuda. Ou seja, as concepções de infância estão diretamente ligadas ao movimento de aproximação entre pais e filhos, geração após geração, conforme os pais vão desenvolvendo a capacidade de conhecer e satisfazer seus filhos. Para ela, as variações dessa concepção, de acordo com os diferentes momentos históricos, são prova do caráter sócio-histórico das mudanças que afetam a concepção de infância. Esse conceito está ligado às transformações nos modos de interação das sociedades.

Partindo daí, ela designa a infância como uma *representação coletiva*, resultado da interação entre grupos sociais, das relações de força, das estratégias de domínio. Piedrahita (2008) afirma que, uma vez que as representações caracterizam tanto quem as expressa como aqueles que são seu objeto. Na visão adotada para essa pesquisa, consideramos que as representações sociais da infância, portanto, dependem diretamente de nosso passado, de nossa descendência e das aspirações de cada grupo humano. A infância como representação, seria assim, uma categoria guiada por interesses sociopolíticos escondidos sob uma aparente uniformidade, que concebe diferentes projetos educativos em função das classes privilegiadas e que viabiliza discursos pedagógicos, discursos da medicina infantil e da psicologia evolutiva. Saberes inseparáveis das instituições, organizações e regulamentos elaborados ao redor da categoria de infância, instituída e modelada por esses mesmos interesses.

Citando Escolano (1980), Piedrahita aponta três concepções de infância que tiveram lugar nos últimos séculos, cada uma marcando o que julga serem critérios de proteção e preservação da infância. Esses critérios constroem o núcleo da visão atual de infância: a revolução sentimental advinda do naturalismo pedagógico, que introduz na história da educação as noções de liberalismo e permissividade, rogando o isolamento da criança de contatos prematuros com a vida social, a fim de evitar sua corrupção, os movimentos em prol da escolarização total, vinculados a grandes sistemas nacionais de educação, que criam as estruturas para a reclusão das crianças, com o fim de ocupá-las e controlá-las e o desenvolvimento das ciências humanas, como a psicologia e a pedagogia, iniciados no final do século passado, assim como o desenvolvimento da medicina infantil, que proporcionaram o fundamento tanto para a direção científica dos procedimentos relativos à infância, como para a organização da escola.

A idéia de infância é, assim, algo que vai se construindo de acordo com a visão que a sociedade adulta passa a ter, direcionada pela psicologia, pela pedagogia e pela pediatria, com o propósito de manter a pureza e de educar as crianças. Segundo Ariès (2006, p.194): “Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos”.

Por isso chamamos “representação” ao invés de, por exemplo, “descoberta”¹ da infância, pois representação é uma descrição que pode ser modificada por novas descrições, gerando novas representações. Diferentemente de “descoberta”, o que significaria notar algo que sempre esteve lá, mas que não havia sido visto antes.

Tentamos mostrar até aqui, a diversidade de concepções sobre a infância. Além disso, também existem divergências quanto ao tempo e quanto aos fatos relacionados à infância, havendo um único consenso entre os pesquisadores, que é o de que esses eventos não começam nem terminam num intervalo preciso, e de que não é demarcado num momento específico o surgimento do conceito de infância.

Escolhemos como momentos-chave, a ocorrência das palavras *niñez* (infância), em meados do século XII, e mais tarde, em 1355, *juguete* (brinquedo, jogo), relacionadas à criança, na Europa, (COROMINAS, 1994, p.337 e 347), que coincidem com o período que, para Ariès

¹ “A descoberta da infância” é o título de um dos capítulos do livro “*História social da criança e da família*”, de Philippe Ariès (2006).

(2006) é o do surgimento da infância na França, isto é, a Idade Média, que é quando a sociedade se desvencilha do modo de vida grupal, indo em direção ao privado.

1.1.1. A infância na Idade Média

Uma das características mais relevantes desse período para o entendimento da infância é que a vida em comunidade, na rua, era um espaço importante, segundo vemos em Müller (2007, p.23): “... inclusive a privacidade tinha um sentido coletivo. Privacidade e intimidade... também não carregavam significados comuns. O espaço familiar e privado não previa espaços para a intimidade individual. A vida era gregária, coletiva (...)”. E também em Duby (1993, p.81): “Nos tempos feudais, a vida privada não estava pacatamente ancorada sobre a economia, derramavam-se generosidades expansivas a fim de multiplicar os amigos – a verdadeira riqueza”.

Durante a Idade Média, por volta do século XII, a família começa a ser valorizada e em consequência dessa valorização o olhar sobre a criança também começa, aos poucos, a se modificar. Até então, na convivência doméstica, apesar de haver um reconhecimento da criança como algo diferente do adulto, não existia a consciência das minúcias e particularidades infantis, ou um padrão de comportamento universal. O tratamento, severo ou carinhoso, variava de acordo com as famílias, classes, sociedades ou países (ARIÈS, 2006).

Essa mudança iria se solidificar ao longo da Idade Moderna, como nos afirma Zilberman:

A concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros. (ZILBERMAN, 1985, p.13)

De acordo com Ariès (2006), da Antigüidade até a Idade Média, a chegada de um bebê não era motivo de comemoração ou tratamento diferenciado. Os bebês não eram planejados, como é possível fazer atualmente, mas um acontecimento natural. Boa parte das crianças não

sobrevivia, por conta da falta de higiene, falta de informações científicas, pobreza, doenças, acidentes domésticos, maus-tratos, ou assassinato.

As pessoas não podiam se apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual. [...] A opinião comum devia, como Montaigne, “não reconhecer nas crianças nem movimento na alma nem forma reconhecível no corpo”. [...] Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número. [...] Essa indiferença era uma consequência direta e inevitável da demografia da época. Persistiu até o século XIX, no campo, na medida em que era compatível com o cristianismo, que respeitava na criança batizada a alma imortal. [...] A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que, após a morte, ela voltasse para importunar os vivos. [...] (ARIÈS, 2006, p. 22)

Quanto aos bebês sobreviventes, tão logo desmamavam, viviam misturados aos adultos, aprendendo os ofícios de sua família e de vizinhos, ajudando-os com o trabalho. Segundo Ariès, textos datando do fim do século XV relatavam que a criança, após os sete ou nove anos de idade era comumente enviada à casa de outra família, para ali realizar tarefas domésticas na condição de aprendiz, durante um período de sete a nove anos. Também era natural que, por volta dos treze, as meninas já fossem dadas em casamento (ARIÈS, 2006, p. 77: “[...]O casamento de uma menina de 13 ainda era comum.”). Ariès afirma que esta forma de lidar com as crianças era comum a todo o Ocidente medieval, com exceção da Itália.

Por este tempo, a taxa de mortalidade infantil tinha índices bastante altos e o infanticídio era uma das causas mais significativas desta estatística. Este persistiu, mas então já em menor grau, até o século XIX, pois muitos não entendiam esse ato como crime e não sentiam culpa em cometê-lo, havendo até mesmo um conjunto de critérios seletivos que determinavam se a criança deveria viver ou não. Isto é, um conjunto de preceitos, considerados racionais, para avaliar que tipo de criança deveria viver e que tipo de criança deveria morrer. Os motivos eram o gênero (a criança ser do sexo feminino), a pobreza da família (um bebê significaria mais uma pessoa com quem dividir a comida), anormalidades físicas ou mentais e bastardia. DeMause (1991, apud MÜLLER, 2007) cita Sêneca a esse respeito:

Aos cachorros loucos lhes damos um golpe na cabeça, ao boi feroz e selvagem o sacrificamos, à ovelha doente a degolamos para que não contagie o rebanho, matamos aos enjeitados, afogamos inclusive as crianças que nascem débeis e anormais. Mas não é a ira, senão a razão a que separa o bom do mau. (SÊNECA, 1963, p.145)

Embora a Igreja Católica, condutora do comportamento dos indivíduos muito mais do que a própria lei, contribuísse para a moderação dessa prática, através de sua condenação (salvo em casos de exorcismo), e, mais tarde, da valorização do Cristo criança, nas pinturas, o infanticídio era uma prática comum e banalizada.

Santos (1996) explica, contudo, que mesmo em um tempo em que não havia emotividade como parte do conjunto estabelecido de noções ligadas à representação da criança, algumas famílias davam carinho a seus filhos, e sentiam prazer em sua companhia:

Ao que tudo indica, não era somente a formalidade das relações, a severidade da disciplina, e a crueldade ou as atitudes criminosas que pautavam a convivência entre pais e filhos no passado. Encontramos autores (...) que descobriram que havia um reconhecimento da infância com um status separado dos adultos. A maior parte deles atesta que a relação era ambivalente, oscilando entre a severidade e carinho, para alguns pendendo mais para a severidade, para outros, para o carinho. Alguns demonstram que a relação podia variar de acordo com os diferentes tipos de família, outros de sociedade para sociedade e de país para país. (SANTOS, 1996, p.40)

No século XII, a infância toma forma no conjunto dos valores sociais, o que se pode inferir através da observação das pinturas da época, que inauguram a imagem de crianças (anjos e o menino Jesus) em seu tamanho normal (posto que antes disso elas eram retratadas como adultos menores), mesmo que ainda representadas com corpos diferentes do corpo infantil, de fato (ARIÈS, 2006). Manson (2002) também ressalta que as imagens de crianças entretendo-se com brinquedos, nesse mesmo século, reforçam a concepção da atenção ao que é próprio da infância ter sido iniciada em tal período:

(...) Todos os brinquedos da Antigüidade possuem um nome – pião, boneca, ossinhos, etc. –, o termo genérico “brinquedo” peca pela sua ausência, tanto em grego quanto em latim. Em grego, todos os vocábulos referentes a atividades lúdicas estão ligados à palavra criança (païs). O verbo païzen, que se traduz por “brincar”, significa literalmente “fazer da criança”. É certo que existe uma palavra neutra, to paignion, para designar “objeto do jogo”, mas ela só é utilizada enquanto metáfora, ou então é aplicada a jogos de adultos. (MANSON, 2002, p.23)

Com o passar do tempo e com as mudanças geradas nas práticas da sociedade, a mentalidade relacionada à infância também se modifica: a criança ganha seu próprio espaço, com tempo, atividades e utensílios pensados especialmente para seu melhor desenvolvimento mental, físico, e para seu entretenimento. Surgem relacionados ao conceito de infância, a emotividade e o entendimento de que, para elas deve tudo ser apropriado, inclusive o médico que lhes vai tratar. Na próxima seção, falaremos a respeito disso.

1.1.2. A infância e a possibilidade da vida

Dos séculos XV ao XIX, muitas foram as transformações ocorridas no panorama ocidental, notadamente em relação aos valores científicos, as quais desencadearam várias outras tendências: os Grandes Descobrimentos de Espanha e Portugal, a Reforma Religiosa, a propagação da imprensa, a filosofia cartesiana, a filosofia empírica, o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial.

No século XVI, com a difusão da imprensa, a leitura silenciosa tornou-se uma prática encorajada, e a leitura de livros de economia doméstica e o registro do cotidiano em diários, costumes, os quais denotam uma nova preocupação, que é a da preservação da memória, alargada pelas pinturas de família e fotografias. A meditação silenciosa e individual, a confissão particular ao padre também são incitadas na Igreja e os fiéis passam a escolher para si um confessor, apenas (MÜLLER, 2007).

Ariès (2006) aponta que “*as idades da vida*”² eram já estudadas por filósofos e cientistas em séculos anteriores, mas esses estudos eram equivalentes aos estudos acadêmicos de hoje em dia, e não intervinham nos hábitos populares. A criança não tinha um espaço reservado para si na

² Segundo Ariès: “As idades da vida ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregam uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade – cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida. Desde então, adotamos algumas dessas palavras para designar noções abstratas como puerilidade ou senilidade, mas esses sentidos não estavam contidos nas primeiras acepções. De fato, tratava-se originalmente de uma terminologia erudita, que com o tempo se tornou familiar. /.../ Hoje em dia não temos mais idéia da importância da noção de idade nas antigas representações do mundo. A idade do homem era uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade são para nossos contemporâneos.” (ARIÈS, 2006, p.4)

noção corrente de idade: *meninos* poderiam ser os bebês, os adolescentes, os rapazes e moças, e até mesmo os servos, nas relações de dependência, como as feudais e senhoriais.

O respeito devido às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas, elas viam e ouviam tudo. /.../ acreditava-se que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto os gestos e as alusões não tinham conseqüência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. /.../ não existia o sentimento de que /.../ pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse. Essa era, pelo menos, a opinião geral: não era mais, porém, a dos moralistas e dos educadores, ao menos dos melhores dentre eles, inovadores aliás pouco seguidos. A importância retrospectiva desses inovadores provém do fato de que no final eles acabaram por fazer triunfar suas idéias, que hoje são as nossas. (ARIÈS, 2006, p. 77 e 80)

A nova idéia da infância, da proteção e cuidado com a criança foi estimulada, como vemos no trecho acima, principalmente pelos moralistas, seguidos dos médicos, uma vez que as instituições viam a conservação da vida e da saúde da criança como uma vantagem. Devemos salientar, contudo, que esse incentivo não existia, por parte dos mesmos moralistas e médicos, quanto a demonstrações de carinho entre pais e filhos, pelo menos até o século XVIII. De acordo com Ariès (2006), muitas famílias eram carinhosas com suas crianças, e esse comportamento desagradava a grande parcela da sociedade, e aos mestres, pelas mãos dos quais, além do castigo físico, os estudantes também constantemente eram sujeitados à vergonha pública e privada, além das humilhações dos colegas, como segue:

Esta irritação é a causa da hostilidade de Montaigne: Não posso aceitar esta paixão que consiste em abraçar crianças recém-nascidas, cuja alma não tem movimento e cujo corpo carece de forma reconhecível, que os façam dignos de ser estimados, e também não agüento de bom grado que sejam criados em minha presença. (ARIÈS, 2006, p.101)

No cenário dos séculos XVII e principalmente XVIII, chamado de o “século das luzes”, a elite francesa era influenciada pelos filósofos, e seu pensamento era o da classificação como fundamento do conhecimento, e o da ordem pública como fundamento da felicidade. Seu símbolo era a Enciclopédia, sendo esses filósofos influentes não apenas na mentalidade de tal

sociedade, mas também no exercício de cargos privilegiados no governo. Nessa época, segundo Müller (2007), a honra e a ostentação eram qualidades louváveis e interligadas. Uma significava não associar-se a escândalos, praticar a justiça e a verdade, enquanto a outra indicava o prestígio social dos indivíduos, que graças a essas características, poderia estabelecer bons contatos. O somatório desses fatores estruturou, aos poucos, os hábitos de limpeza e higiene, bem como os hábitos religiosos e os valores.

A cultura letrada influencia o ensino dos valores, do certo e do errado, do bom e do mau. Com a individualização e nova organização dos espaços e das relações sociais, a infância também se individualiza como categoria, e a criança ganha seu próprio espaço: a preocupação com o paradeiro e a educação da criança torna-se mais definida. A documentação visual da época mostra a criança retratada ora brincando com objetos e roupas apropriados a sua idade e tamanho, ora acarinhando sua mãe, em retratos de família, só, nua, e até mesmo morta (ARIÈS, 2006). Segundo Müller (2007) não somente a família parece sensível à infância como também eclesiásticos, moralistas e educadores, como o francês M. de Vallange, que procurava meios de ensinar divertindo a criança, e que criticava a memorização dos conteúdos e o castigo, amplamente utilizados na época.

Em fins do século XVIII, o carinho com as crianças já era quase uma característica dos pais, ao menos entre o povo. Esse carinho era tido como permissividade pelos educadores e moralistas, e a isto se atribuía a má educação dessas crianças:

.../ os adultos de todas as condições sociais gostavam de brincar com as crianças pequenas. Esse hábito .../ num determinado momento passou a ser notado a ponto de provocar irritação. Assim nasceu esse sentimento de irritação diante da infantilidade, que é o reverso moderno do sentimento de infância. .../ Na realidade, a antipatia pelas crianças demonstrada pelos espíritos sérios ou preocupados é um testemunho do papel – a seu ver demasiado importante – reservado às crianças. .../ “Quando os adultos fazem-nas [as crianças] cair numa armadilha, quando elas dizem uma bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas de triunfo por havê-las enganado, beijam-nas e acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto [era a paporicação]. É como se as pobres crianças fossem feitas para divertir os adultos, como cãezinhos ou macaquinhos .../.” (ARIÈS, 2006, p. 85 e 103)

O pensamento da época, partilhado pela elite e propagado pela Igreja, era o de que ser carinhoso com a criança era o mesmo que “estragá-la” e impedir que ela se tornasse um adulto valoroso e honrado. O grande interesse da Igreja era obter um número cada vez maior de fiéis

com esse perfil dito honroso, pois assim conseguiria aumentar seu poderio econômico e disseminar sua ideologia.

Com os segmentos mais influentes da sociedade (Igreja, Estado, moralistas, médicos e filósofos) interessados na preservação da vida das crianças e na gestão familiar, essa é, então, considerada incompetente para educar seus próprios filhos e estimulada a enviá-los para a escola, onde receberiam a educação apropriada (ARIÈS, 2006).

Quanto ao que se compreendia sobre a natureza da criança, é com a publicação da *Doctrina pro pueris ecclesiae parisiensis*, de Gerson, no século VXIII, que surge a idéia da fragilidade e debilidade da infância. À criança, ligavam-se agora noções de fraqueza de espírito, ausência de razão e até mesmo alguma inclinação para o mal. Com o *Emilio*, de Rousseau, passou-se a aceitar que a essência da criança é boa e deve ser preservada, pois é o meio em que vive que a corrompe. As idéias propagadas por Rousseau têm caráter religioso, higienista e naturalista, e florescem no momento em que os médicos passam a se interessar e a ter domínio sobre a família, o que faziam através de conselhos às esposas e mães:

No século XVIII, encontramos na família /.../ um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física. O cuidado com o corpo não era desconhecido dos moralistas e dos educadores /.../. Tratava-se dos doentes com dedicação (e também com grandes precauções para desmascarar os simuladores), mas não havia interesse pelo corpo dos que gozavam de boa saúde, a não ser com um objetivo moral: um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, à concupiscência, a todos os vícios. /.../ Novas ciências /.../ consagraram-se aos problemas da infância e suas descobertas são transmitidas aos pais através de uma vasta literatura de vulgarização (ARIÈS, 2006, p. 105 e 194).

De acordo com Bonilha e Rivorêdo (2005, p.9):

Em 1762, Jean-Jacques Russeau publicou *Emilio ou da educação*, no qual afirma que a criança nasce pura e que a sociedade a deforma. Defendendo uma educação “natural”, inspirada em outros animais, onde o papel da mãe é fundamental, apresenta outro conceito: o binômio mãe-filho. A força que os une será o amor. Uma vez estabelecida a dependência entre a criança e sua mãe, apresenta outro conceito, caracterizado pelo prolongamento dessa dependência, como se vê em: “Se quereis que conserve sua forma original, conserve-a desde o ponto em que vem ao mundo. Apodere-se dela assim que nasça e só solteis quando seja homem”.

É também nessa época que Jacques Ballexserd evoca, pela primeira vez, o termo “puericultura” (CRESPIN, 1992), relevante sobremaneira para nosso estudo. A puericultura aparece como um conjunto de práticas ligadas a diversas esferas: a práticas higiênicas (amalgamadas às práticas morais e religiosas), à civilidade, aos interesses do Estado, da Igreja, da Medicina, da Psicologia e da Pedagogia.

De acordo com Müller (2007), apesar do crescente sentimento da infância, do carinho que então desabrochava entre pais e filhos, o abandono, motivado por convenções sociais ou interesses pessoais, era bastante praticado. Embora, comparativamente aos séculos anteriores, ao menos os pais já não matavam suas crianças como antes, preferindo abandoná-las em hospícios criados para esse fim, ou enviá-las para amas-de-leite, o que deixava a essas crianças a possibilidade de sobrevivência. Contudo, a taxa de mortalidade infantil não diminuía, pois elas continuavam a falecer nas mãos das amas. Müller (2007) diz:

Os hospícios de recolhida de crianças fazem parte da estratégia política e econômica do Estado da época, que cria espaços de absorção e conservação dos indivíduos indesejáveis na ordem familiar. Esta aliança com a família (que quer excluir seus membros incômodos) e do Estado (que quer utilizar os inutilizáveis sob um manto filantrópico) faz com que se multipliquem na sociedade os hospitais, os conventos e os hospícios. (...) Não se relacionava a existência e o aumento dos pobres na sociedade com a estrutura do Estado. As causas apontadas dirigiam-se à incompetência familiar. As instituições de acolhida de pobres e também de crianças sem condições de vida adequada foram estimuladas pelo Estado e pela Igreja, sob idéia de assistência e piedade, com esses nunca admitindo a responsabilidade de provocadores e perpetuadores desta simulação. (MÜLLER, 2007, p. 57 e 58)

Isto é, o Estado e a Igreja institucionalizaram o abandono, tornando-o aceito em função do respeito à honra e à família, através do surgimento desses hospícios e da Roda³, eliminando da família o filho inconveniente e apurando as relações sociais, a reputação.

³ A Roda era uma espécie de cilindro giratório, localizados nas portas de conventos e Igrejas, com a finalidade de receber bebês indesejados. No Brasil, até a metade do século XX, havia "rodas dos expostos" ou "dos enjeitados" funcionando nas Santas Casas. A Roda funcionava da seguinte maneira: o bebê era acomodado no cilindro, do lado de fora. A mãe tocava uma sineta e, por dentro, o cilindro era rodado pelas freiras, que levavam a criança para seu interior. Assim, quem abandonava o bebê permanecia anônimo. As primeiras rodas foram as da Itália, em 1198, pelo papa Inocêncio 3º, por conta do grande número de bebês abandonados. Benito Mussolini aboliu oficialmente as rodas em 1923. Atualmente, o governo japonês possui a “caixa de bebês”: um sistema de recolhimento de crianças que são abandonadas por seus genitores, de forma anônima. O governo italiano considera a possibilidade de recriação das Rodas, pois julga alarmante o número de crianças abandonadas nas ruas e em latas de lixo, no país. Uma outra forma de “parto anônimo” já foi adotada na França, na Itália, na Bélgica, em Luxemburgo e em 28 cidades dos Estados Unidos. No Brasil, a idéia ainda é um projeto, disponível na íntegra no site do Ibdfam (<http://www.ibdfam.org.br/>). A idéia é de que a mãe possa fazer seu pré-natal sob um nome falso e, quando a criança nasce, é entregue para a adoção.

De acordo com Farge (1993), a taxa de mortandade das crianças acolhidas nos hospícios e na Roda ainda era muito alta, o que ajudou a fomentar defesas para a sobrevivência da criança, principalmente entre a classe médica, trazendo ainda mais influências exteriores sobre a família.

(...) tudo se coloca nas entrelinhas, por muito que exista a firme convicção de que a honra das famílias é um arcaísmo e de que somente o indivíduo é o único responsável de si mesmo, segue havendo real inquietude diante desse microcosmo que sempre pode ser portador de escândalo e contra o qual é necessário se proteger. (...) As famílias, sua honra e seu segredo continuam sendo no final das contas uma sombra negra, um espaço particular que não consegue privatizar completamente e sobre os quais se propõe uma reflexão contraditória: por um lado, o que é privado deve ser protegido publicamente, por outro lado, o escândalo privado deve ser mantido em segredo e não transcender. (FARGE, 1993, p.59 e 60)

Como vemos, essa é uma época em que as influências externas sobre a família se intensificaram, e a tendência de considerar o público (relacionado ao Estado) em oposição ao privado (o que não estava sob o controle do Estado), crescia.

1.1.3. O controle da infância

Após a Revolução Francesa, em 1789, e chegando já ao século XIX, o clero e os nobres dão passagem à burguesia e à industrialização, instituições que trazem consigo novos caracteres, como os direitos individuais, a fábrica, o salário, o socialismo, o feminismo, a educação pública. O século XIX é a época de influentes filósofos e estudiosos, como Auguste Comte (1798-1857), com suas teorias positivistas, Charles Darwin (1809-1882) e a teoria evolutiva das espécies, e a continuidade de Rousseau como influência política e pedagógica. As tendências dos séculos anteriores estão concretizando-se: a família é o espaço privado, associado à figura feminina, em oposição a todo o restante, que é público e associado à masculinidade, a criança vive com sua família. Ao mesmo tempo em que os espaços sociais se ampliam, a vida passa agora a ser como a conhecemos: íntima, particular, reservada. O trabalho, o lazer, o convívio doméstico têm seus espaços separados. Nesse cenário, Müller (2007) define as crianças como pertencentes não só às próprias famílias, como também às instituições:

As crianças do século XIX [...] são filhas de todos. A responsabilidade por seu cuidado, formação e controle está sob a instituição familiar, as instituições médicas, acadêmicas, religiosas e também da justiça. A criança e a família vão adquirindo o mesmo grau de importância. Ela é o centro da família e esta é a base da sociedade. As famílias devem adequar-se à ordem social e ao progresso econômico da nação, da qual o filho é o futuro, o soldado de amanhã, defensor da pátria, reprodutor da raça, cidadão de direitos e deveres na exitosa sociedade vindoura. (MÜLLER, 2007, p.64, 65)

Isto é, a criança passa a ser preservada, pois é o centro de tudo, inclusive do futuro. Ela é quem herdará o trabalho de seus pais e também é ela quem herdará o produto da sociedade:

Se considerarmos o exterior das crianças, feito apenas de imperfeição e fraqueza, tanto no corpo como no espírito, é certo que não teremos motivos para lhes ter grande estima. Mas se olharmos o futuro e agirmos sob a inspiração da Fé, mudaremos de opinião. Além da criança, veremos então o “bom magistrado”, o “bom cura”, o “grande senhor”. /.../ Esse era o motivo pelo qual /.../ “a educação das crianças é uma das coisas mais importantes do mundo” (ARIÈS, 2006, p. 87)

Sendo a família a responsável pela vida e bem-estar infantis, transforma-se numa espécie de patrimônio, um símbolo a ser protegido, respeitado, sobrepondo-se em valor aos indivíduos que a formam. Dela são cobradas a higiene⁴ e a moralidade⁵. Passam a intervir sobre ela, médicos, filantropos, advogados, especialistas, em torno da criação da criança, tanto nas famílias burguesas, que passam a incorporar certos ensinamentos que esses especialistas lhe impõem (como a amamentação dos filhos pelas próprias mães, por exemplo), mas principalmente nas famílias mais pobres. De acordo com Guerrand (1993), a vigilância⁶ da família em tantos aspectos e por tantas diferentes instituições trouxeram ainda mais diferenças para as classes sociais. A preocupação higiênica, assimilada como um valor moral, invade a intimidade familiar,

⁴ Com a palavra “higiene”, aqui, referimo-nos às práticas higienistas, que serão abordadas mais à frente, nesse mesmo capítulo.

⁵ Segundo Ariès: “No século XVIII, encontramos na família /.../ um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física” (ARIÈS, 2006, p. 105).

⁶ Segundo Ariès: “No regulamento para as crianças de Port-Royal de Jacqueline Pascal, lê-se: ‘É preciso vigiar as crianças com cuidado, e jamais deixá-las sozinhas em nenhum lugar, essem elas sãs ou doentes’. Mas ‘é preciso que essa vigilância contínua seja feita com doçura e uma certa confiança, que faça a criança pensar que é amada, e que os adultos só estão ao seu lado pelo prazer de sua companhia. Isso faz com que elas amem a vigilância, em lugar de temê-la’”. (ARIÈS, 2006, p. 88)

convergindo, juntamente com o dualismo religioso que separa corpo e alma, para modos de conduta que irão guiar o indivíduo em sua forma de portar-se, os bons costumes.

O descobrimento dos mecanismos da respiração, o mesmo que o grande êxito da teoria infeccionista, levaram a sublinhar os riscos da obstrução dos poros pela graxa, portadora de miasmas. Algum tempo mais tarde, a difusão do conceito “depuração” impôs uma atenta limpeza dos “secretores” do organismo. A influência reconhecida do físico sobre o moral determina o valor do limpo e do ordenado. Surgem novas exigências sensíveis que renovam a urbanidade, a acentuação da delicadeza nos ambientes seletos, a vontade de afastar-se dos desejos orgânicos que lembram o animal, o pecado e a morte, em uma palavra, o desejo de purificação, revivem o progresso. Além disso, acontece que esse se vê estimulado pela vontade de se distinguir da cidade moribunda. Todos esses fatores contribuem para promover um novo estatuto do desejo sexual e da repulsão, que revive por sua vez o auge das práticas higiênicas. (CORBIN, 1993, p.448)

Concomitantemente ao Higienismo, a Igreja também propagava a mentalidade de que o indivíduo devia consagrar-se à purificação de seu espírito continuamente, pois Deus observava sem descanso a forma de os homens viverem, mesmo nos menores gestos diários, como alimentar-se, vestir-se e executar tarefas. De acordo com Ariès:

É encontrado /.../, por exemplo, em *La Civilité Chrétienne* de J.-B. de La Salle, cuja primeira edição data de 1713: ‘A não ser que esteja comprometido pelo casamento /.../, não se deve ir para a cama na frente de nenhuma pessoa do sexo oposto, pois isso é absolutamente contrário à prudência e à honestidade. É muito menos permitido ainda a pessoas de sexos diferentes dormirem na mesma cama, mesmo que se trate de crianças bem pequenas, pois não é decente que até mesmo pessoas do mesmo sexo durmam juntas’. /.../ E: ‘os pais e as mães devem ensinar seus filhos a esconder o próprio corpo ao se deitar’. Essa preocupação com a decência aparecia também na escolha das leituras e das conversas /.../. Deveriam ser evitados também os romances, o baile e a comédia, que também era desaconselhados aos adultos. Dever-se-ia prestar atenção às canções, uma precaução muito importante e necessária numa sociedade em que a música era tão popular (ARIÈS, 2006, p. 89).

A higiene, na busca pela prevenção de doenças, traz a estatística de que a proporção de mortes, moléstias e vícios era muito maior entre a população pobre (considerada suja e torpe), o que culmina no desejo de afastamento dessa parte da população, pelas outras. As famílias pobres eram o grande problema da época.

De acordo com Müller (2007) e Ariès (2006), as mulheres também pertenciam a um grupo menosprezado, considerado inferior e de raciocínio débil, desde a Antigüidade. Porém, nesse tempo, começaram a lutar para serem reconhecidas também como cidadãs, com os mesmos

direitos dos homens, inclusive o de votarem e serem votadas. A luta pelo direito ao voto intensificou outra, associada a ela: a luta pelo direito ao trabalho.

Nesse contexto, de acordo com Müller (2007), surgem leis que regulamentariam, além do trabalho de qualquer indivíduo assalariado, também o das crianças. As leis trabalhistas, na França, em 1841, limitam a jornada de trabalho infantil, e em, 1874, também na França, uma lei exclui as crianças e as mulheres de atividades subterrâneas, o que reflete certa preocupação e respeito com a criança. Em toda a Europa equilibrava-se o trabalho infantil, de modo a evitar que o seu esforço não ultrapassasse o proposto pela lei, além de ser proibida a mendicância, prostituição e corrupção infantil, o que era punido com multas e prisão. Essa era a idéia de proteção estatal da mulher e da criança, a família era o lugar para estar feliz, quando essa era de acordo com o modelo burguês. Isto é relevante, pois o não cumprimento do que o Estado estabelecia, principalmente entre as famílias de origem modesta, gerava facilmente a separação dos componentes da família, através do envio dos menores aos orfanatos, casas correccionais e exército, conforme vemos:

A política de controle sobre a infância caracteriza-se de maneira diferente para diferentes classes sociais. /.../ a submissão das crianças ricas à autoridade pedagógica era a condição para que pudessem mais tarde assumir funções de governo. Para a infância pobre estavam destinados os hospícios, hospitais e outros espaços com metas corretivas que modelariam a formação desses meninos e meninas. Os orfanatos são anteriores à escola obrigatória. /.../ A filantropia e o Estado são a mãe o pai, enfim, “a família” responsável das crianças necessitadas de assistência, ou, dito de outra forma, a paternidade do Estado e a filantropia acolhiam crianças *pobres*. Nesse século, anunciando-se com esse fim, estabeleceram-se inumeráveis casas de acolhida, escolas e sociedades filantrópicas. (MÜLLER, 2007, p.73,74)

O Estado francês, então assegurado pelas Leis de 1889 e de 1898, tem soberania sobre as crianças, e pode afastá-las de seus pais caso considere que a conduta desses pode expor a segurança, a saúde ou a moralidade de seus filhos; entregando esses pequenos aos cuidados da assistência pública, de sujeitos particulares, ou de sociedades filantrópicas:

O Estado assume um papel paternal e há uma transferência de soberania sobre os filhos. Principalmente nas famílias pobres [...]. A Lei de 1889 [...] estabelece que “poderá destituir-se a pais e mães quando por sua embriaguez habitual, sua má conduta notória e escandalosa e seus maus-tratos comprometam a segurança, a saúde ou a moral de seus filhos”. A Lei de 1898 nasce da resistência dos pais em entregar seus filhos às sociedades caritativas. A mesma outorga poder

ao juiz para decidir o destino da criança com respeito à assistência pública, a pessoas em particular ou a sociedades caritativas. (MÜLLER, 2007, p. 76)

Segundo Müller (2007), as entidades a serviço da filantropia criaram também espaços pensados para a família como um todo: as casas populares, que permitiam aos pobres viverem em condições melhores, por módicas quantias, além de disponibilizarem créditos bancários para que pudessem comprá-las ou alugá-las. Pois, morando nas ruas, as pessoas representavam perigo (pela corrupção e pelas doenças), e trabalhando, seus salários não podiam pagar por casas burguesas. As casas populares, por sua vez, era restritas, não podendo abrigar mais do que a família nuclear típica (mulher, marido e filhos), ao mesmo tempo em que separavam quartos do casal e dos filhos, seguindo princípios morais e de higiene (como dissemos, muitas vezes amalgamadas como conceito único). Passaram a ser, então, ideal de consumo dos trabalhadores, que queriam, agora, seu espaço próprio e preservado. As alterações na vida dos adultos estendiam-se à vida de suas crianças, cujos costumes, brincadeiras, experiências iam modificando-se, principalmente em função da grande influência higienista, dos preceitos morais e políticos.

Isto não significa dizer que as interferências do Estado e da filantropia foram sempre passivamente aceitas pelos indivíduos. Muitas vezes, foram repelidas. Noutras, instadas pela própria família. Por exemplo, no caso de negligência paterna, foi a pressão das mulheres que obteve do Estado o direito à averiguação da paternidade em casos de seqüestro, de estupro e de sedução, assegurado pela lei francesa de 1912. Assim também as crianças abandonadas passaram a ser responsabilidade do Estado, que as enviava a amas-de-leite e pagavam por sua manutenção. Dessa forma, houve um considerável aumento dos abandonos, pois as famílias que desejavam sua criança consigo, mas que não tinham como mantê-la, abandonavam-na, para que essa tivesse garantias de sobreviver, ou para receber o pagamento cuidando de suas próprias crianças, depois de secretamente reavê-las. Com a extinção da Roda na França, em 1860, passou-se a saber quem abandonava as crianças e o porquê, o que permitiu a tentativa estatal de convencer as mães a criarem suas próprias crianças, em troca de um pagamento equivalente ao de uma ama (MÜLLER, 2007, DONZELOT, 1986). A infância das crianças junto de suas próprias mães, afastadas do numeroso contingente dos orfanatos e hospícios aponta ao menos uma nova

orientação social, que é a da *absolvição* e *ajuda* à mãe solteira, o que é mais econômico aos cofres públicos.

Quanto à criança pobre e delinqüente, tema ao qual se dedicam muitos especialistas da atualidade, de acordo com Müller (2007), como se fosse uma condição biológica, no século XIX, a delinqüência era considerada inerente ao indivíduo, que já nascia inclusive com características físicas indicadoras de sua criminalidade latente, como: baixa estatura, peso desproporcional à altura, nariz achatado ou encurvado, canhoto, entre outras. Sendo assim, o delinqüente devia ser afastado do convívio social e constantemente vigiado, ao invés de ser castigado. Assim é que são encerrados em casas de trabalho, em casas de correção, em casas de seguranças, em cadeias, em hospitais, em escolas, introduzidos em exercícios físicos e militares, e em manufaturas:

[...] o controle nas instituições realiza-se de maneira mais científica e mais “humana”. Não é tão aparente, tão perceptível, mas eficaz, na medida em que concede pequenas liberdades, fazendo que a satisfação dos indivíduos converta-se em docilidade. O poder não se apresenta como inimigo e a hostilidade já não existe. Esta maneira de atuar, esta liberdade vigiada passa a fazer parte das metodologias e também das leis, tanto para adultos como para crianças. A imagem da cadeia /.../ mais clara, com paredes internas separadas por barras de ferro e não mais por um concreto, onde um preso pode ver ao outro, onde os indivíduos estão mais confortáveis, mas seguem presos e completamente controlados, parece ilustrar de forma ajustada a maneira de existir dos que dominam e dos que são dominados. (MÜLLER, 2007, p. 81)

Também em fins de século XIX outra grande mudança tem início na vida infantil: a instituição da escola obrigatória, nos países europeus, como veremos a seguir.

1.1.4. A infância européia

Ariès (2006) já apontava a aprendizagem (isto é, os ensinamentos transmitidos pela família) sendo substituída pela escola, na França do século XVIII. A família passa a transmitir afeto abertamente entre seus membros, e um dos reflexos desse afeto é o interesse, a preocupação dos pais com a educação de seus filhos. A criança eram afastadas dos adultos e mantidas como que em quarentena, na escola, até terem idade para viver segundo suas próprias inclinações. Como já não conviviam todo o tempo com os adultos, como antes, com isso também já não

aprendiam mais diretamente com eles. Uma vez que não aprendem mais um ofício com seus pais, a preocupação da escola é a de preparar a criança para o exercício de uma função no mundo, inculcando valores de dignidade e responsabilidade tanto com sua família quanto com a sociedade. Na escola e também em casa, o castigo físico passa a ser reprovado e substituído pelo controle (notas, reprovações, exclusões), embora isso de fato se dê de forma lenta e progressiva.

Nesse sentido, as idéias de Rousseau ganham força, como vemos em Müller:

Com ele divulga-se a concepção da inocência infantil e da natural capacidade de raciocinar da criança, dado novo, mas acompanhado de convicções anteriores sobre a natureza débil e dependente, que, portanto, precisa de cuidado, piedade e proteção. (MÜLLER, 2007, p. 85)

Instituída como o lugar obrigatório de ensinamento das crianças, no entanto, em alguns lugares da Europa, como na França, somente no início do século XX é que a escola será lugar também de igualdade dos ensinamentos para ambos os sexos. Aos meninos, estava destinada a vida pública, e sob essa orientação, deveriam ser instruídos para melhorar sua qualidade, enquanto as meninas, pensadas para a vida doméstica, deveriam aprender como torná-la mais saudável, confortável e harmônica, não necessitando, assim, de instrução (conhecimentos teóricos), mas sim de educação (conhecimentos básicos, ler, escrever, contar, costurar, bons modos), o que podiam obter em casa. Mesmo quando a escola passou a ensinar obrigatoriamente também às meninas, houve dificuldades para que elas realmente freqüentassem a escola, pois certa parte da sociedade ainda acreditava que sua participação na instrução escolar era apenas uma fatalidade inútil.

É importante notar que esse caráter de obrigatoriedade da escola e para ambos os sexos, em fins do século XVIII e já assegurado por leis na França, Espanha, Inglaterra, Bélgica e Alemanha, não foi o suficiente para garantir que todas as crianças – mesmo meninos – a freqüentassem. Grande parte da população mantinha seus filhos consigo, persistindo na prática da aprendizagem. Gradualmente é que o hábito de enviar as crianças à escola foi se estabelecendo.

Nos colégios franceses, os estudantes também não eram separados de acordo com suas idades até o fim do século XVIII. Com o surgimento e cobrança de cada vez mais preceitos pedagógicos, e de acordo com a necessidade de impor a cada aluno programas completos e homogêneos, a necessidade de igualar as idades tornou-se cada vez mais intensa. Para que o

professor e os alunos pudessem ter aproveitamento nos cursos, as idades começaram a ser separadas. A atenção dos especialistas voltou-se para os sete e oito anos, que foi definida como a idade escolar, enquanto os bebês e crianças menores foram considerados responsabilidade de suas próprias mães. Segundo Müller (2007, p.88), também “a adolescência foi tema de interesse da Igreja e dos médicos, já que a ‘crise de identidade’ e os descobrimentos sexuais ameaçavam a estabilidade ambiental e implicavam na necessidade de vigilância de perto”.

A escola, então, apresenta-se como uma eficaz solução para a propagação das idéias higienistas e das práticas de civilidade, que se acreditava serem responsáveis pela formação de um bom cidadão. Ao mesmo tempo, o período passado obrigatoriamente na escola também impedia que os pais explorassem seus filhos através do trabalho, e ainda preparava a criança para a função que ela exerceria no futuro. Para Donzelot (1986), essa é a relação em que o contexto da época ligava escola, crianças pobres e trabalho. A escola obrigatória tornou-se também a escola gratuita como uma maneira de dissuadir os pais a manterem ali seus filhos. Inglaterra, França e Espanha, em fins do século XVIII e início do século XIX, contavam com escolas públicas, gratuitas e, por vezes, muito bem equipadas, porém muitos pais preferiram levar seus filhos a escolas menores e mais modestas, graças ao ensino noturno que essas ofereciam. Ou seja, a criança poderia trabalhar durante o dia e estudar durante a noite. Ou então, à escola nenhuma. Isto é: “quanto mais pobre menos tempo de infância. Isto significa que a criança entra no mundo adulto quando sua sobrevivência ou a de membros da sua família está de alguma maneira sob sua responsabilidade, /.../ quando sobreviver depende dela” (MÜLLER, 2007, p. 98).

Na próxima seção, falaremos sobre a infância no Brasil.

1.1.5. A infância brasileira

Assim como foi desenvolvida na infância européia, a orientação quanto ao tratamento infantil no Brasil, trazida pelos colonizadores, foi a do afastamento das crianças de sua família para ser educada por outros adultos, em instituições criadas para esse fim específico, de moldá-las para seu futuro:

O que era considerado natural para a criança na trajetória européia que se seguiu em território brasileiro? O que se poderia esperar. Um padrão ideal da criança européia: uma criança branca, de religião cristã, de família co-sangüínea, de idioma português, de colégio interno, cuidada por outros. A criança do futuro, de idade pronta, acabada, de prestígio, era a idade adulta. Mas aqui havia povos indígenas e depois passaram a haver negros de diversas origens que por muito tempo representaram a maioria da população do Brasil. Havia particularidades e diferenças na vida de quem era moleque ou moleca (crianças negras), curumim (criança de origem indígena) ou sinhozinho e sinhazinha (filhos dos brancos). Isso foi no início, pois logo começaram as mesclas e muitas crianças já apresentavam outro tipo físico, idiomas misturados, rituais, crenças, vestes, desejos diferentes e tudo o mais o que compõe uma cultura, foram vivendo e construindo as culturas da infância bem ligadas com a vida adulta (MÜLLER, 2007, p.99, 100).

Quando os europeus chegaram ao continente americano, em 1492, esse já era habitado por milhões de pessoas. Esses povos, com imensa diversidade de características, idiomas e costumes, podiam ser nômades e não utilizarem metais, como os tupis, ou fazer parte de complexas e desenvolvidas comunidades, como os astecas e incas. A chegada dos europeus alterou significativamente a forma desses povos conduzirem sua existência: durante o embate pela ocupação dos territórios, grande parte desses povos foi extinta, e seus sobreviventes foram submetidos aos projetos econômicos e religiosos europeus.

Os portugueses chegam ao Brasil e logo instituem o sistema escravocrata. Apesar da resistência dos negros, a escravidão será a mola propulsora do sistema colonial e a mantenedora a família patriarcal por mais de três séculos:

A presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos habitantes da terra foram, eventualmente, serviços colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. No entanto, dificilmente se acomodavam ao trabalho preciso e metódico que exige a exploração das plantações de cana. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem ser exercidas sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranho. Versáteis ao extremo, lhes eram inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. (BUARQUE DE HOLANDA, 1994, p. 17).

As negras eram vendidas como escravas ao engenho tão logo aportavam aqui. Quanto às índias, algumas escravas e algumas livres, foram escolhidas para coabitar com os portugueses (FREYRE, 1992). Até o século XVII, a reprodução humana brasileira acontecia pela mestiçagem entre brancos e índios. No entanto, essa família típica brasileira não seguia o modelo europeu,

nuclear e patriarcal. Isto de fato acontecia, em algumas famílias de senhores de engenho, do qual a autoridade se estendia desde sua esposa e filhos até seus empregados e suas famílias, mas existiam outros tipos de famílias, com pais ausentes, com mulheres em sua direção, e famílias compostas por mulheres e seus filhos, sendo cuidados por outras famílias. Segundo Müller (2007), o modelo burguês europeu da família nuclear foi aos poucos sendo implantado:

A idéia da família nuclear e, mais, da família feliz foi implantada forçosamente na cultura nativa que, através de um novo Deus, era impregnada de moralidades cristãs, de pecados e castigos. /.../ Os casamentos, os batismos, o papel da mulher, do homem, as rotinas, as expectativas de futuro, tudo foi mudando na vida dos índios que já viviam aqui, e dos negros que chegaram depois, à força. (MÜLLER, 2007, p. 104)

Apesar de existir a idéia da família como uma instituição sagrada, essa idéia não se aplicava a todas as famílias, como por exemplo, a família indígena e a família negra escravizada.

Quando aportavam no Brasil, os negros eram separados de seus familiares ou amigos, intencionalmente, para que, falando línguas diferentes e desconhecendo uns aos outros, tivessem menos possibilidades de fugir de seus compradores. Isso incluía as crianças negras: os moleques eram separados de suas mães, pais, irmãos, e serviam também como escravos, separados para serviços caseiros, suas mães, se ainda estivessem amamentando, eram separadas de seus próprios bebês, que eram enviados à Roda⁷, e assim, eram alugadas como amas-de-leite por seus senhores, para alimentar e cuidar de crianças brancas. Um certificado de 1775 conferia liberdade aos bebês colocados na Roda, o que levava muitas mães negras a voluntariamente abandonarem seus filhos, mas, mediante uma solicitação e pagamento das despesas, o senhor de escravos poderia ter a criança de volta, e assim a criança era novamente comprada como escrava (MARCÍLIO, 1997; MAGALHÃES E GIACOMINI, 1983).

Quanto aos índios, antes da colonização portuguesa, viviam em comunidades cujas tarefas eram divididas entre todos, de acordo com seu sexo e idade, sem demarcações de terra ou de comércio. Quando essa ordem era quebrada, quando precisavam fugir dos colonizadores, deixavam para trás suas mulheres e filhos. Entretanto, com a chegada dos jesuítas, a catequese dos índios e o cuidado com os abandonados foi seu foco: os valores cristãos, o deus cristão, os

⁷ “A famosa Roda européia /.../ também chegou ao Brasil e em 1738 foi criada por Romão Mattos Duarte a Casa da Roda ou a Casa dos Enjeitados” (MÜLLER, 2007, p.105).

princípios da convivência familiar cristã, nuclear e burguesa foram apresentados a eles. Se antes era costume entre as mulheres cuidar das crianças abandonadas, agora esse mesmo cuidado as deixava fora do padrão idealizado. Assim, afastar-se de todo modo da bastardia era afastar-se também do pecado sexual a que o abandono da criança estava vinculado. Da mesma forma, esses nativos muitas vezes viam-se sem condições de alimentar uma família ou a si mesmos, mas, inseridos numa nova mentalidade moral de responsabilidade, culpa e pecado, dissolviam sua união, ou viviam numa miséria na qual os membros da família morriam de fome ou de doenças, ou provocavam abortos, principalmente entre as mães solteiras, que não suportavam o estigma do adultério ou da perda da virgindade (FREYRE, 1992).

Os jesuítas consideravam os índios criaturas que viviam no pecado da falta de disciplina, do temor a Deus, dos castigos paternos. Por isso utilizavam exatamente estratégias como o temor e o castigo corporal para ensinar às crianças nativas, que, com o passar do tempo, já eram entregues aos jesuítas por seus próprios pais. Contudo, os jesuítas não se preocupavam somente com os índios e abandonados, mas também ansiavam pela conquista das crianças brancas, como diz Müller:

Patriarcas e jesuítas foram rivais na luta pelo poder sobre os indígenas e sobre as crianças. Para os primeiros era a defesa de suas almas que não conheciam a verdade da salvação e também a defesa de seus corpos, sob o argumento da injustiça que os senhores de engenho acometiam contra os nativos, subjugados à escravidão. Para as crianças, todas, menos as negras, o discurso se configurava de maneira diferente. Fez-se crer à mãe a necessidade de uma formação infantil intensa, longe da família. Com seu consentimento, os filhos passavam anos dentro de colégios, onde se cumpria a idealização familiar de preparação do jovem para o futuro. (MÜLLER, 2007, p.109,110)

As crianças no Brasil colonial levavam vidas parecidas em alguns aspectos e diferentes em outros. Quando mais novas, poderiam conviver juntas, mas por volta dos sete anos seus destinos seguiriam rumos diferentes, pois os negros iriam para o trabalho e os brancos, estudar. A convivência entre essas crianças, contudo, nem sempre era de camaradagem: quando pequenas, usualmente as crianças brancas tinham uma criança negra que fora separada especialmente para ser sua companheira, mas nem sempre suas brincadeiras eram gentis. Muitas vezes essas crianças usavam os negros como brinquedos, esbofeteando-os e empregando-os como montaria. Müller

(2007), citando o periódico *O Americano*, de 1850, aponta uma crítica que já era feita à crueldade infantil dos sinhozinhos e sinhazinhas:

Os pais-senhores são, por hábito, bárbaros e castigam fortemente os seus escravos à vista de seus filhos, que facilmente também se habituam à crueldade: é assim que se vê meninas e meninos esbofetear na cara da escrava-ama que lhes dá leite, é assim que, milhares deles castigam com cruéis açoites àqueles mesmos escravos que os carregaram nos braços, que os alimentaram e que os ninaram em sua infância (MÜLLER, 2007, p.111).

Do mesmo modo que acontecia às camadas sociais, também havia diferenças no que era esperado do futuro de meninos e de meninas. Vivendo em uma sociedade patriarcal, era esperado dos meninos brancos que se formassem nos estudos e se tornassem donos das terras de seus pais, patrões. Das meninas, que aprendessem todos os conhecimentos necessários a ser uma boa esposa desses futuros patrões: que soubessem gerenciar os afazeres domésticos e também seus escravos e escravas domésticas, além de se incumbir da criação dos filhos. Existiam, portanto, escolas para meninos e meninas, embora com diferentes conteúdos a serem ministrados. Esses conteúdos variavam também de acordo com o pagamento que as escolas recebiam por eles. Assim, existiam cursos majoritariamente artesanais freqüentados pelas moças, criadas e escravas, mas as moças que podiam pagar mais, podiam aprender, além da costura, bordado, leitura e escrita, também dança, desenho e música. Essa característica do ensino foi mudando aos poucos: em fins do século XVIII já havia escolas mistas, mas os meninos eram retirados delas aos 10 anos, para irem a escolas masculinas, em que aprenderiam mais conteúdos disciplinares, como matemáticas puras, aritmética, álgebra, hidrografia, desenho, pintura, história portuguesa, entre outros (NIZZA DA SILVA, 1981).

Para os meninos índios foi destinada a aprendizagem de ofícios, seriam trabalhadores. As meninas índias eram preparadas para casarem-se, com índios, brancos ou mestiços. Deveriam ser ensinadas na religião, nas normas morais e nos princípios higiênicos da cultura européia instaurada. Primeiramente, essas crianças eram recebidas nos colégios jesuítas. Após a proibição

do ensino jesuítico no país⁸, eram enviadas para instituições de caridade, casas de acolhida ou colégios para pobres.

Podemos dizer que, em meados século XVII, a vida nas colônias era regida pelos proprietários das terras, detentores do poder de todas as formas, únicos que votavam nas Câmaras sobre a Administração das vilas. No século XVIII, algumas cidades instauram-se no litoral, e é quando a economia e a política se voltam para a o poder e autoridade da burguesia de Portugal, minando parte do poder dos senhores de engenho nacionais. Já o século XIX é o período de modernização do país. Nessa época, são construídas as primeiras vias férreas, o que intensifica e agiliza o comércio, aumenta o lucro e gera novos empregos. A plantação agora é exclusivamente de café, para exportação, é instaurado o uso do telégrafo. A burguesia, antes apenas senhoril, passa a ser também a burguesia do comércio. O tráfico internacional de escravos estava proibido, mas não a escravidão, que tinha, no entanto, seu fim eminente, pois era condenada pelos intelectuais abolicionistas e pela Inglaterra, que tinha interesse no fim da escravatura. Porém, mesmo com a possibilidade cada vez mais próxima da abolição, os negros ainda não tinham nenhuma espécie de instrução, e eram desde sempre pensados exclusivamente para a servidão de seus senhores, desde sua mais tenra infância. Segundo Müller (2007), após a Lei do Ventre Livre, de 1871:

A liberdade estava garantida na lei às crianças até os oito anos. Se a escrava obtivesse a liberdade, a obrigação de manutenção cessava. Se fosse vendida, as crianças até 12 anos tinham o direito de acompanhá-la. O novo senhor se fazia dono do trabalho infantil e se responsabilizava pela criação das crianças “recebidas”. A partir desta idade já não havia diferença entre o que se exigia destas ou de um adulto no trabalho. Desde que nasciam, as crianças negras valiam pela força de trabalho que significavam. /.../ já que os pais e mães continuavam a ser vendidos /.../ as crianças, ainda que não fossem consideradas aquisições do senhor, continuavam trabalhando para ele. /.../ Por outro lado, as crianças que passavam de oito anos de idade /.../ destinavam-se, segundo a lei, às instituições públicas ou autorizadas, onde trabalhavam até os vinte e um anos. Terminado esse tempo, as mesmas deviam encontrar trabalho ao jovem (MÜLLER, 2007, p. 117).

Isto é, a escola continuava a excluir as crianças negras por muito tempo. Com a abolição da escravatura, esse grande contingente de pessoas recém-emancipadas, sem conhecimento acadêmico, com quase nenhuma consideração social deixam de ter o que comer, não têm nada

⁸ De acordo com Schneider (1993), os jesuítas foram acusados pelo Marquês de Pombal de conspiração política, tiveram seus bens confiscados, suas escolas foram substituídas por direção laica, foram responsabilizados pelo abatimento, submissão, dependência e ignorância dos jovens.

para vender, e agora estão incumbidos da responsabilidade da criação de seus filhos. Para os libertos e para os pobres foram criadas as escolas noturnas. Veio à existência o receio de que as crianças pobres e abandonadas se corrompessem, o que levaria, aos poucos, a obrigatoriedade escolar para todas as crianças, e ao questionamento, pelos pais, da posição secundária em que o Estado os colocava, na criação de seus filhos. Esse, por sua vez, entendendo as crianças como o futuro, julgava-se no direito de intervir em suas vidas e no que lhes era ensinado, de modo a zelar pelo progresso do país, a mesma discussão que já se fazia na Europa, um século antes.

Schneider (1993) demonstra essas características citando o discurso de 1882 do diretor geral do ensino público no Rio Grande do Sul, Adriano Nunes Ribeiro, fala que ainda é importante por fazer referência às crianças como cidadãos e portadora de direitos:

A ciência e a justiça reconhecem o direito da criança à educação e no pai o tutor, o indeclinável dever de facilitá-la, convertendo-a em realidade. Se esses não cumprem com seu dever, o governo, a quem compete manter e garantir, em todas as relações sociais, o império do direito e cumprimento do dever, como condição indispensável à felicidade e prosperidade humanas, deve empregar os meios de correção ao seu alcance a fim de cessar o mal, como legítimo tutor que é, de todos os direitos sociais. (SCHNEIDER, 1993, p. 389).

Quanto à questão dos direitos e de políticas sociais para a infância nas sociedades ocidentais, desenvolvidas apenas nesse século: em 1989 a Organização das Nações Unidas aprovou a primeira Convenção Internacional em que se aceitou que as crianças têm direitos, numa convenção separada daquelas que tratavam de todos os outros seres humanos. A aceitação de que as crianças também têm direitos, parece indicar uma mudança nas relações entre crianças e adultos, tanto na vida familiar como num nível maior. Conforme vai se construindo a noção da infância na consciência social, a família e a escola cumprem um papel central na consolidação e reprodução dessa categoria.

É válido ressaltar que isso repercute sobre aquelas crianças que não têm acesso à escola, ou condições de permanecer nela, sob uma forma de designação diferente – serão chamados “menores” – e no estabelecimento de uma instância específica de controle e socialização, que serão os juizados de menores.

Avançando para o século XXI, que é o tempo em que vivemos, as crianças já têm o Estatuto da Criança e do Adolescente asseverando sua cidadania e sua prioridade absoluta, além

de muitos grupos a defender e praticar esta idéia: famílias, escolas, intelectuais, movimentos sociais, partidos políticos e decisões governamentais. O pensamento mais disseminado é aquele versando que o “lugar de criança é na escola” (MÜLLER, 2007), pensamento corroborado pela própria autora (“Para mim, o sujeito criança é sempre o sujeito da educação”) mas em alguns lugares, “há também o movimento reivindicatório que diz que lugar de criança é na família”(MÜLLER, 2007, p.134, 137).

Assim, a autora aponta que, nos dias atuais, ainda não há um consenso perfeitamente harmonioso de qual deve ser a criação infantil. Da mesma forma, não existe apenas um tipo de criança: existem as que são cidadãs e as que não o são: “A criança cidadã é uma conquista em vários sentidos, até na lei, entretanto falta muito para que todas as crianças tenham concretamente uma vida digna. A infância foi materialmente construída e continua em construção [...]” (MÜLLER, 2007, p. 141). Ou seja, infância, como conceito, foi algo elaborado através de vários séculos de pensamento, debates e modificações. A criança foi valorizada através dos séculos de forma progressiva, conforme era valorizada a instituição familiar.

1.2. A civilidade nos discursos sobre a infância

Falando sobre o desenvolvimento do conceito de infância através dos séculos, apontamos várias vezes a importância da influência higienista, na preservação da vida infantil e na formação de uma sociedade civilizada⁹, que, dentre outras características, respeita, valoriza e preocupa-se com suas crianças. É relevante, dessa forma, mostrar que movimento foi esse, como ganhou força, que motivações o impulsionaram. Pois é através da tentativa de *civilizar* que surgem os

⁹ Segundo Ariès, “A palavra ‘civil’ era quase sinônimo do nosso ‘social’ moderno: um ser civil era um ser social. A palavra ‘civilidade’ corresponderia aproximadamente ao que hoje entenderíamos por ‘conhecimento da sociedade’ /.../ As origens da literatura sobre a civilidade /.../ se ligam a três gêneros muito antigos. Primeiro, os tratados de cortesia propriamente dita. /.../ A segunda fonte dos tratados de civilidade foram as regras de moral comum contidas numa coletânea de adágios latinos atribuída na Idade Média a Catão o Antigo, os dísticos de Catão. /.../ A terceira fonte dos tratados foram as artes de agradar ou as artes de amar /.../. Os tratados de cortesia, as regras de moral e as artes de amar concorriam para um mesmo resultado: iniciar o rapaz (e às vezes a dama) na vida em sociedade. /.../ O fato de um educador devoto, fundador de um instituto educacional, cheio de responsabilidades e preocupações [La Salle] ter tido o trabalho de redigir um manual que trata, como os manuais anteriores, das boas maneiras, dos trajés, do penteado, da conduta à mesa etc., é uma prova da importância que se atribuía a assuntos que hoje se tornaram triviais. /.../ O grande número de manuais de civilidade, suas reedições e adaptações /.../ provam-nos que a escola ainda não tinha monopolizado todas as funções de transmissão do conhecimento.” (ARIÈS, 2006, p. 169 a 173).

manuais de civilidade, de higiene, que mais tarde se desdobrariam nos manuais de cuidados com a família e com os bebês.

Desde os séculos XIII a XVI, na Europa, houve alguma inquietação relativa aos maneirismos nas relações interpessoais. Mas foi apenas no século XVIII que o conceito de *civilização* como um conjunto de normas para um modelo de indivíduo se desenvolveu, em função das mudanças sofridas pelo corpo social e da sua então necessária aplicação.

As normas de comportamento social estão ligadas às maneiras de interagir em sociedade, como uma exteriorização capaz de refletir suas concepções sobre a moral, a ética, os princípios e valores dos indivíduos, e sua relação com o mundo; estando o comportamento social, assim, vinculado à necessidade de normas que regulem a forma de atuação dos indivíduos entre si (ELIAS, 1994).

Isto é: em função dos padrões sociais aceitos, assimila-se um determinado perfil de atuação entre os indivíduos, e esse perfil de atuação será regulado através das *formas* de lidar com o outro. Essa forma de comportar-se é regulada pelas normas de *boas maneiras*.

De acordo com Pilla (2003):

Todas as sociedades ao longo da história criaram preceitos com o objetivo de nortear as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre emanarem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que se não fossem seguidas, implicariam em sanções, que iam da exclusão a desaprovação daqueles que não a respeitassem. Tanto é assim que, antes mesmo da imprensa na Europa, já havia manuscritos latinos, franceses, ingleses, italianos entre outros, que descreviam, em versos fáceis de memorizar, as boas maneiras. Nesse tempo ainda não se falava de civilidade ou em decoro, mas em cortesia. (PILLA, 2003, p. 105)

A autora explica que, desde a Antigüidade grega havia certa literatura de cunho pedagógico que visava a ensinar a temperança, a sobriedade e a sociabilidade. Na Idade Média, as normas de conduta também chegavam às pessoas por meio de trovas ou provérbios, e também de alguns manuscritos. A partir do século XIII, havia alguns tratados especiais, que serviam para instruir noviços ou jovens em colégios, que faziam menção a certos comportamentos sociais aceitos. No entanto, nenhum desses livros tinha ainda seu foco inteiramente sobre o assunto.

Até porque, na sociedade feudal, a forma de vida e afirmação era definida pelo uso da espada e da posse de terras. Somente mais tarde, com formação gradual do Estado, a nobreza da corte desenvolverá a conduta de resolver suas demandas sem o uso da violência: a conduta da

cortesias. No século XVIII, os iluministas acreditam que os povos não estão ainda totalmente civilizados e a civilização é um processo que deve prosseguir, eliminando tudo o que fosse rude e irracional, e instituindo a pacificação e refinamento.

Para Braudel (1992), é a partir de 1800, na França, que as palavras “civilização” e “cultura” são relacionadas uma à outra. Cultura já era mencionada em textos de Cícero, e passa a se ligar a intelectualidade em meados do século XVIII, já civilização aparece em 1766, com o significado de “progresso intelectual, técnico, moral e social” (BRAUDEL, 1992, p.239), embora civilizar e civilizado já tivessem ocorrido nos séculos XVI e XVII. Por volta de 1850, essas palavras já são utilizadas no plural, o que permite depreender uma ampliação de seu conceito, como vemos:

Civilizações ou culturas no plural, é a renúncia implícita a uma civilização que seria definida como um ideal ou, antes, o ideal, é em parte negligenciar qualidades universais, sociais, morais, intelectuais que a palavra implicava em seu nascimento. Já é tender a considerar todas as experiências humanas com igual interesse, as da Europa, assim como as dos outros continentes. (BRAUDEL, 1992, p. 240, 241).

Civilização, no entanto, possui diferentes significações nas sociedades ocidentais. De acordo com Elias (1994), *civilização* refere-se a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais, e certa idéia de progresso, no caso dos franceses. Para os alemães, dá a idéia de algo ligado à aparência, e não ao *ser* (a palavra para esse caso de *ser*, em oposição a *parecer*, é *kultur*).

Elias (1994), assim, vê o conceito de *civilização* como algo que é híbrido o suficiente para que não se consiga fixar uma definição hermeticamente fechada. Para ele, esse conceito refere-se a um só tempo:

a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. /.../ ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 1994, p. 23).

Mas que não se pode compreendê-lo sem ligá-lo ao entendimento dos acontecimentos de centralização da sociedade, que encontraram sua primeira forma no Absolutismo. Assim, pode-se dizer que os códigos de boas maneiras estão diretamente ligados aos *modelos civilizatórios* desejados no Ocidente a partir do século XVI, como vemos em Pilla (2003):

Nessa sociedade em que se delineiam novas formas de interdependências entre seus membros é que surge uma nova ordem, mais forte do que a razão ou a vontade das pessoas que a compõem. /.../ essa ordem social que determina as mudanças no curso da história é /.../ o processo civilizador. É uma reorganização dos relacionamentos humanos acompanhados de novas maneiras, formando os sentimentos mais tarde denominados “civilizados”. (PILLA, 2003, p.109)

Elias (1994, p.23) afirma que, “[...]se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização [...] partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Ou seja, o entendimento das transformações político-culturais repercutia na adaptação e ajuste dos comportamentos sociais. Segundo o autor, com a formação do Estado Moderno, o poderio do Estado, com as Monarquias Absolutas a partir o século XVI, as relações sociais vão se alterando e o indivíduo que se comporta com prudência e equilíbrio é aquele que consegue obter maior sucesso nelas. A modéstia, o autocontrole, a estabilidade passam a identificar a aderência ao novo comportamento instituído, substituindo a violência física pela influência verbal e pela estima, principalmente na disputa pelo poder.

Uma sociedade civilizada era, assim, identificada por um conjunto de formalidades cumpridas pelos cidadãos entre si, em sinal de respeito mútuo e consideração, através de predicados como boa educação, boas maneiras, polidez, urbanidade, delicadeza, cortesia.

Pilla (2003) diz que no século XVIII, a civilidade foi caracterizada como comportamento típico dos nobres, e entendida, nesse momento, como uma dissimulação, sendo abominada, em contraste com uma maneira natural de comportar-se. Surgia aí uma oposição entre, de fato, *ser* e apenas *parecer ser*, correspondendo respectivamente à *civilidade* e à *polidez*. No século XIX, entretanto, quando a burguesia adota para si o *tratamento polido*, como uma insígnia distintiva de sua posição social, a civilidade se vulgariza e é então compreendida e aceita com mais um sentido, que é o de simplificadora das relações sociais.

De acordo com Elias (1994), o povo europeu reputando-se, então, civilizado e consciente disso, divisa sua primazia sobre as demais nações, e esmera-se em corrigir o que considera seus defeitos, investindo no progresso científico, tecnológico, e conseqüentemente também dos costumes e das boas maneiras. Como vemos:

/.../Uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a *consciência* da civilização a consciência da superioridade seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espriar por todas as nações do Ocidente. (ELIAS, 1994, p.64)

Isto é, uma vez convencidas de sua superioridade, as nações européias consideram-se aptas para efetuar a transmissão desses conhecimentos civilizatórios às outras nações, inferiores, são “*as porta-estandartes da civilização em marcha*” (ELIAS, 1994, p.64). O que efetivamente ocorreu, pois os ideais civilizatórios da sociedade européia, acabaram por ser o fundamento para a restauração política, cultural e social de vários centros urbanos durante o século XIX.

Segundo Pilla (2009):

A ideologia do mundo ocidental nesse período estava impregnada de uma crença sincera no progresso – um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização. /.../ Mesmo os políticos radicais, utópicos ou científicos, estavam convencidos de que o progresso seria capaz de acabar com a escassez de alimentos e derrotar o grande fantasma que sempre assolou a humanidade, a fome. (PILLA, 2009, p.01)

A crença no mito do progresso afetava a todos, e era nos ideais baseados nesse mito que se fundamentavam as mudanças instituídas nas grandes metrópoles. Costa e Schwarcz (2002, p.12) dizem que o pensamento político-social dominante no Brasil da época estava “*tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações*”.

No Brasil do século XIX, com a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, acelerou-se o processo de estruturação da sociedade voltada para esse modelo europeu, digno de acolher a Corte (PECHMAN, 2002). *Civilizar* era a palavra de ordem. Era necessária a ruptura com a

imagem arcaica e atrasada do país e a instauração de um modelo urbano que refletisse a sistematização de um país civilizado e moderno. É nesse contexto que acontece a criação da *Nação Republicana Brasileira*.

Pilla (2003) aponta que nesse momento de transição política, econômica e até geográfica, os manuais de civilidade se apresentam como um elemento propulsor da disseminação dos ideais da nova ordem, apresentando-se de várias formas, mas sempre auxiliando nesse mesmo objetivo comum:

Em meio a um processo de modernização da cidade, resultado da constituição do Estado republicano e da implementação de novas políticas econômicas, encaram-se modificações na própria constituição das relações sociais e familiares, que passam a exigir obediência a todo um corpo de regras que buscavam antes de tudo regular os comportamentos das pessoas em geral, e de forma particular, a de uma nova elite que se formava. Nesse período, entre um cenário de visíveis mudanças, as cidades brasileiras passaram a apresentar uma atmosfera cosmopolita e metropolitana. Diante de tantas transformações, alguns críticos temerosos frente ao que eles chamavam de nova paisagem urbana imperfeita e desorganizada, consideravam as cidades como sintetizadoras da suposta decomposição da ordem social e grande responsável pela quebra dos costumes. Nesse panorama é que se conjugam esforços no sentido de disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora às relações humanas e à ordem familiar. /.../ Nesse contexto é que se fortalecem os códigos de comportamento, e outras literaturas de civilidades. Apesar de apresentarem-se com objetivos muitas vezes diferenciados, mostram-se complementares na medida em que pretendem codificar e orientar a vida cotidiana e os relacionamentos entre as pessoas ensinando-lhes a ciência do saber viver. (PILLA, 2003, p.120)

Por volta de 1870, algumas relevantes alterações tecnológicas já se fazem notar no espaço urbano, como a mudança, surgimento ou desaparecimento de praças, ruas, becos, ocupação de regiões, difusão do uso de automóveis, telégrafos, telefones, eletricidade, cinema e eletrodomésticos, avanços na biologia, na medicina, na profilaxia e também na higiene, bem como a adoção de providências que garantissem o comportamento apropriado dos indivíduos em lugares públicos (PILLA, 2009).

As transformações urbanas instauradas nas capitais, notadamente na capital da República, o Rio de Janeiro, voltadas para a construção de uma sociedade, se não por si mesma progressista e inovadora, ao menos esforçada em acompanhar o modelo europeu, mais desenvolvido; traziam também a necessidade de transformações nos usos e costumes de seu povo, os quais deveriam refletir e ratificar o desenvolvimento da nova nação que despontava.

Isto quer dizer que tanto os limites físicos das cidades eram alterados, como também as condutas de seus moradores, que buscavam *europizar-se*. Engendrava-se uma reformulação nos

princípios da convivência social, que compelia os habitantes das cidades a adotar boas maneiras, a viver com educação, comedimento, afabilidade.

Especialmente entre aqueles que desempenhavam papéis nas classes mais altas, portar-se de forma impecável significava distinção e integração. Numa sociedade estruturada no encalço da Revolução Francesa, que proporcionou o fim da imobilidade entre as classes sociais, eram justamente os bons modos, o saber conviver, os traços distintivos que garantiam a ascensão social do sujeito. Ou seja, o homem já não valia tanto pelo que tinha, mas pela estima que desfrutava. Conforme vemos em Pilla:

Uma das primeiras medidas /.../ seria, na sociedade brasileira da época, rejeitar os costumes populares regionais de tal forma que qualquer pessoa de “bem” não gostaria de ser flagrada em situações consideradas “não-civilizadas”. No Brasil, na virada do século, a ordem era afastar-se de tudo que remetesse a um tempo “primitivo” e “incivil”. Era preciso ligar-se ao polimento das atitudes sociais, em busca de uma diferenciação das pessoas de categorias mais baixas, não somente nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras. A esse esforço civilizatório deveria corresponder uma série de mudanças nas estruturas das cidades: ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos (PILLA, 2009, p. 2).

Isto nas cidades. No campo, até o final do século XX, quem ditava a classe social à qual pertencia determinada pessoa era sua história, o conhecimento de suas posses em porções de terras e escravos. Aos poucos, contudo, o modelo de vida nas cidades também vai chegando ao campo, e as boas maneiras convertem-se em poderoso meio de integração interpessoal e de padronização da elite e daqueles que com ela queriam se identificar, distanciando-se das massas populacionais. Segundo Padilha (2001, p.19): “A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância. [...] o olhar apurado tem que distinguir [...] o aristocrata do homem rico das finanças, e mesmo a nobreza antiga da nobreza do império”.

1.3. A civilidade por meio dos manuais

Retomando os propósitos reformistas do cenário em desenvolvimento, foi neste contexto que surgiram os *manuals de civilidade*. Pilla (2003) reflete que:

[...] à medida que as pessoas se relacionam cada vez mais estreitamente, cada indivíduo desempenha uma função social, que deve ser mais e mais regular, diferenciada, uniforme e estável. O controle do comportamento passa a ser ensinado desde os primeiros anos, formando o que vai ser denominado de uma segunda natureza [...]. Em meio a essa teia de ações tão complexa, que leva o indivíduo a se comportar “corretamente” através de um controle consciente, somado a um complexo aparelho de controles socialmente exigidos, relacionam-se os manuais de comportamento que ditavam modelos de desempenhos sociais considerados civis. [...]Nessa sociedade, aquele que melhor conseguir moderar suas paixões é aquele que terá melhores vantagens, conseguirá e manterá favores, falando de uma sociedade de corte, ou alcançará mais facilmente admiração e prestígio, quando se trata das sociedades democráticas. Ou seja, é preciso alcançar o autocontrole, bem como ter atitudes pensadas, [...] ser previdente e prudente ao tomar atitudes. Afí está a mudança “civilizadora” do comportamento pensada por Elias. É a valorização do autocontrole e do comedimento (PILLA, 2003, p.109, 110).

Segundo Elias (1994) o texto precursor dos manuais de civilidade é o *De Civilitate Morum Puerilium* (Da civilidade das crianças), publicado por Erasmo em 1530, no qual o termo *civilitas* foi utilizado com sentido de aplicação comum a todos, independentemente de sua situação social. Nele, a civilidade é considerada uma qualidade pertencente à índole e deve ser ensinada às crianças como um princípio, uma prática a ser perseguida. Antes dele, em 1528, já houvera *O cortesão*, de Baltasar Castiglione, e depois dele, *Galateo*, de Giovanni della Casa, em 1558, ambos diferenciando-se do escrito de Erasmo, por dirigirem-se à aristocracia. Outros manuais também circularam junto a esses, e em 1600 eles multiplicaram-se. Pilla (2003) diz que:

Os manuais do século XVII deixam bem claro seu maior objetivo, ensinar um convívio adequado na corte, especialmente na França, onde essas obras se dirigem com mais clareza e em maior número àqueles que desejavam se aproximar da vida em sociedade de corte e de todo o prestígio que ela representava e oferecia (PILLA, 2003, p.115).

São exemplos dessas obras, *O guia dos cortesãos*, publicado em 1606 por Nervèze, o *Tratado da corte*, escrito por Refuge em 1616, *O honesto homem ou a arte de agradar à corte*, de Nicolas Faret, em 1630, e *O novo tratado da civilidade que é praticado na França entre as pessoas honestas*, que foi a público em 1671, escrito por Antoine Courtin. Esse último trazia o traço distintivo de dirigir-se tanto aos que freqüentavam a corte, como àqueles que não a freqüentavam, pois tanto um grupo quanto outro deveria saber quais eram suas práticas e modos. Enquanto Della Casa e Castiglione postulavam em seus manuais que a civilidade era um atributo

inato, o manual de Courtin reputava que a civilidade poderia ser adquirida, aprendida. No encaço de Courtin, Jean-Baptiste de La Salle publicou *Règles de la bienséance de la civilité chretienne*, que tornava a aprendizagem sistemática e, assim, convertia-se numa das bases da formação escolar. Na mesma época desse tratado de La Salle, o frei francês Clavel publicou o *Tratado de civilidade cristã*, que qualifica a *civilidade* como uma ciência capaz de ministrar o momento exato e correto de falar e atuar, tornando incivil aqueles que desobedecem às postulações dessa ciência. Já no século XVIII, a grande difusão dos manuais de civilidade se estabelece em proporção contrária a sua relação com o *status* social. (ELIAS, 1994).

Pilla (2003) diz:

É sob essas novas tendências que os manuais do século XIX tomam para si o compromisso de oferecer conselhos sobre refinamentos nesse mundo que se propõe democrático, embora sob as inspirações dos ideais de simplicidade e igualitarismo transpareçam um repúdio à afetação, uma falta de incentivo à rigidez, à pompa e ao luxo exagerado. E não se mostram diferentes os tratados do século XX. A forma fácil e didática como os manuais do século XIX apresentam seus preceitos é prova dessa busca da simplificação. Destinados a todos que dele necessitam, serviam, além de divulgadores de comportamentos considerados corretos, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização (PILLA, 2003, p.116)

Isto é, ainda que com nova aparência, esses novos manuais tinham por objetivo estabelecer regras, moldar exemplos, harmonizar comportamentos que se adaptassem para o estilo de vida pretendido na sociedade que se delineava.

Se durante os séculos anteriores, a publicação desses manuais e a preocupação com seu conteúdo foi uma inquietação dos povos europeus, a difusão desses manuais começou a ganhar corpo no Brasil mais tarde, no início do século XX.

No fim do século XIX e início do século XX, no Brasil, emergia o processo de Industrialização. Nesse tempo, graças à falta de planejamento urbano, as condições sanitárias eram precárias, e os surtos epidêmicos eram comuns: varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, entre outras, eram doenças de fácil contágio, principalmente devido à grande concentração humana. Assim, a figura do médico passa a ser imprescindível para a vida urbana, para que não se formasse a idéia de que a cidade era a causadora de tantas moléstias. A vida social (urbana) vai sendo, assim, uma vida ligada à consultoria médica, e de acordo com as descobertas da ciência, a Medicina é legitimada, e o higienismo passa a fazer parte de todas as

esferas sociais, como a família, a escola, etc. A infância era requisitada como momento mais propício ao cultivo de hábitos “higienizados”(MACHADO Et al, 1978; ROSEN, 1994).

Esses manuais valiam-se da temática da higiene pessoal, da aparência, e dos ritos como marcas distintivas da civilidade. Seu propósito era o de regradar os cuidados com a saúde e o comportamento social, para a construção dessa nova sociedade de perfil europeu, apoiada no *progresso*, na *modernidade*, na *urbanização*, na *higienização* e na *gestão da população* (SILVEIRA, 2005). Essa literatura contribuiu de forma relevante para a propagação das normas comportamentais apropriadas à nova sociedade que se estabelecia.

A composição textual desses manuais, inspirados em manuais franceses, era prescritiva, tópica e prática, de forma que se podia consultar o livro sobre um determinado tema sem necessariamente ter que ler todo o seu conteúdo. Possuíam exemplos, estatutos e determinações apresentados como leis a serem seguidas. Não eram, contudo leitura obrigatória, mas, dirigido a jovens e adultos, tinha circulação usual entre aqueles que desejavam a civilidade como emblema de sua situação social, entre aqueles que queriam saber como deveriam comportar-se adequadamente em festas, jantares, eventos da sociedade, que queriam aprender a arte do *savoir vivre* (SHWARCZ 1998).

Se no momento de sua propagação os manuais serviam, portanto, como um emblema evidenciando a elite, aos poucos, em função da organização republicana da sociedade, sua leitura foi alargando-se. A população aspirava ao modo elegante e educado de a elite viver, e tendia a imitá-la. Essa tendência ia desvinculando o prestígio do tratamento cortês, num processo que tornaria o comportamento cerimonioso numa disposição, até certo ponto, comum, pois a *boa educação*, as *boas maneiras*, com o desenrolar dos anos, passa a ser compreendida como um atributo desejável a todos, para a boa convivência em sociedade, e não somente às classes mais abastadas. Conforme vemos em Rainho (1995):

Quando os códigos se revelam demasiadamente acessíveis e difundidos por toda a parte, a civilidade começa a apagar os privilégios das elites. Face ao perigo que representava um eventual nivelamento das condutas, a civilidade é depreciada e torna-se um mero sinônimo de polidez (RAINHO: 1995, p.139).

Com a evolução desse pensamento, o ensinamento das boas maneiras começa a ser direcionado ao âmbito privado, à família, pois nela estava o núcleo que melhor poderia disseminar e arraigar no comportamento de seus indivíduos, as regras da boa conduta.

Ao longo dos anos, e com o crescimento da preocupação com a família e com a infância, modificam-se também os temas e o modo como eram abordados. Uma vez dirigindo-se à família, os manuais tornaram-se uma espécie de aconselhamento aos pais, sobre como educar também seus filhos corretamente e promover seu bem-estar, em oposição a serem apenas livros que continham regras de boas maneiras, com vistas à vida em sociedade:

Na segunda metade do século XVII, as civilidades mantinham seu aspecto tradicional, mas reservavam um lugar cada vez maior aos conselhos educativos e às recomendações dirigidas apenas às crianças /.../. A *Civilité nouvelle* de 1671 já era algo como um tratado de educação para os pais, o que não acontecia com os manuais de civilidade tradicionais, concebidos como simples registros de costumes estabelecidos. Ela aconselhava como fazer para corrigir as crianças, em que idade se devia começar a ensinar-lhes as letras, e assim por diante. /.../ Mas mesmo o quadro ampliado dos tratados de civilidade tradicionais pareceu demasiado estreito para atender às novas preocupações educativas. Surgiram então, especialmente no círculo ligado a Port-Royal, verdadeiros tratados práticos de educação, apresentados sob a forma de conselhos aos pais: o *De l'éducation chrétienne des enfants* de Varet em 1666 e as *Règles de l'éducation des enfants* de Coustel em 1687. /.../ não se trata mais de registrar os hábitos dos adultos para as crianças ou outros adultos ignorantes, e sim de instruir a própria família sobre seus deveres e responsabilidades, e de aconselhá-la em sua conduta em relação às crianças. (ARIÈS, 2006, p. 174 a 177).

Como podemos perceber no trecho acima, os manuais de civilidade evoluíram através dos tempos, e com o surgimento de novas preocupações relacionadas à saúde e educação infantis e passaram a ser direcionados à família, aos pais. Paralelos às práticas culturais adotadas pelos indivíduos, foram aos poucos se desdobrando em diferentes tipos de livros, como os manuais de etiqueta, e como a variação que nos interessa, a literatura de *puericultura*.

1.4. As concepções de Puericultura

Como vimos no capítulo anterior, antes da inserção dos manuais de civilidade e higiene, e antes do interesse do Estado e da Igreja na criança e na família, não havia livros que ensinassem

aos pais do bebê como eles deveriam cuidar de seu filho, tudo era feito de acordo com a tradição familiar, e cada família cuidava de suas crianças da forma como melhor entendia. Quando os manuais de civilidade e etiqueta foram amplamente disseminados, no século XIX, carregavam a ideologia higienista, que aos poucos passou a ser mesclada à idéia da moralidade. Esses manuais também aplicavam certos ensinamentos aos cuidados com bebês, e o que mais tarde transformou-se na *puericultura*, passou a ser ensinada também através de manuais. Na atualidade, temos à disposição uma grande variedade de títulos a respeito da gravidez, dos cuidados, da educação, do recém-nascido, das crianças e dos adolescentes.

Um *manual de puericultura* pode ser definido como um livro destinado aos pais ou qualquer pessoa que vá cuidar de um bebê. É um livro de vulgarização científica, ou seja, nos quais os conhecimentos científicos e avanços nos estudos a respeito, principalmente, da saúde e do comportamento do bebê são ensinados aos leitores didaticamente, de forma que qualquer pessoa que o leia possa entender.

Tradicionalmente, a noção de *puericultura* se relaciona com os conhecimentos e técnicas científicas aplicados para o pleno desenvolvimento físico e mental da criança, desde sua gestação até a puberdade. A *puericultura* seria como uma indicação metódica e minuciosa de cuidados biológicos, psicológicos e sociais para a criança, elaborada a partir de diversos campos de conhecimento e atuação, e com o objetivo de prevenir doenças ou distúrbios das mais variadas naturezas.

Atualmente, relacionada à pediatria, é o conjunto dos conhecimentos e fazeres através da qual o pediatra buscará perceber se existe alguma variável indesejada no crescimento, na nutrição, no progresso neuropsicomotor da criança, o mais cedo possível. Do mesmo modo, o *puericultor* também se encarregará da administração da vacinação básica, da supervisão da higiene, da dieta, do comportamento, da nutrição, e do aproveitamento do potencial intelectual da criança.

Conforme Bonilha e Rivorêdo (2005), essa visão neutra e positiva da *puericultura* é apenas um modo de enxergá-la.

Existe uma outra, surgida na década de 1960, que a interpreta como submissa a diferentes agentes políticos e econômicos cujas motivações e objetivos vão muito além do auxílio no desenvolvimento infantil.

Isto é, o estabelecimento de padrões de comportamento, tanto para os adultos como para as crianças, considerados ideais pela classe dominante, estariam ocultos sob sua proposta. Desse modo, a puericultura materializaria o plano de conservação das crianças iniciado na Europa no século XVIII, com vistas a aumentar seus mercados e exércitos, conseqüentemente, aumentando seu poderio (DONZELOT, 1986).

A possibilidade de haver duas concepções para um mesmo assunto, nesse caso, a puericultura, indica a existência de duas formas distintas de compreender e narrar sua história. Descrevê-las, e a seus conflitos, minuciosamente, não é a intenção desse trabalho, no entanto, parece-nos necessário fazer uma exposição dessas correntes para melhor fundamentar nossa opção por uma delas.

A primeira concepção de puericultura vê sua história como a sistematização de idéias e fatos, representada ora por nomes como os de pediatras, responsáveis por descobertas científicas ou por serviços com grande eco, ora por acontecimentos relevantes, como a adoção de certas práticas em dadas épocas e culturas, e de acordo com sua atualização quanto aos conhecimentos científicos.

Dessa forma, a puericultura é entendida como uma ciência em constante aprimoramento, ao longo dos tempos, cuja história se confunde com a história dos cuidados com a criança, como evidencia Blank (2003):

Até meados do século retrasado, [a puericultura] não era mais do que um conjunto de noções e técnicas sobre os cuidados de higiene, nutrição e disciplina de crianças pequenas, que era passado de mãe para filha ao longo dos tempos, logo, repleto de mitos e tabus. Foi, então, apropriada pela pediatria, que tratou de transformá-la gradativamente em uma ciência verdadeira, com aplicações muito mais amplas e abrangência etária bem maior. (BLANK, 2003, p.13)

Segundo essa proposta, as primeiras obras com os objetivos buscados pela puericultura surgiram a partir do Renascimento, mas somente com o Iluminismo, no século XVIII, nasce a consciência para as questões das crianças.

No mesmo ano do *Emílio* de Rousseau, em um escrito de Jacques Ballexserd, surge o termo “puericultura” (CRESPIN, 1992).

O século seguinte trouxe crédito ao poder científico e do progresso, graças às descobertas científicas. Entre elas, e com especial relevância para a puericultura, a Revolução Pasteuriana: a

teoria microbiana das doenças e a fabricação das vacinas, além da descoberta de microorganismos causadores de diarreias na água e no leite, o que repercutiu na fervura dos fluidos, e no incentivo ao aleitamento materno, uma vez que muitas crianças morriam em decorrência de diarreias.

Após ser difundida na Europa, a puericultura, somada à teoria microbiana, chega ao Brasil, em 1890. Moncorvo Filho inaugura em 1899 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, entidade voltada para o auxílio de crianças carentes e para a divulgação da puericultura e da higiene. A partir daí, a puericultura foi anexada às leis, aos planos de saúde pública, e à pediatria, e logo depois, passou a ser ensinada à população em centros de saúde e em visitas domiciliares. Na década de 1930, são criadas a Diretoria de Proteção à maternidade e à Infância e a cadeira de Puericultura na Faculdade Nacional de Medicina. Na década seguinte, é formado o Departamento Nacional da Criança, além de vários postos de puericultura, maternidades e serviços de pré-natal (NOVAES, 1979).

Nos anos seguintes, a puericultura foi perdendo terreno, mas voltou à tona na última década, principalmente nos Estados Unidos, no Canadá e Reino Unido, que buscam revisar a puericultura e dar-lhe bases apoiadas em estudos e experimentos controlados (BONILHA, RIVORÊDO, 2005).

A segunda concepção de puericultura enxerga como uma prática específica da sociedade ocidental moderna, em oposição a ser uma prática voltada para qualquer criança, ao longo dos tempos, e em diversas civilizações. Ou seja, na visão da história social, a puericultura nasce relacionada à criança ocidental moderna.

Na Idade Média, quando a criança já era capaz de andar e se alimentar sozinha, era envolvida nas práticas dos adultos, não havendo divisão de seus espaços. Mesmo a consciência da individualidade não era a mesma que temos atualmente, mas sim uma consciência de *individualidade coletiva*, ou seja, relacionada à família, à descendência, cuja manutenção dependia tanto dos adultos quanto das crianças (ARIÈS, 2006, MÜLLER, 2007).

A partir do Renascimento, a burguesia que emergia incitou o surgimento do individualismo, do humanismo, do antropocentrismo, do racionalismo e do universalismo. Daí tem origem um sentimento de que não apenas a linhagem é importante, mas que o indivíduo é importante, e sua eternização se daria através das suas crianças consangüíneas. Os filhos ganham

um novo *status* nas esferas mais ricas da sociedade, surge o desejo de livrar a criança de doenças e preservar-lhe a vida. Apareceram então os primeiros trabalhos com temas pediátricos.

A medicina de Estado, implantada no século XVI em alguns países da Europa, tem sua causa no grande número de mortes e no medo do despovoamento dos Estados, que dependiam da população para integrar seus exércitos, mercados, mão-de-obra, etc. A medicina de Estado procurava recuperar a saúde dos menos favorecidos, sem que, no entanto, compartilhassem das riquezas (DONZELOT, 1986).

No século seguinte, percebe-se a necessidade de dar às crianças uma educação voltada para a formação de homens racionais e cristãos, pelos eclesiásticos, legisladores, moralistas e educadores, o que acontece plenamente com o Iluminismo; quando uma nova concepção de medicina passa a se interessar não somente pela sociedade como um todo, mas também pela criança. E não apenas ocupando-se de sua sobrevivência, mas também: das condições físicas e econômicas em que sobrevive, com os investimentos necessários para tornar útil esse período de desenvolvimento, com seu crescimento saudável, e trazendo aos pais e aos filhos a responsabilidade de cuidar da higiene, da amamentação, da indumentária, da prática de exercícios e da obediência a preceitos médicos (FOUCAULT, 2008).

Donzelot (1986) aponta dois objetos de análise relevantes para entender esse sentimento de conservação infantil dos séculos XVIII e XIX. O primeiro expõe os inúmeros trabalhos destinados à elite e versando a respeito de como criar seus filhos, isto é, voltados para a instituição de novos costumes, que rompessem com a luxúria e vaidade dos costumes anteriores ao pensamento burguês. O segundo refere-se às práticas para a preservação da vida de crianças pobres, de modo a gerar uma transformação no comportamento de cada pessoa da família, que teria agora como objetivo primordial conceber e proteger seus filhos. Segundo Bonilha e Rivorêdo (2005, p.11), “a própria noção de amor materno e a ênfase no aleitamento materno constituíram mecanismos desse projeto, pois o que foi socialmente construído tornou-se, por força da pressão social, uma constante psicológica”.

Logo depois, com a Revolução Pasteuriana, a ciência tornou-se a autoridade suficiente para estabelecer normas, que, obedecidas, diminuíram a mortalidade e a incidência de doenças, tornara a sociedade um espaço de adultos saudáveis, dirigia a vida das pessoas carentes, diminuía seu custo social e aumentava a mão-de-obra, segundo Donzelot (1986).

No Brasil, a puericultura foi institucionalizada na década de 1920, após a instauração da industrialização, da necessidade de mão-de-obra, e das reivindicações dos trabalhadores por melhores condições (NOVAES, 1979). O livro *A vida do bebê*, do Dr. Rinaldo de Lamare foi o primeiro livro lançado no Brasil sobre esse assunto, em 1941, no auge do incentivo às práticas higienistas. Esse certamente o mais famoso livro de puericultura do país, até por ter sido, durante algum tempo, o único, bem como seu autor, um dos mais famosos pediatras – senão o mais famoso.

Bonilha e Rivorêdo (2005) alegam também que, após a Segunda Guerra Mundial, o grande investimento dos Estados Unidos em projetos voltados para a saúde indica, muito mais do que uma preocupação com o bem-estar das crianças, uma busca por estabelecer no Brasil condições favoráveis ao surgimento de novos mercados para seus modelos de medicina preventivista, medicina integral e medicina comunitária. Também apontam o interesse de setores da economia e a sua relação com a puericultura, como por exemplo, a indústria de leite em pó, à qual se atribui a diminuição do estímulo à amamentação, desde 1940 até 1980. A indústria alimentícia certamente é também uma grande beneficiária da indicação corrente dos pediatras às mães de não alimentarem com outro leite artificial (como os leites de caixa, por exemplo), que não seja o leite maternalizado (*fórmula*), aos bebês de até um ano de idade, que não forem amamentados ao seio¹⁰.

Os autores ainda ressaltam que, com o passar dos anos e graças à explosão demográfica, surgiu uma nova assistência, privada e dirigida à mão-de-obra, que tanto favorecia o Estado (uma vez que mantinha a saúde dos trabalhadores) quanto setores como a indústria de medicamentos, de tecnologias para diagnosticar doenças, e empresas de planos de saúde.

Para as duas concepções, o papel central do antagonismo parece pertencer ao papel das classes dominantes: na primeira concepção, a puericultura teria sido criada visando ao progresso da sociedade e à proteção das crianças (pode-se perceber uma visão da história da puericultura que tentar ocultar suas relações com o poder); enquanto que na segunda, a criação da puericultura visaria ao enriquecimento e à manutenção do poder das elites, tanto político quanto econômico

¹⁰ E no livro *A vida do bebê* do Dr. De Lamare, encontramos inclusive uma listagem desses produtos, embora o livro estimule à amamentação exclusiva durante os seis primeiros meses de vida da criança. Isto aponta também para esta voz que perpassa o discurso pediátrico, o jogo de poder que se encontra atravessando o discurso médico: isto é, o da indústria alimentícia.

(pode-se perceber uma visão da história da puericultura que tenta evidenciar a existência de uma ideologia unida a ela).

Para essa dissertação, optamos pela segunda, por entender que para a considerarmos efetivamente uma prática social, precisamos recorrer aos fatos históricos e ideológicos ligados ao seu surgimento e desenvolvimento. Segundo o arcabouço teórico em que nos apoiaremos para essa pesquisa, acreditamos que os discursos não surgem separadamente das práticas de uma determinada sociedade. Há uma ideologia, há um conjunto de acontecimentos vinculados aos discursos, que, a um só tempo, proporcionam esse surgimento e dependem desse discurso para sua legitimação.

CAPÍTULO 2: SOCIEDADE E DISCURSOS SOBRE INFÂNCIA NA ATUALIDADE

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história regressiva. Partimos necessariamente do que sabemos sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio de dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início (ARIÈS, 2006, p.26).

O tempo e a sociedade atuais, tecnológicos, têm como divisas a multifuncionalidade, o imediatismo e o consumismo. A caracterização do indivíduo pertencente à configuração atual da sociedade como multifuncional, consumista e imediatista está presente principalmente nas diversas mídias, inclusive as mais populares. Podemos citar dois exemplos, nos excertos de uma matéria de revista e de jornal, a seguir:

A capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo é uma das características desses jovens, que cresceram em meio à velocidade e enxurrada de informações da era digital. Por isso, eles se comportam de maneira diferente. /.../ aprendem e se adaptam a novas situações com facilidade. Proporcionalmente, são mais ousados e criativos. Por outro lado, apresentam maior dificuldade de concentração e de realização de projetos de longo prazo, já que foram acostumados ao imediatismo da internet. (MARCH, 2009, p. 1)

No início desse século 21, somos todos cobaias da maior mudança que a velha Terra já experimentou. E você ocupa um lugar privilegiado na montanha-russa das novidades. Ao contrário de mim, jovem analógico da década de 80, você já nasceu “digital” e “online”. Desde criancinha, tudo está ao alcance do seu dedo. Num clique, você descobre: como mudar o cabelo, escolher a melhor profissão, onde encontrar o brechó mais incrível da cidade, a maquiagem mais adequada à cor da sua pele e, aposto sabe mais sobre usar bem o pênis que o próprio namorado. .-) Na escola, tive um professor de história do Brasil chamado Seo Eurivani. Tinha uma letra redonda, cheia de ginga, muito bonita... Passava trinta minutos escrevendo a aula no quadro-negro. E a gente, em silêncio, copiando tudo para o caderno. Depois dessa verdadeira sessão de cut & paste à lenha, o Seo Eurivani lia, em voz alta e solene, tudo o que ele tinha escrito o quadro. Aí, já era hora de tocar o sinal e acabar a aula. Esse foi o sistema que fabricou o cérebro da minha e de todas as gerações anteriores à de vocês. O professor, o governo, a Igreja, a família... eram as fontes exclusivas de informação. Vivíamos na cultura da decoreba e do império das meias-verdades. /.../ A Universidade de Berkeley, na Califórnia, mediu e mostrou que a quantidade de informação produzida em apenas dois anos de início desse século equivale à mesma quantidade de informação produzida desde o homem das cavernas. (TAS, 2009, p.168)

Temos nesses trechos o reconhecimento das características do sujeito contemporâneo, ligado não somente, mas principalmente à *internet*, e à informação e velocidade que estão vinculadas a ela: “...*enxurrada de informações da era digital...*”, “...*já nasceu ‘digital’ e*

'online'.”. Além de também conter elementos típicos da comunicação escrita digital, como “*cut & paste*”, diretamente no texto, sendo esses, comandos do sistema operacional *Windows*, usados para selecionar um texto ou parte dele, ou uma figura e transferir essa seleção para um arquivo diferente, e o *emoticon* “,-)” usado em conversas informais via *e-mail* (correio eletrônico) ou *msn* (programa de comunicação instantânea *online* bastante popular).

O segundo excerto, de acordo com o que escrevemos anteriormente sobre a história da criança ao longo da formação e aperfeiçoamento das sociedades ocidentais, refere-se à igreja, governo e família como “*as fontes exclusivas de informação*” até certo momento histórico, contrapondo essa situação com a atual configuração da sociedade, em que dispomos principalmente da *internet* para tirar muitas de nossas dúvidas, para adquirir conhecimentos, para saber, apreciar e julgar obras literárias, artísticas, artigos científicos, pesquisas, ou objetos comuns ao cotidiano, para conhecer novas pessoas, de diferentes lugares do mundo, para conhecer virtualmente, inclusive esses diferentes lugares do mundo (passeios virtuais por museus, igrejas, cidades etc.). Tudo isto ao “*alcance do seu dedo*”, isto é, através do uso de um computador.

Na sociedade contemporânea, contudo, o gracejo de que o bebê, como os objetos complexos que adquirimos, poderia vir acompanhado por um “manual de instruções” se tornou comum e manifesta-se em formas e lugares diferentes. Por exemplo, em roupas para bebês ou em figuras como as retiradas da *internet*, como a seguir:



Figura 1 – Fotografia de roupa de bebê. “Instruções de uso. Dormindo... Silêncio! Bravo... Quero papá! Feliz... Estou no colo da minha madrinha!”

Fonte: Encontrada na loja de departamentos brasileira Leader Magazine, filial do Shopping New York City Center, em 31 de outubro de 2008.

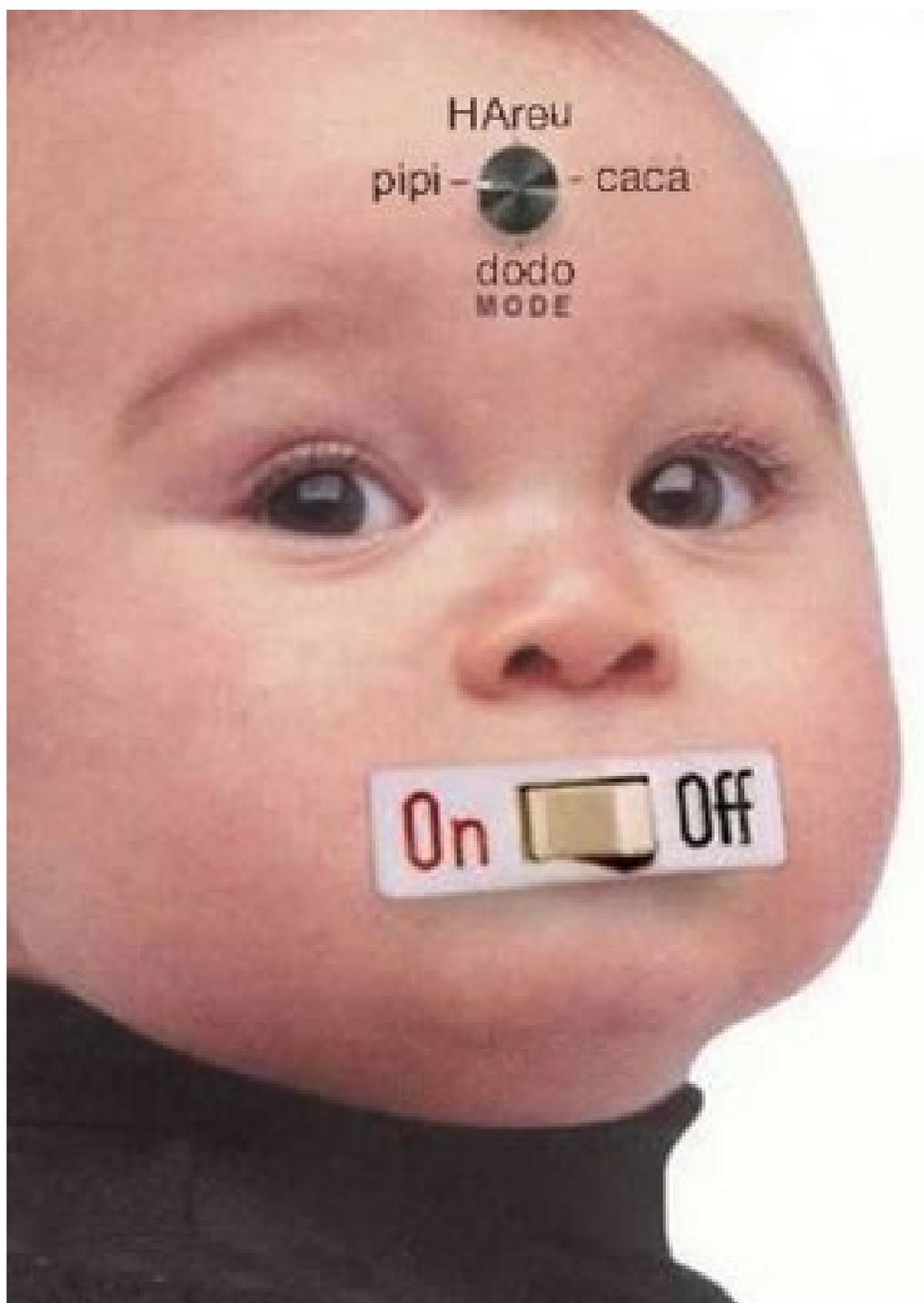


Figura 2 – Imagem alterada por computador. Bebê com controle de “liga” (*On*), “desliga” (*Off*), “pipi” (urinar), “caca” (defecar) e “dodo mode” (talvez “dodói”, em português, ou dormir” em francês) “Hareu” (talvez uma referência a “What a hell”, mas escrita “Hareu” ao invés de “Wareu”, abreviatura usada por brasileiros em sites de conversas eletrônicas).

Fonte: Disponível em: <http://topadanasestrelas.blogspot.com>. Acesso em: 02 de março de 2009.



Figura 3: Fotografia de roupa de bebê da grife *Mama Mia*. “Manual de instruções não incluído”.

Fonte: Encontrada na exposição *Expo Bebê*, na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2008.



Figura 4: Fotografia de roupa de bebê. “Feito no Brasil”.

Fonte: Encontrada na exposição *Expo Bebê*, na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2008.



Figura 5: Ilustração. “É... P-por acaso ele não vem com um manual de instruções?”

Fonte: MÜLLER, Natascha. *E agora? O bebê nasceu!* São Paulo: Novo Século Editora: 2008, p.21.

A idéia de utilizar o gênero “manual de instruções” está muito presente nos títulos de livros contemporâneos, principalmente pelo crescente movimento de busca por livros de “auto-ajuda”. Encontramos à venda nas livrarias, sebos e internet, obras como *Vida – Manual do proprietário* (GUARNIERI, 2006), *Carreira – Manual do proprietário* (SAVIOLI, 1991), *Você – Manual do proprietário* (ROIZEN; OZ, 2005), *Coração – Manual do proprietário* (WAJNGARTEN, 2002), *Mulher – Manual do proprietário* (TELLES, 1990), *Vagina – Manual da proprietária* (LIVOTTI; TOPP, 2006), *Cão – Manual do proprietário* (GIACOBINI, 2003), *Manual de instruções dos homens – Como entender o complicado universo masculino* (PUGLIA, 2007), *Cachorro – Manual do proprietário* (BRUNNER; STALL, 2006) e *Gato – Manual do proprietário* (BRUNNER; STALL, 2006), e *Crianças – Manual do proprietário* (BORGENICHT; KUHN, 2007), entre outros. Esses três últimos, integrando, como publicações da Editora Gente, a mesma coleção da qual faz parte um dos livros analisados nesse trabalho, o *Bebê – Manual do proprietário* (BORGENICHT, 2005).

Da mesma forma, encontramos livros de puericultura com a idéia de um manual “de instruções” *sobre o bebê*, como o dos Borgenicht. Embora esses não possuam sua apresentação textual interna como que aludindo à máquina-bebê, isto é: com gráficos, “listas de peças”, etc. São esses: *De Pai para Filha – Manual de Instruções para Criar uma Menina* (HARRISON JR., 2004), *De Pai Para Filho – Manual de Instruções para Criar um Rapaz* (HARRISON JR., 2004), *O Manual de Instruções que Deveria Vir com seu Filho* (AMEN, 2005), *Pequeno manual instrução de Deus para pais* (autor e data desconhecidos), *Manual para pais cujos filhos vêm demasiada televisão* (TISSERON, 2007), *Safe Baby Handling Tips* (SOPP; SOPP, 2005), *Novíssimo manual de instruções do seu bebê* (ENGE, 2002), *Onde vende o manual? – Coisas que eu não tinha entendido direito sobre gravidez e maternidade* (MORETTO, 2005), e muitos outros.

Também, ao pesquisar sobre cuidados com bebês na *internet*, é certo encontrar referências ao gracejo “manuais de instruções de bebês”, conforme verificamos em uma rápida pesquisa no site de buscas Google (www.google.com).

O fragmento “[...] *mas come tudo muito bem e em quantidade mas engorda pouco. Mas porque é que os filhos não vêm com manual de instruções.*” (SONHO DE BEBÉS, 2009) é o apelo de uma mãe portuguesa, em seu blog. Já o fragmento: “[*se quer*] já agora ter um ‘manual de instruções’ para utilizar em emergências, ou porque sim, ou só porque quer reflectir em

questões *do cotidiano, encontre as suas respostas [...]*” é uma propaganda do 2º Congresso *Gente Pequena, Grande Aposta – Os Filhos! Onde está o Manual de Instruções?*, realizado em Portugal em 6 e 7 de fevereiro de 2009.

O poema *Mãe sem manual de instruções*, de autoria de Donagata (um pseudônimo), publicado em seu site, também endossa essa referência: “*Se ser mãe viesse acompanhado de instruções! [...]*”, diz a primeira linha da poesia (DONAGATA, 2009).

Na matéria *Filhos com manual de instrução* (JORDÃO, 2009) temos o trecho:

No tempo de nossos pais, quando uma criança nascia, a família toda se punha a ajudar. As mulheres davam dicas de higiene, amamentação e sono. Os homens auxiliavam na formação de limites e caráter. E o famoso instinto maternal era o principal aliado. Acontece que a maneira como eles nos criaram está se tornando obsoleta. A moda agora é ouvir menos a sabedoria popular e a intuição. E atentar mais para aquilo que os especialistas têm a dizer. Apoiados nessa nova tendência, educadores e médicos oferecem cursos de “profissionalização” para pais. Com o objetivo de orientar os marinheiros de primeira viagem na criação dos filhos, eles abordam questões referentes ao cotidiano e ao comportamento das crianças. Ensinam, por exemplo, sobre a importância da rotina na vida do bebê e a lidar com questões como birra e mentira.

Nessa matéria, Cláudia Jordão fala sobre a profusão de livros de “auto-ajuda para pais” que têm sido publicados dos últimos anos para cá. Não somente livros, mas também programas de TV, como o da enfermeira e autora dos dois livros mais vendidos sobre cuidados com bebê da atualidade (*A Encantadora de bebês resolve todos os seus problemas* e *Os segredos de uma Encantadora de bebês*), Tracy Hogg, o americano *SOS Babá*, o inglês *A Domadora* (os três exibidos no Brasil pelo canal pago *Discovery Home and Health*), e o brasileiro *Super Nanny* (exibido no canal aberto *SBT*). Segundo sua reportagem, os pais de hoje em dia são inseguros, pois não querem bater em seus filhos, como era feito antigamente. E, como “*educar sem levantar a mão é mais complexo*”, os pais atuais não têm uma referência, o que acaba por fazê-los procurar a ajuda de especialistas.

Isto é, pais de primeira viagem tenderiam a se angustiar diante da percepção do que tomam por sua incapacidade para cuidar do bebê, um pequeno ser, que lhes parece frágil e indefeso. Sem a presença de familiares mais experientes por perto, ou até mesmo discordando deles, veriam os manuais de puericultura como se esses fossem sua “tábua de salvação”, a solução para sua inadequação.

Existe ainda uma tendência atual nos livros de puericultura, que é a de mostrar que a gravidez não é somente o momento sublime da mulher, mas também a fase em que seu sistema, tanto físico quanto psicológico está em ebulição.

De acordo com a psicóloga Cecília Russo Troiano (2008), há pessoas que não gostam da variedade de manuais “de instrução” que tem surgido nos dias de hoje como último recurso aos responsáveis desesperados. Ela alerta:

Uma vez uma amiga me disse que estava achando muito difícil esse negócio de ser mãe nos dias de hoje. Não por causa da dupla jornada nem pela maior independência dos filhos. O que a incomodava era que a intuição das mães havia sido substituída pelo “manual de instruções”. Ela se referia ao vasto acervo a que somos expostas, todos os dias, de publicações e receitas do que devemos e do que não devemos fazer para criar filhos saudáveis e emocionalmente felizes. Claro que há um lado super importante nessa informação que hoje circula entre nós. Ela evita que cometamos erros muito graves na educação de nossos filhos. Mas há um lado perverso também nessas informações que nos aprisiona. Hoje, para sermos vistas como boas mães, pelos outros e por nós mesmas, parece que temos que seguir o que o manual manda, mais do que nos guiar por nossos instintos e intuições maternas.

No *site Guia do Bebê* (www.guiadobebe.uol.com.br), ponto de encontro virtual de pais e (principalmente) mães em seus fóruns, encontramos mais uma referência a essa idéia do “manual de instruções do bebê”:

Qual o pai que um dia não pensou desta maneira? “Ah! Seria tão bom se existisse um manual completo que ensinasse e orientasse como ser pai em todas as etapas de vida dos filhos! Imaginemos, então, o título: “Manual de Instruções para ser Pai “. Na capa, estaria escrito: “leia antes do nascimento do seu filho e consulte sempre que tiver dúvidas”. A seguir, viriam os itens ligados à descrição das características, funções básicas, como manejar e como lidar com possíveis problemas, suas causas prováveis e soluções. Enfim , um manual que desse cobertura a todas as dúvidas do pai.

Também encontramos essa idéia nas palavras de Vera Ligia Rangel, diretora de redação do site *Meu bebê* (www.meubebe.uol.com.br) : “*Cadê o manual de instruções? Quantas vezes já se perguntou isso? Principalmente no início da vida do nenê, quando vocês estão se adaptando um ao outro*”.

Do mesmo modo no site *Pérolas da gestão* (www.perolasdagestao.blog.pt), o autor comenta sobre o livro dos Borgenicht:

O manual de instruções do meu filho – A Espertinha ofereceu-me um livro que se chama “Bebé: Manual de Instruções”. Tenho lido esse livro com bastante interesse. Aborda todos os tópicos relevantes para os utilizadores de um bebé, seja modelo masculino ou feminino. Desde os acessórios mais importantes a ter em casa até cuidados de manutenção e preservação, passando pelas várias funcionalidades. Estou praticamente no fim do livro e cheguei a uma conclusão algo assustadora... Vamos ter um bebé. Estivemos vários meses a tentar colocar a encomenda. Depois quando conseguimos, demoram nove meses a entregar. Temos de comprar um monte de acessórios que não vêm incluídos. Vamos gastar balúrdios em assistência técnica, etc. No entanto, no Toys'r'Us vendem os Tamagoshis (Delux) por apenas 30€!! Acho que me estão a tentar enganar...

O enunciador compara o bebê humano a um brinquedo japonês, um *tamagoshi*. Esse brinquedo se caracteriza por ter necessidades fisiológicas, como alimentar-se, urinar, defecar, vacinar-se, e necessidades psicológicas, como a de receber atenção e carinho. Tudo virtualmente, através de sua programação. O enunciado acima aponta para aquilo que há de tecnológico na sociedade atual. Seu recorte temporal está marcado, ou seja, é um discurso pertencente ao fim do século 20 – início do século 21, que é quando esses pequenos inventos (os *tamagoshis*) foram criados e tornaram-se conhecidos.

Trouxemos essa breve seleção de fragmentos para demonstrar que a noção da possibilidade de um “manual de instruções” ligado ora a órgãos do corpo humano, ora a gêneros sexuais, e principalmente ao bebê é uma constante, um discurso comum circulante nas comunidades discursivas contemporâneas ligadas ao bebê.

Podemos citar também exemplos ficcionais que ligam o humano à máquina. São fartos: desde a antiga história de Pinocchio, o boneco de madeira, que por magia foi transformado em criança, até histórias como a do filme *AI – Inteligência Artificial*, em que um andróide, em tudo semelhante a um ser humano, é levado a morar com uma família humana para substituir uma criança. Também nos quadrinhos da história *Babycakes*, do renomado cartunista Neil Gaiman, bebês eram *produzidos* (fabricados) para substituir os animais, misteriosamente desaparecidos, em suas finalidades mais úteis aos seres humanos: comida, vestimenta, calçados, experimentos laboratoriais, etc. Ou seja, não eram considerados *seres humanos*: “*Humanos são espertos. É o que nos faz superiores aos animais e aos bebês*”. Isto é, uma clara separação que enxerga o bebê não como ser humano, não como o passado do homem adulto, mas apenas como um meio para atingir certos propósitos, como vemos:



Figura 6: História em quadrinhos. *Babycakes*.

Fonte: GAIMAN, N. Babycakes. In: _____. *Angels & Visitations: A Miscellany*. Minneapolis, Minnesota: DreamHaven Books, 1993, p.3.



Figura 7: História em quadrinhos. *Babycakes*.

Fonte: GAIMAN, N. Babycakes. In: _____. *Angels & Visitations: A Miscellany*. Minneapolis, Minnesota: DreamHaven Books, 1993, p.5.

No filme *Matrix*, seres humanos também eram produzidos para alimentar com sua energia, as máquinas que dominavam o planeta. No filme *Gattacca*, os bebês não eram mais concebidos de modo natural, isto é, através da relação sexual humana, mas sim através de fertilização in vitro e seleção genética, ou seja, através da escolha e implantação de embriões perfeitos, e geneticamente livres de doenças e propensos à qualidades como QI elevado, sucesso nos esportes, etc. No filme *A ilha*, seres humanos eram clonados para que seus órgãos e membros fossem aproveitados em seres humanos nascidos por via natural, mas que possuíam algum problema ou defeito em órgãos ou membros de seu corpo. Existem outros exemplos, mas não precisamos nos alongar. Com essa breve exposição, queremos apenas mostrar que, no imaginário social¹¹ a figura humana não está tão distanciada das máquinas, ou da idéia de fabricação do humano. Se antes, só podia-se imaginar um bebê como um “milagre de Deus”, podemos agora facilmente encontrar referências a bebês como *milagres da medicina e da tecnologia*.

Contudo, esse imaginário social não está baseado tão-somente na criatividade ilimitada de seus autores, sem nenhum apoio das descobertas científicas “reais”. Ao contrário, alguns avanços, descobertas e experimentos são fatos que dialogam e contribuem para esse imaginário.

Por exemplo, em julho de 2008, o primeiro bebê de proveta, ou seja, fertilizado fora do útero humano, a britânica Louise Joy Brown, completou trinta anos de idade. Um bebê ser concebido fora do útero de uma mulher era certamente algo impensável até alguns anos atrás. Louise nasceu em 1978, após dez anos de pesquisa dos cientistas Patrick Steptoe e o Robert Edwards. Ou seja, uma época relativamente recente. Segundo o *site TV Cultura* (<http://www.tvcultura.com.br>), embora o bebê Louise tenha nascido saudável e fisicamente perfeita, os cientistas não foram considerados autores de um feito grandioso por todos. Houve quem os criticasse e ao mesmo tempo lamentasse por todas as mulheres, que agora não teriam mais o privilégio de serem as únicas a conceberem a vida humana.

¹¹ Utilizamos o conceito de imaginário social como sugerido por Baczko (1986), que o define como uma orientação referencial no sistema simbólico produzido pelas coletividades, influenciando na construção de seus objetivos e contribuindo para a organização da vida social. Presente nos sistemas sociais, o imaginário social, segundo Durand (1988) é o elemento que constitui-se como a referência última de toda a produção humana, na qual se organizam, consciente ou inconscientemente, suas obras, atitudes e opiniões, revelando um conjunto de representações que transcendem o sentido de realidade natural (BOURDIEU, 1989). O imaginário social também articula a produção de novas imagens, de modo que essas são essencialmente o resultado e não apenas o suporte do imaginário. O imaginário de uma coletividade leva-a a ser o que é, pois, na forma de uma aura, de uma atmosfera, o imaginário tem a capacidade de produzir sempre novas representações (MAFFESOLI, 2001)

Não esqueçamos, ainda, toda a polêmica que envolveu o processo de clonagem da ovelha Dolly, que desencadeou uma série de questionamentos e impedimentos, principalmente oriundos da Igreja Católica, em relação a uma possível clonagem humana.

Recentemente, o anúncio “*Previsão genética em breve disponível: cor dos olhos, cor do cabelo, tendência a câncer e mais*”, publicado em fevereiro de 2009 no site da Fertility Institutes, uma clínica de reprodução assistida da Inglaterra, chamou a atenção e criou bastante polêmica, inclusive na própria comunidade científica: “*estão transformando bebês em commodities que podem ser compradas no varejo*”.

No hospital do University College London, em 9 de janeiro de 2009, nasceu a primeira criança de um embrião selecionado, antes de ser implantado no útero:

A menina logo ganhou um apelido da imprensa: “cancer free baby”, algo como bebê livre do câncer. A família do pai e da mãe tem um longo histórico de câncer de mama e de ovário. Dos 11 embriões produzidos, apenas cinco não apresentavam um determinado gene [BRCA-1] relacionado à doença – ou seja, a chance de ela vir a desenvolver células cancerosas era de mais de 50% [...]. (GLOBO.COM, 2009)

Segundo a reportagem de Ivan Padilla, na *Revista da Semana*, no Centro Médico de Cornell, nos Estados Unidos da América, aconteceu a primeira alteração em um gene humano de embrião:

[...] pesquisadores acrescentaram uma proteína fluorescente para pesquisas de divisões celulares. O procedimento, no entanto, rompeu uma barreira. Já é possível modificar geneticamente seres humanos. O que se fará com isso, nas próximas décadas, ainda é um mistério. (PADILLA, 2009)

Também um cientista nipo-canadense criou um andróide do sexo feminino, batizada de Aiko, com características físicas muito próximas das características de um ser humano, inclusive a temperatura corporal. É também capacitada com linguagem fluente em duas línguas, o japonês e o inglês, consegue realizar pequenas tarefas domésticas, massagear seu “companheiro” e ter relações sexuais:

O cientista nipo-canadense Le Trung, 33, ganhou fama mundial por ter criado uma humanóide que seria a “companheira ideal”. Em dezembro de 2008, ele apresentou ao mundo, durante uma feira de tecnologia em Toronto, no Canadá, a robô Aiko, que se assemelha fisicamente a uma mulher japonesa. Com 1,52 m de altura, cabelos e olhos castanhos e curvas bem delineadas, a humanóide não chama a atenção apenas pelos dotes físicos, mas em especial por sua capacidade intelectual: Aiko fala inglês e japonês (cerca de 13 mil palavras) e faz cálculos matemáticos. Outro diferencial é o fato de Aiko ter sensores por todo o corpo, inclusive nas áreas “íntimas”, com temperatura semelhante à do corpo humano. No entanto, o cientista jura que nunca manteve relações sexuais com a sua parceira robô – e que Aiko até reage negativamente a tentativas mais “ousadas” de carinho. /.../ Embora sem patrocínio, Trung nem pensa em parar com suas idéias mirabolantes, já que é defensor da teoria de que, no futuro, humanos irão se relacionar com robôs, física e afetivamente. “Acredito que, no futuro, os robôs serão tão perfeitos, que os humanos nem saberão a diferença entre um humano e um robô. Será comum um humano ‘namorar’ um robô, da mesma maneira que o sexo virtual se tornou popular nos dias de hoje”, enfatiza. (YUMI, 2009)

Trouxemos esses exemplos para mostrar que tanto obras de ficção quanto a *realidade* fazem referência a uma sociedade tão tecnologicada e científica que é capaz até mesmo de “fabricar” um ser humano. Nesse contexto de “fabricação” de bebês, de seleção genética, de clonagem iminentes, não parece tão estranho aos nossos ouvidos e olhos, escutar ou ler um enunciado do tipo “Ah, se meu filho viesse com manual de instruções!...”.

Esses livros existem porque existem práticas que permitem suas existências e circulação. Eles têm uma função no grupo em que circulam, interligados a seus valores, às suas práticas.

Na internet, nos fóruns sobre maternidade, o livro do Dr. De Lamare ainda é recomendado¹² e discutido¹³, mas com ressalvas, sob a justificativa de que seus capítulos estão desatualizados¹⁴.

¹² “Esse livro ensina desde como proceder nos momentos finais da gestação até a primeira infância da criança. Tem muitas informações úteis mesmo, até mesmo esclarecimento de doenças e como tratá-las. Tem fotos e letras grandes. Eu amei esse livro. Pra vcs terem idéia são 756 páginas, uma verdadeira enciclopédia sobre a vida dos bebês. Vale a pena. E encontra-se em qualquer livraria”, “O livro... Do Dr. De La Mare,acompanha a gestação de todas da minha família,é completo e te ensina de tudo,vale a pena comprar!”, (LOPES, 2008)

¹³ Eu tenho! Minha mãe me deu qdo. a Clara nasceu, há 2 anos. Tem quem ache ultrapassado, mas acho q é mais válido do q inválido!”, “Qdo grávida quis ir a uma livraria comprar. Ao começar a ler o livro foi uma grande decepção. Muitos furos. Muitos mesmo. Coisas que não condizem com o que penso, com o que comungo.”, “E usei muito quando meu 1º filho nasceu há 13 anos. Com o caçula de 1a7m uso a minha experiência e as informações que coleto aqui na comu. Se não estiver segura dos procedimentos, levo à pediatra.” (MURRAY, 2008).

¹⁴ “De fato o livro do Delamare está um tanto ultrapassado em muitos conceitos... acho ele bom no que diz respeito aos passos evolutivos do bebê e na parte que fala sobre os tipos de “doenças” que podem acometer o bebê... no que diz respeito à alimentação eu nem leio!”, “Eu tenho, mas mesmo atualizado dá muitos furos, principalmente quanto à amamentação.” (PERRY, 2008), “O doutor Lamare era um verdadeiro médico sucrófilo: “Açúcar é muito importante na vida do bebê”, diz ele em seu livro. O ponto alto de sua sucrofilia se manifesta quanto ele recomenda, a título de laxante, “aumentar a quantidade de açúcar, de uma colher, das de chá, a até uma ou duas colheres das de sopa BEM CHEIAS para cada cem gramas de alimentos” (Pág. 146 da 32ª edição. Caixa alta minha). Esse “remédio” era recomendado para bebês de apenas 15 dias de nascidos!!!” (CARVALHO, 2007).

Deve-se considerar que nesses próprios fóruns e em outros sites e comunidades dedicadas ao bebê (são inúmeras!), esses sujeitos que os acessam podem encontrar, abundante e facilmente, informações atualizadas e comentadas por outros usuários a respeito dos cuidados com seu filho, como por exemplo, calendário de vacinação, direitos legais das mães, dicas de amamentação, alimentação, comportamento, promoções, etc. Esses sites também se encarregam de estimular, corrigir e enviar para o e-mail do usuário, notícias atualizadas e informações a respeito de como a criança deve se comportar a cada novo mês de vida. Esse certamente não é o contexto em que o livro do Dr. De Lamare foi lançado – a família era outra, o mundo era outro. No entanto, esse livro ainda circula, pela força da tradição, da sua fama, da renomada carreira que o pediatra construiu ao longo dos anos, indicado principalmente por avós, tios, vizinhos, etc., que viveram exatamente aquele contexto primeiro.

O manual dos Borgenicth, voltado para a geração atual, conta com um mundo dominado pelo virtual, pela facilidade de obter informações. Esse manual dirige-se à chamada, por Rodrigo March (2009, p.1), “*geração Y, uma turma que, simplesmente, não conheceu o mundo sem a internet*”.

Pode-se dizer que grande parte dos livros comercializados atualmente nessa área tem certa inclinação ao humor, à praticidade, à formulação de “métodos” para os problemas em lidar com os bebês.

No curtíssimo livro *Safe Baby Handling Tips*, sem autoria reconhecida e sem título em português, circulante também na internet, o humor é a tônica sobre a qual se constrói todo o discurso. Espécie de guia ilustrado, o livreto é composto por várias imagens, todas legendadas por uma frase que é a explicação do que se quer mostrar através das figuras. Como exemplo, trouxemos essas páginas:



Figura 8. Ilustração. Capa.

Fonte: SOPP, D.; _____, K. *Safe Baby Handling Tips*. New York: Running Press, 2005, capa.



Figura 9: Ilustração. “Secando o bebê”.

Fonte: SOPP, D.; _____, K. *Safe Baby Handling Tips*. New York: Running Press, 2005, p.5.



Figura 10: Ilustração. “Amamentando o bebê”.

Fonte: SOPP, D.; _____, K. *Safe Baby Handling Tips*. New York: Running Press, 2005, p.6.

Existe também, ao final do livreto, uma “roda da paternidade”: uma roleta usada pelos pais para decidir na sorte quem irá “Trocar aquela fralda suja! Tomar conta da mamada das três da manhã! Ler livros infantis entediantes! Implorar ajuda aos sogros!.. E mais!”:

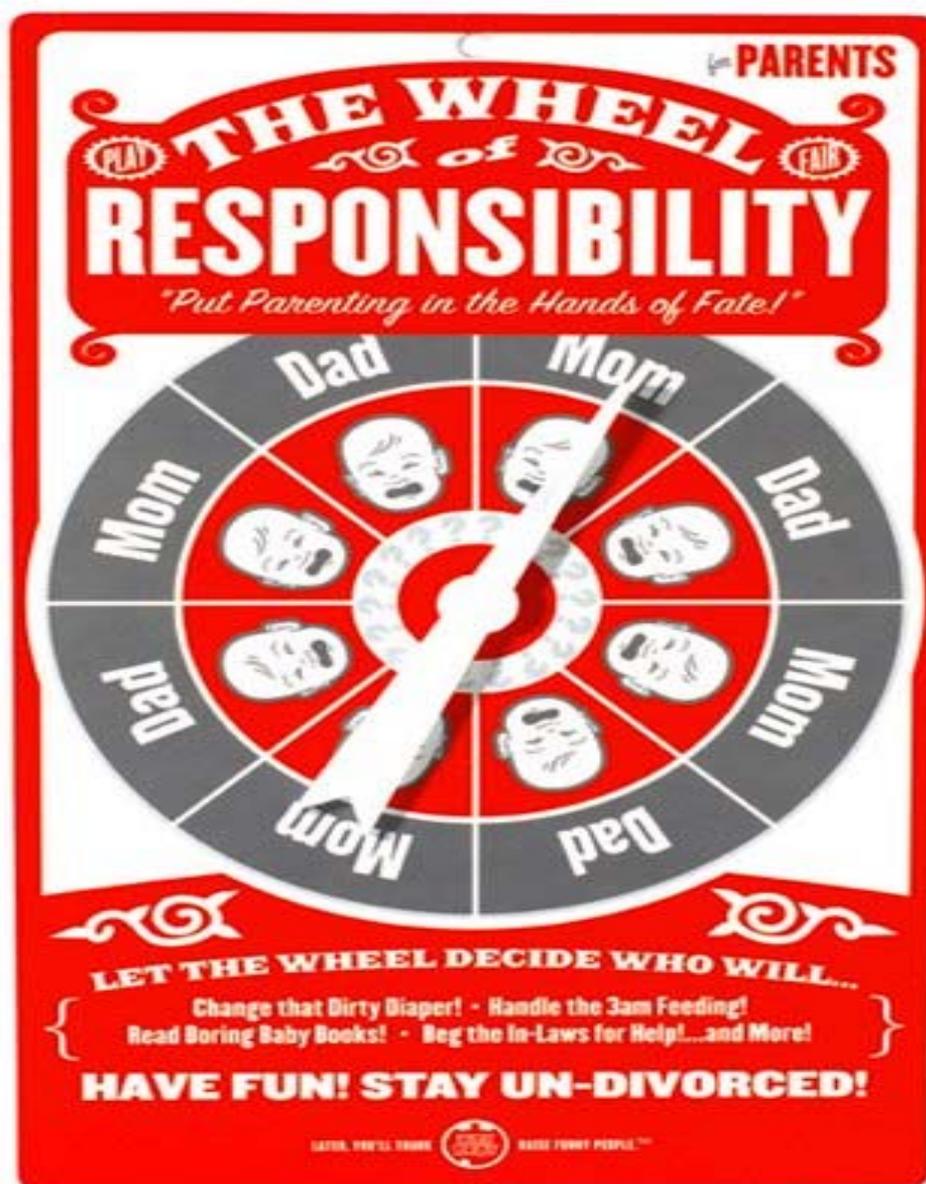


Figura 11: Ilustração. “Amamentando o bebê”.

Fonte: SOPP, D.; _____, K. *Safe Baby Handling Tips*. New York: Running Press, 2005, p.15.

Tanto nas páginas do livro, que revezam a figura do pai e da mãe no atendimento ao bebê, quanto através da existência da “roda da responsabilidade”, percebemos que o enunciador não espera um co-enunciador representado pelo sexo masculino ou feminino, em sua leitura, mas

ambos, isto é, tanto o pai quanto a mãe poderia executar quaisquer tarefas ligadas ao bebê, e não necessariamente um ou outro.

A exceção faz-se quanto à amamentação (figura 6: a imagem do pai amamentando aparece com um “*NO*” bastante destacado por formatação maiúscula e sublinhado, como na imagem anterior, e mais ainda por estar em itálico e em vermelho, que a diferenciam do YES relativo à imagem da mãe amamentando, além de contar com um triângulo, também em vermelho e com um sinal de exclamação em seu centro). Nesse caso, apenas a mãe do bebê poderá atendê-lo, graças à incapacidade biológica masculina de amamentar um bebê.

Na figura 5, vemos a imagem de um homem, que poderia corresponder ao pai, consultando o relógio ao lado de uma máquina de secar roupas. Ao que indica o título da ilustração, algo como “secando o bebê”, o bebê encontra-se dentro da máquina, em processo de secagem. Ao lado da figura, em letras maiúsculas vermelhas, está o enunciado “*NO*”, em itálico e sublinhado, ou seja, *em destaque*, de forma a prevenir os pais de que não se deve agir desse modo. Contudo, é bem difícil imaginarmos alguém que pretendesse fazer a secagem de um bebê, após seu banho, não com uma toalha, como praticamente todo ser humano faz, para colocá-lo numa secadora. Esse quadro sugere, com o exagero, um afastamento da prática humana, quando relacionada ao bebê, uma reificação, traços de humor. Ou seja, exacerbando a possível ingenuidade e dificuldade dos pais no trato do bebê, traz-se humor para essa situação, faz-se *troça* da complicação dos pais. E essa relação humor-aprendizagem aparece como uma tendência atual de muitos livros de “auto-ajuda”, isto é, do tipo “aprenda” ou “faça-você-mesmo”, como os vários “*manuals para dummies*”¹⁵.

As mães dos dias atuais – nem todas, mas uma boa parte da população – têm muitos recursos à sua disposição, quando precisam sanar suas dúvidas. Dependendo do país em que se encontram e de seu poder aquisitivo, podem fazer consultoria, em seu próprio domicílio, com um profissional treinado, como a Encantadora de bebês, a enfermeira americana Tracy Hogg, para resolver seu problema doméstico. Podem assistir a programas de TV paga, como o programa da própria Tracy Hogg, ou o das babás do S.O.S. Babá. Ou então, assistir à versão brasileira, Super Nanny, em TV aberta, na emissora SBT. Ou ler a revista desse programa, disponível em bancas de jornal. Podem também recorrer a revistas, a enciclopédias, e à *internet*. Podem discutir com

¹⁵ Séries de livros sobre os mais variados assuntos, com o intuito de explicá-los de modo irônico, para quem não sabe absolutamente nada sobre o tema.

outras mães em fóruns *on-line*, como o *E-family.net* (www.e-familynet.com/), e comunidades de *sites* como o *Orkut* (www.orkut.com), e o *Flickr* (www.flickr.com). Podem trocar *msn* com outros pais, mesmo que desconhecidos, e conversar via *MSN Messenger*, um programa de conversação instantânea que inclui recursos como conversas de vídeo, compartilhamento de arquivos e muitos outros utilitários. Ainda conectados à *internet*, podem discutir, trocar informações a respeito de livros como o do Dr. De Lamare com outras mães e pais (contudo, mães, principalmente) que nunca conheceram pessoalmente, mas com os quais desenvolvem laços de amizade, dividem suas angústias, problemas, trocam idéias, dicas, receitas de alimentos, avisos, etc.

Alguns sites, como o *Baby Center* (<http://brasil.babycenter.com/>), o *Bebê.com.br* (<http://bebe.com.br/>) e o *Guia do Bebê* (<http://guiadobebe.uol.com.br/>), inclusive, além de contarem com fóruns, *blog*, promoções e galeria de fotos, ainda enviam *e-mails* aos seus usuários com frequência semanal a respeito do desenvolvimento da criança: o que é considerado normal em seu físico em determinada idade, qual o comportamento que a criança provavelmente assumirá nesse estágio, quais os possíveis problemas e como lidar com eles. Tudo sem custo monetário algum para o usuário.

No *Orkut*, que é um dos *sites* de relacionamento mais utilizado pelos brasileiros, e que também é mais utilizado por brasileiros do que por qualquer outro povo no mundo, segundo estatísticas do próprio *Orkut*, as discussões sobre como cuidar dos bebês envolvem quase sempre dicas advindas de troca de experiências, e troca de informações sobre os livros que podem ser utilizados no cuidado e educação dos filhos. É uma característica dos participantes desses fóruns a busca constante por leituras a respeito do tema, seja através de *links* na própria *internet*, ou de livros impressos. Pode-se dizer que esses usuários são, principalmente, usuários *leitores*.

Em suma, tentamos mostrar nesse capítulo as práticas e discursos que existem envolvendo os cuidados com bebês, e também os vários discursos que aproximam características humanas das características tecnológicas, isto é, das máquinas; a fim de mostrar mais à frente, no capítulo de análise, a relação dessas práticas discursivas com o manual *Bebê: manual do proprietário*.

No próximo capítulo, falaremos a respeito de nossa metodologia de pesquisa.

CAPÍTULO 3 – O PERCURSO DA PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É extraordinariamente aguda a sensação do seu e do outro na palavra, no estilo, nos matizes e meandros mais sutis do estilo, na entonação, no gesto verbalizado, no gesto corporal (mímico), na expressão dos olhos, do rosto, das mãos, de toda a aparência física, no modo de conduzir o próprio corpo. /.../ Em tudo através do que o homem se exprime exteriormente (e, por conseguinte, para o *outro*) – do corpo à palavra – ocorre uma tensa interação do *eu* com o *outro*: luta entre os dois (luta honesta ou impostura mútua), equilíbrio, harmonia (como ideal), desconhecimento ingênuo de um a respeito do outro, ignorância mútua deliberada, desafio, não reconhecimento /.../. Repetimos que essa luta ocorre em tudo através do que o homem se exprime (revela-se) exteriormente (para os outros): do corpo à palavra, inclusive à última, à palavra confessional. (BAKHTIN, 2003, p. 350)

Nesse capítulo, faremos uma exposição panorâmica da evolução da pesquisa, apontando as nossas escolhas relativas ao *corpus* e aos pressupostos teóricos para a análise.

Nossa pesquisa se propõe à análise de manuais de cuidados com bebês, conhecidos como manuais de puericultura. Estes normalmente tratam desde o nascimento do bebê, até o seu segundo ano de vida.

Como dissemos no capítulo introdutório, o *Bebê: manual do proprietário* foi o ponto de partida dessa pesquisa. O livro chamou nossa atenção imediata por sua diferença dos demais manuais de puericultura com que tivemos contato e, conforme desenvolvíamos as observações iniciais para esse estudo, por sua relação com as práticas que envolvem o cuidado com bebês, atualmente, por seu diálogo com textos de blogs, estampas de roupinhas, etc.

Explicitamos também necessidade sentida de compreender a respeito da formação desses discursos, de suas gêneses. Partimos, nesse sentido, para uma observação histórica das práticas vinculadas aos manuais de puericultura, de como sua leitura tornara-se comum, bem como das práticas que possibilitaram as mudanças e atualizações desse gênero, trazendo à existência, em dado momento, um manual como este “*manual do proprietário*”; o que fizemos no primeiro e no segundo capítulos.

Da escolha desse livro, começamos uma busca pelo conhecimento de outros manuais de seu gênero, que mais tarde saberíamos “de puericultura”. Assim é que chegamos ao primeiro e mais famoso desses manuais, escrito no Brasil, *A vida do bebê*, de Rinaldo De Lamare.

Esse livro, lançado pela primeira vez em 1941, foi adotado como parte de nosso *corpus* pelo fato de ter sido o primeiro livro sobre o tema lançado no Brasil, e de circular desde então até os dias de hoje; sendo reeditado, de tempos em tempos, por seu autor, até o falecimento dele, em 2002.

Em maio deste ano, sua 43^a edição, revista e atualizada pelo Dr. Geraldo Leme (pela primeira vez, outra pessoa que não o próprio autor), ocupou a posição de primeiro lugar de vendas nas grandes livrarias do país. Tal versão foi lançada na semana de comemoração do dia das mães, com o preço reduzido a um valor entre dez e quinze por cento do que custava anteriormente. Acreditamos que, apesar de essa ser uma situação que parece planejada para um *boom* dos livros: propaganda em massa em data propícia, lugares de destaque nas vitrines e anúncios dos sites, a considerável redução do valor e a promessa de uma edição *mais atualizada*, tudo isso contribui para o aumento das vendas.

Apesar desses dados, sabemos que o livro do Dr. De Lamare já gozava de uma boa posição entre os mais vendidos. Com um preço mais acessível, com a esperança da atualização, e alguma propaganda, ele passa a primeiro lugar de vendas. Isso deixa claro que apesar das práticas em constante mudança, apesar das novas formas de se compreender e interagir em sociedade, quando se trata de cuidados com o bebê, e apesar também da variedade de livros disponíveis e consumidos pelo público em questão, *A vida do bebê* ainda é uma referência; um livro com boa aceitação e circulação.

Podemos assim afirmar que tal livro é a referência, o livro mais tradicional e mais conhecido pelo público em sua categoria. *A vida do bebê* teve um *status* quase bíblico durante muitos anos, e continua sendo comentado, lido e também, algumas vezes, rejeitado.

Escolhemos a 41^a versão do livro *A vida do bebê*, por ter sido essa a mais atualizada até o início desta pesquisa (o lançamento da última versão, em maio desse ano, se deu após este trabalho ter sido iniciado), sendo assim, a versão a coexistir com *Bebê: manual do proprietário* (*A vida do bebê* data de 2002, e *Bebê: manual do proprietário* data de 2005).

À medida que avançávamos em nossa análise, observando como seu discurso ligava-se à práticas do momento da instauração da puericultura em nosso país, sentimos a necessidade de visualizar também um manual dessa época, para que se confirmassem ou não nossas expectativas: que eram as de que tal manual pouco tivesse sido modificado, apesar de tantas reformulações, ou melhor: que tivesse apenas atualizado-se quanto às descobertas da medicina,

mas não quanto aos valores aos quais estava ligado e propagava. Conseguimos, assim, adquirir a 7ª edição do manual, que aparece na análise, juntamente com a 41ª, com o propósito de estabelecer paralelos que comprovassem a ligação desses discursos a tais práticas.

Retomando o *Manual do proprietário*, é bom mencionar outros fatores que contribuíram para sua escolha, como o fato de ele já ter sido traduzido para mais de 18 línguas, uma vez que atualiza de forma radical o gênero manual de puericultura. Nos Estados Unidos da América, país em que foi primeiramente lançado, o *Bebê: Manual do proprietário*, também pode ser adquirido em versão *box*, o *The Baby Owner's Starter Kit*¹⁶, que, além do livro, traz uma tabela de crescimento, para ser adesivada, marcando o desenvolvimento da criança, um pôster instrutivo quanto à troca de fraldas, um quadro de tarefas da babá, e um ímã decorativo.

O sucesso de vendas alcançado foi tamanho a ponto de gerar vários outros títulos ligados a ele, verdadeira “mina de ouro” editorial: *The Baby Owner's Maintenance Log*, espécie de livro de registros das fases iniciais de aprendizagem do bebê e de recordações. *The Baby Owner's Games and Activities Book*, um livro de atividades que auxilia os pais a testarem a capacidade motora e áudio-visual da criança (esse, escrito por Louis Borgenicht em parceria com Lynn Rosen, uma escritora autônoma e mãe de duas crianças, como o próprio livro ressalta). *QuirkNotes: Baby*, uma pequena coleção de 16 cartões com envelopes, para presentear, anotar, etc. Isto sem mencionar novamente os demais livros de mesma linha e editora (“manuais” desenvolvidos a partir de gráficos e pictogramas) tratando de crianças de dois a quatro anos, de noivados e casamentos, de conquistas, de cuidados com cães e gatos, entre outros.

Este manual inspirou ainda pelo menos um trabalho midiático: as ilustrações da matéria *Saúde para o bebê*, no caderno Ciência & Saúde, do jornal brasileiro *O Povo*, em 14 de novembro de 2008. Em seu *site*, Cecília Andrade, a ilustradora responsável pela matéria, diz: “Capa e infografia inspiradas naquele manual do proprietário muito fofinho”¹⁷ (ANDRADE, 2008).

Escolhidos os livros, partimos para o recorte do que, neles comporia nosso *corpus* de análise.

Apesar do nosso desejo de analisar e comentar os livros em sua totalidade, isto não nos seria possível para essa pesquisa, que possui um limite de espaço e de tempo para sua realização.

¹⁶ Fotos anexas (Anexos B, C e D) ao fim desta dissertação.

¹⁷ Foto anexa ao fim desta dissertação.

Para compor o *corpus* de forma que a análise fosse produtiva, escolhemos amostras que garantissem a representatividade do propósito em questão, a saber: capa (e contra capa), sumário, introdução.

A capa e contra capa de um livro são nossas primeiras fontes de interação com ele, a primeira parte que manuseamos. Algumas características de sua composição, como seu tamanho, forma, elementos ilustrativos, já nos permitem a percepção de muitas informações relevantes. Afinal, esse é, por assim dizer, o discurso, materializado.

De acordo com Narukawa e Montisseli (2008), o formato do livro varia de acordo com sua finalidade, devendo seu tamanho ser proporcional ao seu número de páginas, de modo que o resultado seja harmonioso e cômodo para manusear: “A capa é o primeiro contato do consumidor com o produto, funcionando, muitas vezes, por isso, como um cartaz publicitário para o livro. [...] É a embalagem do produto e merece um tratamento visual aprimorado” (NARUKAWA, MONTISSELI, 2008, p. 10)

Há, portanto, toda uma preocupação editorial com a forma como está apresentada a capa do livro, pois é ela quem atrairá o leitor, num primeiro momento.

O sumário é onde podemos visualizar, de modo geral, todos os tópicos abordados no livro, na ordem em que aparecem, e ter uma idéia de como essa abordagem será feita.

A introdução também nos mostra um pequeno resumo da obra. Mostra-nos uma visão geral do enunciador e a partir daí podemos verificar que tipo de relação se estabelece entre discurso e práticas e qual é o lugar que o enunciador toma para si e qual é o lugar que reserva para seu co-enunciador.

Todos esses elementos, em conjunto, convergem, a nosso ver, à evidenciação das comunidades discursivas e das práticas com as quais esses discursos se relacionam.

É importante salientar que essas seções se encontram em todos os livros que compõem o *corpus*, viabilizando assim, uma análise que se ocupa de estruturas comuns aos livros, da observação das aproximações e distanciamentos discursivos entre seções correspondentes. É proveitoso dizer que assumimos a divisão acima como uma forma de organizar o trabalho, para o tempo e espaço de que dispomos, de forma satisfatória, e não como uma estrutura hermética que não pudesse ser jamais desfeita. Assim, em qualquer momento, caso seja necessário citar algum fragmento a mais dos livros, para corroborar nossas observações do recorte escolhido de forma

mais incisiva, assim o faremos, pois acreditamos que isto apenas pode somar à nossa análise e à pesquisa como um todo.

Apoiamo-nos, na premissa de que o manual *A vida do bebê* estava vinculado às práticas higienistas de formação de uma sociedade saudável e civilizada, conforme o ideal perseguido no processo de “europeização” brasileira (explicado no primeiro capítulo), o que começava pelas crianças. *Bebê: manual do proprietário*, por sua vez, estaria vinculado às práticas do mundo contemporâneo, ligando-se a uma comunidade discursiva e a um conjunto de atos sociais diversos. Isto é: discursos com a mesma temática (“livros sobre cuidados com o bebê, dirigidos aos pais/responsáveis pelo bebê”), contudo vinculados a comunidades discursivas diferentes, pois regidos por sistemas de restrições semânticas diferentes. Um estudo histórico comprovaria a validade de tal premissa.

Para mostrar *como* isso acontecera, procedemos a uma pesquisa que contemplasse o surgimento de cada discurso, as práticas às quais se vinculavam as comunidades discursivas a quem se dirigiam e na qual estavam inseridos, como propõe Landowski: “*Em um primeiro momento, o pesquisador torna-se historiador: inicialmente, o objetivo é traçar minuciosamente o quadro de uma conjuntura referencial(...). Somente depois disso, chega o ‘lingüista’*” (LANDOWSKI, E. apud MAINGUENEAU, 1997, p.134).

Retomando o que vimos no primeiro e segundo capítulos, vimos que nos primórdios da história da infância, o bebê não era valorizado ou preservado com o mesmo devotamento de hoje em dia. O cuidado, a emotividade materna envolvendo a figura do bebê existe até mesmo por fatores biológicos, como a ação hormonal da oxitocina, por exemplo, que é liberada no contato da mãe com seu bebê, durante a amamentação e que envia ao cérebro, ao sistema límbico, sensação de conforto e prazer. Contudo, o reconhecimento por toda a sociedade, da infância como um estágio da vida, separado do adulto, e a ser preservado, a ter objetos adaptados a si, a sua aprendizagem, a seu pleno desenvolvimento físico e psicológico, foi em parte, obra de uma construção na mentalidade e nas práticas sociais; abrindo a possibilidade para a existência de manuais que auxiliassem os adultos a preservar a vida de suas crianças.

Surgiam os manuais de puericultura, como *A vida do bebê*, um discurso com características vinculadas às práticas de sua sociedade de origem: católica, higienista, patriarcal.

Bebê: manual do proprietário seria um manual que atualizaria o discurso da puericultura de acordo com as práticas da sociedade ocidental atual, mecanizada, da linha de montagem, tecnológica, consumista, capitalista.

Acreditamos que essa caracterização da criança, ainda que “de brincadeira”, como algo diferente do humano, comparada a um objeto, seja de concepção possível apenas no tempo em que vivemos atualmente; e que isso é fruto de uma construção no imaginário social, através de todas as conquistas, descobertas e avanços tecnológicos pela qual passou a humanidade através dos tempos, inclusive as que aproximam a natureza humana da tecnologia. Dedicamos o segundo capítulo dessa dissertação à exposição de tais práticas.

Assim, para uma pesquisa que procura identificar a relação entre os sentidos produzidos nos discursos e as práticas sociais de determinados grupos/comunidades, adotamos o conceito de práticas discursivas de Maingueneau (1997, 2005, 2008).

Falamos também a respeito de interdiscurso, espaço de diálogo e trocas em que se formam os discursos, para compreender sua estrutura, os discursos que atravessam os enunciados, as práticas com as quais se relacionam. De enunciator e co-enunciator, de formações discursivas, na tentativa de conhecer melhor este gênero. De gênero, no intuito de compreender as mudanças por que passou, e as formas diferentes sob as quais se apresenta no *corpus* escolhido. De cenografia discursiva, para compreender os sentidos produzidos no “*manual do proprietário*”.

No próximo capítulo falaremos melhor a esse respeito.

CAPÍTULO 4: PERSPECTIVAS DISCURSIVAS DE ANÁLISE – QUADRO TEÓRICO

Em tudo através do que o homem se exprime exteriormente (e, por conseguinte, para o *outro*) – do corpo à palavra – ocorre uma tensa interação do *eu* com o *outro*: luta entre os dois (luta honesta ou impostura mútua), equilíbrio, harmonia (como ideal), desconhecimento ingênuo de um a respeito do outro, ignorância mútua deliberada, desafio, não reconhecimento /.../. Repetimos que essa luta ocorre em tudo através do que o homem se exprime (revela-se) exteriormente (para os outros): do corpo à palavra, inclusive à última, à palavra confessional. (BAKHTIN, 2003, p. 350)

No primeiro capítulo desta pesquisa, apresentamos um panorama histórico a respeito do conceito de infância, desde os seus primórdios até sua configuração na sociedade atual, passando pelo surgimento da puericultura e de seus manuais, com o objetivo de evidenciar a estruturação de determinadas práticas de uma sociedade.

Neste capítulo, apresentaremos as noções essenciais nas quais nos apoiamos para a investigação dos tais manuais de puericultura, proposta nesse trabalho, segundo uma abordagem discursiva, demarcada no interior do que se conhece por “análise do discurso de base enunciativa”.

Sendo assim, nossas considerações são constantemente atravessadas pela noção de *enunciação*, base que perpassa todas as questões levantadas em nossa análise. Desse modo, tal análise não está pautada em uma categoria analítica específica, mas considera várias das noções sobre as quais falaremos nesse capítulo, dentre elas, principalmente a noção de *práticas discursivas*.

Tomamos como partida o tratamento a respeito da enunciação dado por Dominique Maingueneau (2005; 1997; 2008), assumindo, dessa forma, como a diferença mais relevante de sua proposta para as demais teorias a respeito da enunciação, a sua observação de que o discurso é indissociável das práticas sociais. Aliança à qual ele batizou *práticas discursivas*, tomando o termo emprestado de Foucault.

Se para Foucault tal noção é definida por um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1996, p. 28), Maingueneau a reformula, compreendendo a-a como irreversibilidade essencial entre as faces social e textual do discurso (MAINGUENEAU,

1997), integrando, assim, essa noção, por um lado, a formação discursiva e por outro lado, a comunidade discursiva.

Em nossa pesquisa, tratamos a respeito dos manuais de puericultura: um gênero discursivo que existe vinculado a práticas sociais. Assim, falaremos também a respeito da noção de gêneros discursivos, pois tal noção nos permite mostrar a progressão de um determinado gênero, suas mudanças ao longo dos tempos e sociedades às quais está vinculado.

Sendo a noção de práticas discursivas uma das mais relevantes para nossa análise, para chegar à importância do que se entende por práticas discursivas, pode-se fazer uma pequena remissão ao nascimento dos estudos discursivos contemporâneos, a fim de localizar o quadro teórico com o qual trabalhamos, o qual é fruto do percurso que ora se segue.

De acordo com Maingueneau, por muito tempo, as análises em AD consideravam os discursos sem levar em conta sua enunciação, ou seja, as circunstâncias, que os tornavam possíveis. Estudava-se a estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo”, recusando as reflexões sobre sua exterioridade. A partir da concepção dos atos de fala é que uma nova consideração surgiu (MAINGUENEAU 1997, p. 29-52).

Nos primórdios dos estudos lingüísticos modernos estava Saussure, cuja proposta baseava-se num estudo da língua como um sistema de signos, fechado em si mesmo, e cujos objetivos de estudo delegavam à subjetividade um papel secundário. As preocupações com o sujeito estariam presentes algum tempo depois, nos estudos de Benveniste (1989), que considerava a língua como um evento fundamentalmente social e que ao mesmo tempo tornava a sociedade possível: “A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.” (BENVENISTE, 1989, p.63). Ele define *enunciar* como a atividade que propicia o uso da língua através de um ato individual, e o *enunciado*, como o produto desse ato de fala.

Bakhtin e seu círculo também discordavam do sistema saussureano, afirmando que:

A verdadeira substância da língua, não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1986, p.123).

Ducrot (1987), retomando e ampliando a proposta de Bakhtin, aponta que não importando quem seja seu autor ou a palavra, a enunciação é a aparição do enunciado, no qual operam vários locutores.

Para Maingueneau (1996, 1997, 2005, 2008), em cujas reflexões encontramos as bases para a análise de nosso *corpus*, a enunciação recebe uma compreensão discursiva que se dimensiona a partir do contexto e da multiplicidade social e psicológica apreendidos no acontecimento, isto é, na enunciação. Deve ficar claro, portanto, que essa perspectiva da Análise do Discurso opõe-se às concepções tradicionais da linguagem, para as quais o discurso é exterior à realidade, configurando-se como um “reflexo” dela: “A própria idéia de um enunciado que possua um sentido fixo fora de contexto torna-se insustentável” (MAINGUENEAU, 2008, p.20).

O conceito de *atos de fala*, segundo esse autor, prioriza a interatividade da linguagem (MAINGUENEAU, 1997, p. 32). Conforme Maingueneau (1997), a AD sempre preferiu referir-se às instâncias de enunciação em termos de “lugares”, com o intuito de ressaltar a primazia da topografia social em relação aos falantes que se inscrevem “nesses lugares de fala”, isto quer dizer que o sistema de lugares é preexistente ao sujeito que nele se registra, que o traço essencial do conceito de lugar é o fato de cada um alcançar sua identidade no interior e a partir de um sistema de lugares que vai além dessa subjetividade.

Temos então que, por um lado, essa subjetividade submete o enunciador a suas regras, mas por outro lado, ela o constitui como sujeito do seu discurso, não sendo possível apontar nenhuma exterioridade entre os enunciadores e seus discursos.

Dessa forma, entendemos que os estudos sobre os discursos tratam a respeito da instância de enunciação como efeito do enunciado, em oposição a ser um estudo sobre o sujeito antes da enunciação. Também evidenciam que, não havendo exterioridade entre enunciador e discurso, é impossível atribuir-lhes um conjunto de atitudes ou estratégias para atingir uma finalidade através do discurso.

Maingueneau, assim, afirma que a enunciação não serve apenas para reproduzir uma “realidade”, pois discurso e realidade não são exteriores um ao outro, e a relação social é desde o princípio, linguagem:

É preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando esse real investido pelo discurso. Aliás, se fosse diferente, a AD não teria razão de existir,

ela seria apenas um anexo da sociologia ou da história, totalmente dedicada a mostrar como as conjunturas se traduzem em enunciados (MAINGUENEAU, 1997, p.34).

A enunciação, a “encenação discursiva” é, assim, descrita como um *acontecimento*, a linguagem, como “uma forma de ação”: “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2008, p.53 e 85). A encenação discursiva liga-se a um momento de enunciação, a um lugar de enunciação, possui um enunciador, responsável pela realização dos enunciados, e um co-enunciador, a quem esses enunciados se dirigem:

Todo enunciado, antes de ser esse fragmento de língua natural que o lingüista procura analisar, é o produto de um acontecimento único, sua enunciação, que supõe um *enunciador*, um *destinatário*, um *momento* e um *lugar* particulares. Esse conjunto de elementos define a situação de enunciação. (MAINGUENEAU, 1996, p.5)

Chega-se assim, a uma determinada conceituação de discurso. De acordo com o autor, o enunciado é a “marca verbal do acontecimento de enunciação” (2008, p.56), a discursividade, é tanto o que foi dito, como o próprio ato de dizer:

A enunciabilidade de um discurso, o fato de que tenha sido objeto de atos de enunciação (...) não é uma propriedade que lhe é atribuída por acréscimo, mas alguma coisa radical, que condiciona toda a sua estrutura. É preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação (MAINGUENEAU, 2005, p. 19)

Ainda segundo Maingueneau (1997), cada ato de fala existe ligado a uma instituição que o pressupõe, e através desse ato de fala, essa mesma instituição é considerada válida, citando como exemplo:

Ao dar uma ordem (...), coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer, não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar, ajo como se as condições exigidas para realizar esse ato de fala estivessem efetivamente reunidas. Dito de outra forma, não é porque tais condições estão

reunidas que o ato pode ser efetuado, mas é porque esse ato foi efetuado que se consideram reunidas estas condições. (MAINGUENEAU, 1997, p.30)

Em analogia à ordem jurídica, alguns autores anunciam o *contrato* (convenção entre os indivíduos de uma mesma prática social), através do qual os enunciados ativam acordos que pautam institucionalmente as relações entre os sujeitos. Assim, conforme Maingueneau, “um sujeito ao enunciar presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores.” (MAINGUENEAU: 1997, p.30). Por exemplo, o enunciado produzido por um médico (o Dr. De Lamare), na instituição médica, ao produzir um enunciado (manual de puericultura) ocupa sempre a posição de detentor do saber, enquanto ao seu paciente (o co-enunciador do manual) é creditado o lugar do leigo:

A tomada de palavra constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que esse o reconheça como tal. Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e “atribuo um lugar complementar ao outro”, peço-lhe que se mantenha nele e que “reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar”. Solicitação que é feita, pois, a partir de um “quem sou eu para ti, quem és tu para mim”. (MAINGUENEAU, 1997, p.32).

Maingueneau afirma que, além do direito, pode-se encontrar modelos também no teatro e no jogo, em busca de compreender o processo enunciativo. Em relação ao teatro, a linguagem se comportaria como um amplo conjunto de papéis, atribuídos aos locutores e destinatários, enquanto no tocante ao jogo, a linguagem tomaria para si a propriedade de ser dirigida por regras, ou seja, “quando falamos, adotamos uma forma de comportamento intencional regida por regras” (MAINGUENEAU, 1997, p.31).

A concepção dialógica da linguagem (BAKHTIN, 2003), considera todo discurso um elo numa cadeia de discursos vários, que resultam do contato com discursos já produzidos antes deles, ou seja, todo discurso é dialógico, uma vez que a constituição de qualquer enunciado se relaciona com enunciados anteriores e posteriores. E é através da relação entre *enunciador* e *co-enunciador* que resulta todo discurso. O ser humano, dessa forma, é concebido nas suas relações com o Outro, estando sempre situado num tempo e num espaço.

Para essa mesma concepção, considerando que os discursos estão sempre em contato uns com os outros, e considerando tal *transitabilidade* entre os enunciados, pela qual entendemos que

os discursos estão sempre relacionados, é interessante ter em mente as noções de: *heterogeneidade discursiva* (o funcionamento essencial da conexão entre subjetividade e alteridades), bem como as noções de *polifonia* (as várias “vozes” fixadas em um discurso), *alteridade discursiva* (as várias posições que um locutor pode assumir, o Outro, por oposição ao Mesmo¹⁸) e *interdiscurso* (a heterogeneidade como fato estrutural ao discurso) (MAINGUENEAU, 2005). Isso por que, em Maingueneau (2005), a dimensão dialógica do discurso revela-se através do que ele denomina *primado do interdiscurso*. Essa noção remete ao advento do discurso como um acontecimento que existe sempre em uma relação com outros, apontando que todo discurso é heterogêneo em sua própria composição: “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 21).

Ou seja, para ele, o interdiscurso é o espaço no qual os discursos são elementos que não poderiam se compor de modo isolado uns dos outros, mas de uma maneira regrada, internamente, no espaço interdiscursivo. Em nossa análise, procuraremos mostrar como os discursos dos manuais de puericultura analisados são atravessados por outros discursos e práticas, como se formam tais práticas discursivas, reguladas pelas formações discursivas às quais pertencem. Falaremos brevemente sobre esse conceito nas próximas linhas, para, através dele, chegarmos ao conceito de Formação Discursiva.

Remontando às origens do conceito, quando Maingueneau expõe sua proposta de *interdiscurso* (grupo de discursos em interação), ele a divide em: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

O universo discursivo refere-se ao todo de formações discursivas (doravante, FDs) interagindo em uma dada conjuntura. É partindo do universo discursivo que se estruturam os domínios passíveis de serem estudados.

O campo discursivo faz alusão à reunião de formações discursivas em concorrência, que se delimitam em algum ponto do universo discursivo, em uma relação de confronto, ou de aliança, etc. É, então, no campo discursivo que nascem os discursos, já dialogando uns com outros. Apesar de os discursos poderem se formar a partir de procedimentos regulares incidentes

¹⁸ Consideramos as nomenclaturas Mesmo e Outro em conformidade com o capítulo primeiro de *Gênese dos discursos*, de Dominique Maingueneau (2005).

sobre as formações discursivas, não é possível predeterminar os tipos de relações entre as formações discursivas de um dado campo discursivo, que culminarão no discurso. Para esta pesquisa, os campos discursivos são os que tratam da criança, da infância à pré-adolescência, bem como o dos discursos médicos, pedagógicos e familiares.

Já a noção de espaço discursivo remete aos “lugares de fala”: são subconjuntos de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente para seu propósito de análise (MAINGUENEAU, 2005, p. 37), que se traduzem na possibilidade de construção de hipóteses, possibilidades a partir das quais o pesquisador encontrará critérios para sua pesquisa. Nosso espaço discursivo é o dos discursos que se concretizam em manuais instrutivos sobre cuidados com bebês.

Prosseguindo, para esta pesquisa, é relevante a proposição de Maingueneau, de que a especificidade de um discurso nada mais é do que a definição das relações desse discurso com o seu Outro, e isto é justamente reconhecer o *primado do interdiscurso*: só existe uma unidade discursiva porque ela está em relação com as demais, ou seja, existe um local de encontro e trocas (o interdiscurso). O enunciado discursivo é essencialmente dialógico, porque é impossível romper a interação discursiva, do Outro no mesmo, e quando um discurso se define, já define também o seu Outro:

(...) um discurso nunca seria autônomo: como ele se remete sempre a outros discursos, suas condições de possibilidade semânticas se concretizariam num espaço de trocas, mas jamais enquanto identidade fechada. (BRANDÃO, 2002, p.73-74).

No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior, nem é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se concentra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a forma de uma plenitude autônoma. (MAINGUENEAU, 2005, p. 39)

Isto é, existe uma heterogeneidade constitutiva dos discursos, nenhum discurso existe sem estar ligado ao seu Outro, como diz Maingueneau (2005, p.33): “Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro”. Quando fala de heterogeneidade constitutiva, Maingueneau está referindo-se a um conceito *inerente ao discurso*, enunciados outros, que estão de tal maneira unidos ao discurso analisado, que não podem ser

apreendidos somente por uma abordagem estritamente lingüística, ou seja, através de *marcas visíveis*: (...) *a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de sentenças* (...) (MAINGUENEAU, 2005, p. 18).

Assim, observamos que as formações discursivas não são independentes, mas estão sujeitas ao interdiscurso, como nos diz Possenti:

Tal primado implica que uma FD produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada FD é dominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras. (POSSENTI, 2003, p.254).

Uma das conseqüências dessa propriedade constitutiva do interdiscurso é a *interincompreensão regrada*, ou seja, o efeito de tradução do Outro para o Mesmo, que, no entanto, nunca se dará como se de fato o Outro fosse compreendido em sua totalidade, mas o Outro só é alcançado imperfeitamente, como em simulacro. Em nossa análise nos utilizaremos do conhecimento desta noção apenas para mostrar como é o Outro construído nos discursos dos manuais que analisamos.

O *simulacro*, explicado em poucas palavras, funciona como um efeito da polêmica discursiva que, portanto, inscreve-se na idéia de interincompreensão. De acordo com sua definição, se dois discursos dividem o mesmo espaço discursivo, a relação entre eles sempre será polêmica, isto é, quando um discurso está se formando, constitui-se uma rede dialógica que atrai para si vários outros discursos que são, no entanto, sempre alterados. Essa alteração pode dar-se de forma polêmica, na qual um discurso (agente) apropria-se do outro (paciente), o traduz e reinterpreta para que seja garantido o seu espaço e seja desautorizado o discurso Outro, conforme teoriza Maingueneau:

Para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Prendemo-nos, até aqui, à questão da interdiscursividade por entendermos que é através dela o caminho para chegar a atribuir uma identidade a um discurso, ainda que apenas temporariamente, isto é: um discurso já nasce relacionado a outros discursos e assim sua identidade está fortemente ligada a sua alteridade. A identidade de um discurso está além de seu vocabulário e suas sentenças, “também tem a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam”, “ela depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais” (MAINGUENEAU, 2005, p. 16).

É a partindo da noção de interdiscurso que chegamos a um dos conceitos mais polêmicos da AD, o conceito de Formação Discursiva (FD), e a forma como o compreendemos neste trabalho. Ao longo de nosso trabalho, pretendemos considerar as práticas discursivas, relacionando-as às comunidades discursivas nas quais circulam para analisar a cena enunciativa dos manuais, foco de nossa pesquisa. Compreender a noção de FD, assim, torna-se relevante, pois ela está ligada a essas outras duas.

Maingueneau (2003), em entrevista para a Revista Virtual de Estudos da Linguagem, diz sobre a Formação Discursiva:

Eu já falei sobre este assunto diversas vezes. Eu acredito que essa noção rendeu bons serviços no começo da AD. Mas ela é muito imprecisa, como mostra o fato de que ela foi empregada tanto por Michel Pêcheux como por Michel Foucault, e com sentidos bastante diferentes. Nem mesmo se tem certeza de que ela tenha tido um significado claro nesses dois autores. Hoje, para trabalhar em AD, me parece que se tem interesse em trabalhar com noções mais precisas. Eu propus restringir o emprego dessa noção a certas “unidades”; assim, quando falamos de “discurso patronal”, “discurso racista”, “discurso da publicidade para as mulheres”, etc., o termo formação discursiva seria útil. De fato, trata-se de corpus que transpassam os gêneros ou os tipos de discurso, e que o pesquisador pode constituir bastante livremente em função de suas hipóteses de pesquisa. Em contrapartida, eu não acredito esteja bem claro utilizar a noção de formação discursiva para designar um gênero de discurso ou para um posicionamento em um campo discursivo (um movimento literário, um partido político, etc.). Mas ao fim das contas, é um problema de terminologia: cada um pode empregar “formação discursiva” como bem entende, com a condição de que haja uma proposta bem clara de definição. O que nem sempre é o caso (MAINGUENEAU, 2006, p. 2 e 3).

O conceito de FD é deveras importante e polêmico na história da AD. Como vimos nos parágrafos anteriores, ao definir a linguagem como uma atividade humana ligada a um determinado contexto, se está assumindo que existe uma articulação entre a organização social e a organização textual. A FD é que regula a formação dos discursos de uma comunidade discursiva. De acordo com Maingueneau:

Preferimos admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua imbricação. Dito de outra forma, é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica. Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que a *instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, *as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados*. (MAINGUENEAU, 1997, p. 55)

Assim, na proposta de Maingueneau, uma FD é “[...] um sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito” (MAINGUENEAU, 2000, p.68,69). É, para os enunciados “não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência”, e os enunciados, por sua vez, “não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência” (MAINGUENEAU, 2005, p. 52).

À FD, assim, caberia regular a formação dos discursos de uma comunidade discursiva, isto é, aquilo que nos permite saber o que pode e deve ser dito, coerentemente, em cada lugar e situação. Para Maingueneau (2005), ser enunciador de um discurso, dominar seu gênero, como dissemos, é “ser capaz de reconhecer enunciados como ‘bem-formados’, isto é, que pertencem a sua própria formação discursiva”, “ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva”, mas também, já que essas formulações não levam em conta a interdiscursividade, estar apto “para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formações do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro” e também estar apto “para interpretar, traduzir esses enunciados nas categorias de seus próprios sistemas de restrições” (MAINGUENEAU, 2005, p. 56, 57).

Ainda conforme Maingueneau (2005), não se deve pensar que explicar o porquê de um discurso ter-se constituído em lugar de outro é a função da AD. Mas sim tornar claras as condições que propiciaram o surgimento desse discurso, considerando que existem práticas discursivas, e uma comunidade discursiva com a qual a enunciação discursiva se relaciona. É nesse sentido que entender o que são as FDs é relevante para nossa pesquisa: através de tal conceito é que poderemos evidenciar as condições que tornaram possível o surgimento dos discursos, as regras envolvidas na formação dos discursos dos manuais analisados, aquilo que se podia e aquilo que não se podia dizer em cada um deles.

Segundo Maingueneau:

O discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma *prática discursiva*. O sistema de restrições semânticas, para além do enunciado e da enunciação, permite tornar esses textos comensuráveis com a “rede institucional” de um “grupo”, aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível. (MAINGUENEAU, 2005, p. 23)

Contudo, para Maingueneau (1997), a noção de FD seria insuficiente para designar as duas faces da atividade discursiva: social e textual. Se por um lado sabemos haver nas sociedades um conjunto de elementos que faz com que ela se organize, viva, etc., é preciso entender que, da mesma forma, a própria organização dessa sociedade pressuporá a existência de tais elementos, isto é, de determinadas formas de agir no mundo, de determinadas práticas instituídas. Ele propõe, então, a reformulação de um termo de Foucault, *práticas discursivas*, para articular essas duas vertentes do discurso.

Maingueneau (1997) apresenta sua proposta em relação ao conceito de práticas discursivas, expondo o problema com a articulação entre os conceitos de discurso e “condições de produção”. Ele aponta esta última como insuficiente, pois uma vez referindo-se ao contexto social dos discursos, dá a idéia de que o contexto social e o discurso podem ser considerados separadamente. De acordo com Maingueneau (1997, p. 53): “a situação extraverbal nunca é apenas a causa exterior do enunciado”; não existindo “relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e seu discurso, sendo preciso pensar, desde seu início, em sua embricação” (p. 55).

Assim, poderíamos dizer, em termos gerais, que as práticas discursivas envolvem o que se precisa conhecer para compreender enunciados, envolvem também conhecimentos que temos a respeito das situações, mesmo que esse conhecimento nunca seja dito, e envolvem ainda formas de agir adequadamente em dadas situações, porque se sabe que tal é o que *deve ser feito*.

Segundo Maingueneau, em se tratando de práticas discursivas: “nada permite decidir o que vem em primeiro lugar – comunidade discursiva ou doutrina: a enunciação envolve ambas em um único e mesmo movimento” (MAINGUENEAU, 1997, p. 68).

Assim, para ele, a face textual do discurso se define pela noção de *FD* entendida aqui como a possibilidade de discursos situarem-se com relação a um mesmo núcleo semântico. Enquanto a face social seria a *comunidade discursiva*, conceito que situa “o grupo ou a

organização de grupos no interior dos quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

Para desenvolvermos um estudo dos discursos que atravessam os manuais em questão, torna-se necessário compreender tanto as instituições que o produzem quanto seu conteúdo, assim como a indissociabilidade de suas faces social e textual. Buscaremos então, traçar tal perfil, considerando a instituição “puericultura” como fator também fundamental neste processo de constituição de uma prática discursiva.

A prática discursiva da puericultura é, assim, constituída pela comunidade discursiva que envolve médicos puericultores, publicações destinadas aos pais, leitores, e pelos discursos que produzem e que as produzem simultaneamente.

A noção de comunidade discursiva nos permite mostrar que o discurso circula, que tem como base um determinado grupo que o alimenta, que dialoga com este discurso, que compartilha certos estilos de vida, certas normas e para o qual o discurso faz sentido.

A comunidade discursiva se pauta em algumas FDs comuns. Por exemplo, a comunidade discursiva que recorre a um livro como *A vida do bebê* será uma comunidade discursiva diferente da comunidade discursiva que recorre ao *Bebê: manual do proprietário*. Isso não significa que determinado sujeito não possa ler ambos os livros, mas a comunidade discursiva a que este indivíduo pertence estará mais ou menos próxima de um desses discursos. Os indivíduos que compõem tais comunidades terão preferências, formas de agir, de falar, etc. mais ou menos comuns. O discurso de *A vida do bebê* está próximo de um discurso religioso (católico), que valoriza a família nuclear, ligado ao indivíduo leitor, preferencialmente do sexo feminino, e mais, que demonstraremos na seção de análise. Se hoje *A vida do bebê* convive com o *Bebê: manual do proprietário*, supomos que é porque existem comunidades discursivas (diferentes) nas quais esses manuais circulam.

Diz Maingueneau (1997):

Como o termo “instituição discursiva” apresenta o inconveniente de privilegiar os aparelhos e de poder referir unicamente ao aspecto enunciativo, falaremos de **prática discursiva** para designar esta reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual do discurso. Assim procedendo, reformulamos um termo de Michel Foucault, que o utiliza para referir-se ao sistema que, no interior de uma formação discursiva dada, regula a dispersão dos lugares institucionais passíveis de serem ocupados por um sujeito de enunciação. Aqui ver-se-á, de preferência, um processo de organização que estrutura ao mesmo tempo as duas vertentes do discurso. A noção de “prática discursiva” integra, pois, estes dois elementos: por um lado, a formação discursiva, por outro, o

que chamaremos de **comunidade discursiva**, isto é, o grupo ou a organização de grupos no interior das quais são produzidos, gerados os textos que dependem da formação discursiva. A “comunidade discursiva” não deve ser entendida de forma excessivamente restritiva: ela não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo o que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida. (MAINGUENEAU, 1997, p. 56)

É importante para nossa pesquisa ressaltar que, para Maingueneau, as práticas intersemióticas (figuras, capas, fóruns de internet e outras mídias, como as que usaremos para nossa análise) também fazem parte das práticas discursivas:

[...]. É nessa perspectiva que enunciamos nossa proposição, se ela tem fundamento, resulta em definir a prática discursiva como a unidade de análise pertinente, que pode integrar domínios semióticos variados: enunciados, quadros, obras musicais... Tal ampliação da unidade de análise não significa que esses diversos domínios sejam isomorfos em seu modo de estruturação, mas somente que o sistema da formação discursiva deve restringir esses modos de estruturação, quaisquer que eles sejam. (MAINGUENEAU, 2005, p. 147 e 147)

Uma vez que falamos sobre tantos conceitos diferentes, contudo interligados, vale ressaltar mais uma vez o caráter de nossa análise, que trilha um caminho de uma visão mais ampla, que averigua vários planos dos discursos. Ao nomear um sistema de “restrições semânticas globais”, o postulado de Maingueneau (2005) foi o de que os planos discursivos (vocabulário, intertextualidade, temas, estatuto de enunciador e destinatário, dêixis, instâncias de enunciação, modo de coesão), todos, seriam restritos, simultaneamente, pelo mesmo sistema em uma FD (daí chamá-la “global”). Ou seja, nenhum desses planos seria mais ou menos profundo que os outros, e dessa forma, sabemos que nenhum é, sozinho, o condutor do sentido do texto, mas todos estão integrados na formação do sentido:

O caráter global da semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação... Trata-se, com isso, de libertar-nos de uma problemática do signo, ou mesmo da sentença que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela. (...)Recusamos a idéia de que há, no interior do funcionamento discursivo, um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou mesmo privilegiada (as palavras, as frases, os arranjos argumentativos etc..). O que leva a recolocar o princípio de sua disseminação sobre os múltiplos planos do discurso. Não há mais, então, lugar para uma oposição entre superfície e profundidade, que reservaria apenas para a profundidade o domínio de validade das restrições semânticas. (MAINGUENEAU, 2005, p. 22,23)

Em suma, retomando e fazendo um apanhado das idéias que evidenciamos até o presente momento, podemos dizer que o discurso é regido por *normas*. Isto é, tem justificativas para apresentar-se da forma como se apresenta. Também que tem duas faces: uma textual e uma social, interligadas, e que existe apenas a partir de uma *relação interdiscursiva*, ou seja, em relação com muitos outros discursos, com os quais é preciso relacioná-lo para chegar à sua significação (MAINGUENEAU, 2008, p.55 e 56).

O analista do discurso é quem recupera, através dos enunciados, os “vestígios observáveis” (MAINGUENEAU, 1996, p.6) do acontecimento enunciativo e seu contexto, em busca de compreender a construção discursiva de sentidos.

Entendemos, assim, que estão implicados nessa construção de sentidos, elementos discursivos e extra-discursivos, os seres discursivos: enunciator e co-enunciator, e também os elementos envolvidos no ato de enunciação, em sua contextualização: seu lugar e tempo de enunciação.

As práticas discursivas, nesse contexto, são “a reversibilidade essencial entre as duas faces, textual e social, do discurso” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56). Uma prática discursiva só existe ligada a uma comunidade discursiva correlata, que, por sua vez, existe somente pela enunciação e na enunciação; e que é tanto o grupo, como o “tudo o que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida” (p.56). Assim, as práticas discursivas reúnem sob sua conceituação, tanto os discursos como a “comunidade daqueles que produzem, que fazem com que o discurso circule, que se reúnem em seu nome e nele se reconhecem” (MAINGUENEAU, 1997, p.54).

A linguagem está ligada a toda e qualquer atividade humana. Vimos, nos parágrafos anteriores, que as práticas discursivas são o conjunto das atividades humanas, somado aos discursos produzidos e relacionados a esse conjunto. Vimos que não se pode, contudo, dissociá-los, pois não existem separadamente. E que se pode dizer que as práticas discursivas são também as práticas sociais, pois não há como observar uma sem considerar a outra. Ambas existem imbricadas, relacionadas e através uma relação causal.

Segundo Bakhtin, “*todos os diversos campos da atividade humana estão ligado ao uso da linguagem*” (BAKHTIN, 2003, p. 261). Dessa forma, as práticas sociais também pressupõem a

manifestação desse discurso ao qual estão vinculadas, de acordo com “*determinados tipos relativamente estáveis de enunciados*”.

Isto é, determinados tipos de enunciados, que não são iguais a outros tipos, mas têm algo de comum com esses em sua natureza lingüística, e estão ligados às situações de enunciação (BAKHTIN, 2003, p.262, 263). Assim, podemos afirmar que as práticas sociais pressupõem a existência de *gêneros discursivos*, de acordo com Bakhtin (2003):

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. [...] O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2003, p.262)

Remontando às origens da proposta de Bakhtin para o gênero discursivo, ao dizer que “esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo”, Bakhtin está afirmando que as formas do enunciado atenderão a prescrições, às quais denomina “gêneros do discurso”:

Quando escolhemos um determinado tipo de oração, não o escolhemos apenas para uma oração, não o fazemos por considerarmos o que queremos exprimir com determinada oração; escolhemos um tipo de oração do ponto de vista do enunciado *inteiro* que se apresenta à nossa imaginação discursiva e determina nossa escolha. A concepção sobre a forma do conjunto do enunciado, isto é, sobre um determinado gênero do discurso, guia-nos no processo do nosso discurso (BAKHTIN, 2003, p. 286).

Se assumirmos que toda a esfera da atividade humana está ligada à linguagem, a utilização desta será variada, mas nossos enunciados, em qualquer situação, atenderão a formas estruturais mais ou menos padronizadas e estáveis (gêneros que, segundo o próprio Bakhtin, nem sempre dominaremos com a mesma habilidade):

Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dado a ele. Por isso um enunciado singular, a despeito de toda sua individualidade e do caráter criativo, de forma alguma pode ser considerado uma *combinação absolutamente livre* de formas da língua, como o supõe, por exemplo, Saussure (e muitos outros lingüistas que o secundam), que contrapõe enunciado (*la parole*) como ato puramente individual ao sistema da língua como fenômeno puramente social e obrigatório para o indivíduo. (BAKHTIN, 2003, p.285)

De acordo com Maingueneau, a noção de gêneros do discurso pode ser compreendida sob a idéia de contrato, explicitada no item anterior, quando falamos de *práticas discursivas*: apesar de não ser um termo fácil de definir e impossível de fixar uma listagem para seus tipos, pode-se dizer que os gêneros do discurso são caracterizados por um conjunto de regras comuns à sua enunciação, ou seja, que “cada gênero presume um contrato específico pelo ritual que define” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34). Por exemplo, o gênero *manual de puericultura* em sua representação mais tradicional (*A vida do bebê*: especialista dirige-se à mãe leiga em tom didático, conselheiro). Assim, gênero seriam as “rotinas, comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizaram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua” (MAINGUENEAU, 2008, p. 65).

Também sob a idéia de *papel*, em que cada gênero discursivo implicaria os parceiros sob uma condição determinada, isto é, os “papéis” em que atuamos, sob a idéia de *jogo*, que determina que as regras do discurso não são rígidas como as de um jogo, mas que possuem zonas de variação.

Retomando Bakhtin, ele afirma ser fundamental compreender a diferença entre gêneros primários e gêneros secundários para evidenciar a natureza de um enunciado. Os primeiros seriam aqueles que se estruturam a partir da comunicação verbal espontânea (réplicas do diálogo cotidiano, diários íntimos, cartas), e os últimos, aqueles que são fruto de uma comunicação cultural mais ampla e constituída principalmente através da escrita (romance, teatro, discurso ideológico, discurso científico). De acordo com Bakhtin:

No processo de sua formação eles [os gêneros secundários, colchetes nossos] incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios [...]. O estudo da natureza do enunciado e da diversidade de formas de gênero dos enunciados nos diversos campos da atividade humana é de enorme

importância para quase todos os campos da lingüística e da filologia. Porque quase todo trabalho de investigação de um material lingüístico concreto [...] opera inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais) relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação [...]. (BAKHTIN, 2003, p.265)

Vemos aqui mais uma vez, através das relações entre estes dois tipos de gêneros, a ligação que um discurso mantém com outros discursos. Sendo assim, quando falamos, como anteriormente, de práticas discursivas, falamos dos gêneros discursivos ligados a ela, bem como da *comunidade discursiva* envolvida nessas práticas e discursos, conforme vimos no trecho acima: “*O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana*” (BAKHTIN, 2003, p. 261, grifo nosso). Observar as práticas discursivas, portanto, pressupõe a observação dos discursos, isto é, dos gêneros discursivos ligados a essas práticas, e também a observação da comunidade discursiva que produz esses discursos e que leva a efeito tais práticas.

Maingueneau (2000, p.22) afirma que, na enunciação, tanto o enunciador quanto o co-enunciador têm papel ativo: “Quando o enunciador fala, o co-enunciador comunica também: ele se esforça para pôr-se em seu lugar para interpretar os enunciados e influencia-o constantemente através de suas reações”. Contudo, não é somente na comunicação espontânea (gêneros primários) que o papel do co-enunciador é ativo. Segundo Bakhtin, nos gêneros complexos (secundários), os enunciados mantêm um diálogo com outros, como segue:

A obra, como a réplica do diálogo, está disposta para a resposta do outro (dos outros), para a sua ativa compreensão responsiva, que pode assumir diferentes formas: influência sobre seguidores e continuadores; ela determina as posições responsivas dos outros nas complexas condições de comunicação discursiva de um dado campo da cultura. A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras – enunciados: com aquelas às quais ela responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2003, p. 279).

Isto é, do que dissemos até agora, podemos afirmar que a existência de práticas discursivas pressupõe a existência de competências discursivas que disponibilizem o entendimento dos gêneros vinculados às práticas, e de uma comunidade discursiva que possua tal competência.

Quando falamos a respeito da maneira sob a qual se organiza a linguagem nos textos, ou de que forma a língua passa ao discurso, estamos falando de gêneros do discurso. No entanto, o gênero extrapola o texto escrito. Pode-se dizer que o gênero é não apenas o conjunto de características que tem um determinado texto, como também o conjunto de conhecimentos que precisamos ter para compreender tal gênero.

Quanto ao gênero do *corpus* dessa pesquisa, para chegar a falar sobre manuais de puericultura, precisamos mostrar como esse gênero passou a existir, ligado a um determinado contexto, envolvendo uma dada comunidade discursiva, para só então mostrar sua evolução, de acordo com o contexto social e as FDs a que esteve vinculado. Podemos dizer que o gênero *manual* se atualizou de muitas formas, ao longo dos tempos, de acordo com as práticas sociais às quais esteve relacionado.

Assim, voltando ao primeiro capítulo, verificamos que, em consequência de diversos fatores, os *manuais de civilidade* dos séculos passados, encarregados de reger tanto comportamentos de boa convivência social quanto cuidados advindos da instauração de práticas *higienistas*; graças às mudanças no olhar das instituições e nas práticas da sociedade, que passou a focar a família, atualizaram-se de acordo com essas novas práticas, desdobrando-se na forma de *manuais de etiqueta* e de *manuais de puericultura*. O primeiro tipo trata apenas das regras de convivência social, segundo a época em que se inscrevem, sendo até hoje um gênero existente e facilmente localizável em livrarias físicas ou *on-line*, e o segundo tipo, tratando da *puericultura*, isto é, dos cuidados centrados na criança: em sua correta alimentação, vacinação, proteção, educação, enfim, na manutenção sadia de sua vida.

A prática denominada *puericultura*, contudo, perdeu sua força e visibilidade, e a nomenclatura *puericultura*, atualmente, está mais restrita à categoria médica, ao jargão pediátrico. Os cursos de puericultura, nos quais as mães matriculavam-se para aprender a cuidar de seus bebês recém-nascidos, são agora conhecidos por *cursos para gestantes*, o médico pediatra que acompanhava o bebê, seu *puericultor*, atualmente é tão-somente o *pediatra* da criança. Os manuais de *puericultura* receberam mais outros nomes: são *guias*, livros de *auto-ajuda para pais*, encontrados em prateleiras de seções de *auto-ajuda*, *gravidez*, *família*, ou *bebê*, nas livrarias.

Em concordância com Bakhtin, essa alteração genérica dos discursos, em sua estrutura composicional, sua apresentação e linguagem, são progressões diretamente relacionadas às mudanças das práticas sociais nas quais tais discursos encontram-se envolvidos:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN, 2003, p. 262).

No mais, é interessante, ainda, para a concepção de encenação discursiva assumida neste trabalho, a breve menção que ora fazemos dos conceitos de *quadro cênico* e *cenografia discursiva* desenvolvidos por Maingueneau (1997; 2008).

A exposição que até aqui fizemos indica que a noção de *discurso* adotada em nossa pesquisa é a que atribui propriedades formais, subjetivas e sociais, simultaneamente, à constituição da linguagem. Isto é, a língua como discurso é apreendida juntamente com seus processos constitutivos histórico-sociais. A cena enunciativa, como proposto por Maingueneau (2008), possui uma tripla interpelação, isto é, três cenas.

A *cena englobante* é “a que corresponde ao tipo de discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 86), a seu estatuto pragmático. Isto é, a como ela funciona socialmente. De acordo com o autor, ao recebermos um panfleto nas ruas, é necessário que determinemos o tipo de discurso ao qual ele pertence: religioso? Político? Publicitário? A forma como este panfleto interpela seu leitor, a finalidade em função da qual ele foi organizado, definem o estatuto de parceiros e o quadro espaço-temporal, pois não é possível falar de qualquer tipo de cena a qualquer época ou qualquer sociedade: as relações entre as cenas variam de acordo com a conjuntura em que se apresentam. No caso de nossa pesquisa, buscaremos mostrar como o que é dito em cada um dos manuais está intrinsecamente relacionado à sociedade e à época em que são veiculados.

Contudo, a definição de cena englobante, conforme Maingueneau, é insuficiente como objeto de análise, pois “um co-enunciador não está tratando com o político ou o filosófico em geral, mas sim com *gêneros de discurso* particulares” (MAINGUENEAU, 2008, p. 86). Isto é, a *cena genérica*. O gênero de discurso em questão definirá seus próprios papéis, os rituais sócio-linguageiros, e assim, num panfleto de campanha política, haverá um “candidato” falando aos “eleitores”, numa aula, um “professor” falando aos “alunos” (“manuais de puericultura” implicam num “médico” falando aos “pais do bebê”) e assim por diante.

Essas duas cenas formam o que Maingueneau nomeou *quadro cênico*. Em muitos casos, a cena de enunciação se reduzirá a essas cenas. Mas em outros casos, os gêneros do discurso podem ainda adotar uma terceira: a *cenografia*. Maingueneau afirma que nem todos os gêneros exigem uma cenografia, mas alguns são mais suscetíveis de uma cenografia do que outros. Para ele, “essa variação parece estar muito ligada à finalidade dos gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p.90).

A cenografia não se trata de um quadro ou um cenário, surgido no interior de um discurso que já existia. Ao contrário, ela “é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2008, p.87).

A cenografia, portanto, pressupõe o que Maingueneau (2008, p.87) chama de *enlçamento paradoxal*: ela é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que o discurso produz, “ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém”. Portanto, ela é sempre única para o enunciado, é específica para cada texto, isto é, não existem dois textos com a mesma cenografia: eles podem ter pontos em comum, partilhar características, mas a cenografia é, por assim dizer, a identidade de um texto.

Segundo Maingueneau, uma das características da cenografia é que, para que sua manifestação seja plena, é preciso que haja um afastamento do co-enunciador, que a cenografia possa controlar seu próprio desenvolvimento (MAINGUENEAU, 2008, p.88).

Para compor uma cenografia, pode-se recorrer a determinadas cenas, como uma cena escolar, uma cena familiar, ou seja, cenas comuns; ou a características de um gênero, como por exemplo, um gênero instrucional, com determinadas marcas lingüísticas, determinada estrutura organizacional do texto, isso faz com que um texto se constitua com a sua própria cenografia.

A cenografia associa ainda as figuras do enunciador e do co-enunciador, supõe uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar) discursivos, das quais tal cenografia pretende se originar. Não se tratam de tempos cronológicos ou espaços físicos, mas sim de tempos e espaços ideológicos, históricos:

Esta cenografia não deve ser entendida como um quadro preestabelecido, mas como uma espécie de enlçamento paradoxal, no qual a enunciação, por seu modo mesmo de desvendar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível, isto é, os protagonistas

do discurso – o enunciador e o co-enunciador – e sua ancoragem espacial e temporal, isto é, a topografia e a cronografia. (MAINGUENEAU, 1996, p.73)

Nesse trabalho, falar do quadro cênico nos permite mostrar como os manuais analisados são diferentes: quem são os enunciadores e os co-enunciadores? Como se configura a interlocução? O discurso institui uma cenografia? Como ela se configura?

Podemos, por exemplo, dizer que *Bebê: manual do proprietário* tem uma cenografia construída em cima de um objeto de consumo, como mostraremos na análise. Isto é, *pretende originar-se* de uma cena discursiva de uma sociedade de consumo na qual é possível adquirir um bebê, que inclusive, vem com manual de instruções. Como reflexo de uma sociedade de consumo, um manual como estes só poderia existir porque existe uma sociedade de consumo.

Finalizando esse capítulo, reforçamos que nosso caminho de análise, que contempla um pouco de cada uma das noções até aqui abordadas, considera a relação dialógica entre enunciador e co-enunciador; a interatividade na constituição discursiva (que vê o discurso simultaneamente como enunciado e enunciação, como textual e social, e, assim, prevê sua relação intrínseca com as práticas discursivas de uma dada comunidade); a interdiscursividade (um discurso só existe em relação com seu Outro), e as implicações ligadas ao gênero em que o discurso se apresenta, isto é, a observação do seu quadro cênico e como este se configura; estando de acordo com o postulado na proposta da Semântica Global de Maingueneau (2005).

Pautados nessas considerações teóricas, partimos para a análise.

CAPÍTULO 5: DISCURSO E PRÁTICAS DISCURSIVAS – DUAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO

[...] a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam), é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Propomo-nos, nesse capítulo, a dar seguimento aos procedimentos de uma análise enunciativo-discursiva de nosso *corpus*, com vistas a evidenciar como se configuram os discursos dos manuais analisados: com que discursos se relacionam? E que condições para o surgimento desses discursos existem nas práticas discursivas de sua comunidade? Como se configuram os enunciadores e co-enunciadores? Como se estrutura o quadro cênico? Entendemos a análise desses discursos como um meio de compreender as práticas discursivas, as comunidades discursivas envolvidas na construção e evolução do gênero manual de puericultura.

Partindo dos objetivos apresentados, subdividimos esse capítulo nas partes que seguem, nas quais analisamos separadamente os recortes escolhidos de cada livro que faz parte do *corpus* e expomos nossas observações sobre eles. Posteriormente, sintetizamos os resultados.

5.1. Uma análise enunciativa

Segundo Maingueneau (2008), um simples enunciado proibitivo como “Não fumar”, pintado em uma placa afixada à parede de uma sala de espera, pressupõe várias instâncias de conhecimento em sua interpretação. Como enunciado, ele possui uma fonte enunciativa, um sujeito que tem intenção de transmitir um sentido a um destinatário, usando de sua língua.

Possui também uma condição material de apresentação, que contribui para seu significado: se, por exemplo, ao invés de afixado numa placa, o enunciado “não fumar” fosse rabiscado na parede, juntamente com alguns desenhos, provavelmente esse enunciado seria interpretado como um grafite, e não como uma proibição. A apresentação material desse enunciado, “uma placa confeccionada segundo um modelo padrão, de forma geométrica, disposta

na altura ideal e de tamanho suficiente para ser vista por todos, (...) não está lá por acaso, trata-se de um enunciado com alguma importância” (MAINGUENEAU, 2008, p.21).

Pelo mesmo viés, acreditamos que em nosso *corpus*, algumas instâncias de conhecimento são requeridas do interlocutor para a interpretação de seus enunciados. Bem como acreditamos serem relevantes, além do texto em si, os demais elementos da enunciação: a apresentação material dos enunciados e seu modo de circulação. Para essa análise, apresentamos um exame que considera as capas, contra capas, sumários, e introduções dos manuais que compõem nosso *corpus*¹⁹.

Acreditamos que esse recorte seja suficiente para apreendermos sua composição e compreendermos os significados produzidos por seus enunciados, bem como apontar as práticas discursivas com as quais esses manuais se relacionam.

5.2. A vida do bebê

Iniciamos por este manual procurando seguir certa ordem no encadeamento de nossas idéias: no primeiro capítulo dessa pesquisa, falamos de toda a conjuntura sócio-histórica na qual nasceu o discurso da puericultura e também os manuais. Dessa forma, trataremos primeiro do livro que surgiu nesse contexto: *A vida do bebê*.

As edições que ora analisaremos são a 7ª e a 41ª e elas aparecem nessa seção comentadas simultaneamente.

Seguindo o arranjo de ordem no qual o recorte escolhido está organizado, falaremos primeiro sobre suas capas, depois sobre suas contracapas, para então falar dos sumários e introduções, como segue.

5.2.1. A capa

¹⁹ Eventualmente, com o propósito ilustrativo, outros trechos dos livros serão trazidos por nós, graças a sua representatividade, para somar a análise proposta.



Figura 12: Ilustração. Capa.

Fonte: DE LAMARE, Rinaldo. *A vida do bebê*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, capa.

A capa da 41ª edição foi escolhida através de um concurso promovido em conjunto pela Editora Ediouro e pelo Infoglobo. A vencedora, Isabella Filardi Lerer, foi selecionada através de um júri popular, e foi escolhida por ter um “*rosto mais brasileiro, que misturasse loiros e morenos*” (FOLHAONLINE, 2002). Assim, o “bebê da capa”, como ficou conhecido esse bebê, tem pele clara, cabelos castanhos muito claros e olhos esverdeados.

Esse bebê foi escolhido por meio de votação eletrônica, no *site Globo Online*, entre dez finalistas. Podemos conjecturar que não necessariamente a maior parte da população brasileira teve acesso aos meios de saber e participar de tal júri, e que, apesar da intenção de “abrasileirar” a capa do livro, pela “mistura” de loiros e morenos na figura de um único bebê, este ainda é um bebê de pele clara, aparentemente saudável e sorridente, que representa menos o “bebê brasileiro” do que a própria comunidade discursiva à qual esse discurso está ligado. Isto aponta para a manutenção de um gosto, por assim dizer, europeizante. Em última análise, percebemos que na própria comunidade discursiva há divergência. Isto é, há uma mudança nas práticas, mas não tão contundente.

Isto é, vemos uma preocupação com uma apresentação do livro que promova uma identificação entre ele e sua comunidade discursiva, levando-a, inclusive, a participar da escolha da capa do produto que chegará até ela. Assim, podemos afirmar que houve a percepção de uma mudança nas práticas, no consumo, que culminou nessa tentativa de aproximação, de (re)conquista do co-enunciador. A solução encontrada foi a reformulação do conteúdo e da própria capa do livro, que, trazendo um bebê mais semelhante a seu interlocutor, promoveria no co-enunciador uma sensação de *familiaridade*, de pertencimento de ambos, enunciador e co-enunciador, a uma mesma comunidade discursiva, a um acordo de idéias, e, em última instância, promoveriam a confiabilidade do enunciador.

O fato de a capa ter sido escolhida por decisão de internautas, de certo modo a traz também para a contemporaneidade, para a era digital, da *internet*, pois esse foi o canal escolhido para a votação. A editora Ediouro, em seu *site*, afirma ter um setor exclusivo para cuidar de seus “canais não tradicionais” (como o seu *site*, sua comunidade no *orkut*²⁰), uma vez que reconhece que “o mercado de livros não se restringe às livrarias”.

²⁰ O *Orkut* é um *site* de relacionamentos vinculado ao *site* de buscas *Google* que leva o nome de seu criador, Orkut Büyükkökten, um engenheiro turco do próprio *Google*, em 2004. O mais alto índice de usuários, atualmente, são brasileiros e indianos.

Percebemos, assim, resultados das mudanças nas práticas dessa comunidade discursiva, da qual esse enunciador também faz parte (exercendo o papel de autoridade, de conselheiro).

Contudo, a pintura que fora a capa da primeira edição de *A vida do bebê* (De LAMARE, 1941, doravante AVB) também se encontra nessa 41ª edição, estando agora localizada logo após a folha de rosto²¹.

Mesmo que não se saiba o título ou quem foi o autor da pintura, a imagem nos remete imediatamente à fé católica: trata-se uma *madona*, isto é, a retratação da mãe do menino Jesus bíblico.

²¹ Uma vez que as imagens são iguais, optamos por inserir apenas a imagem, e uma só vez.

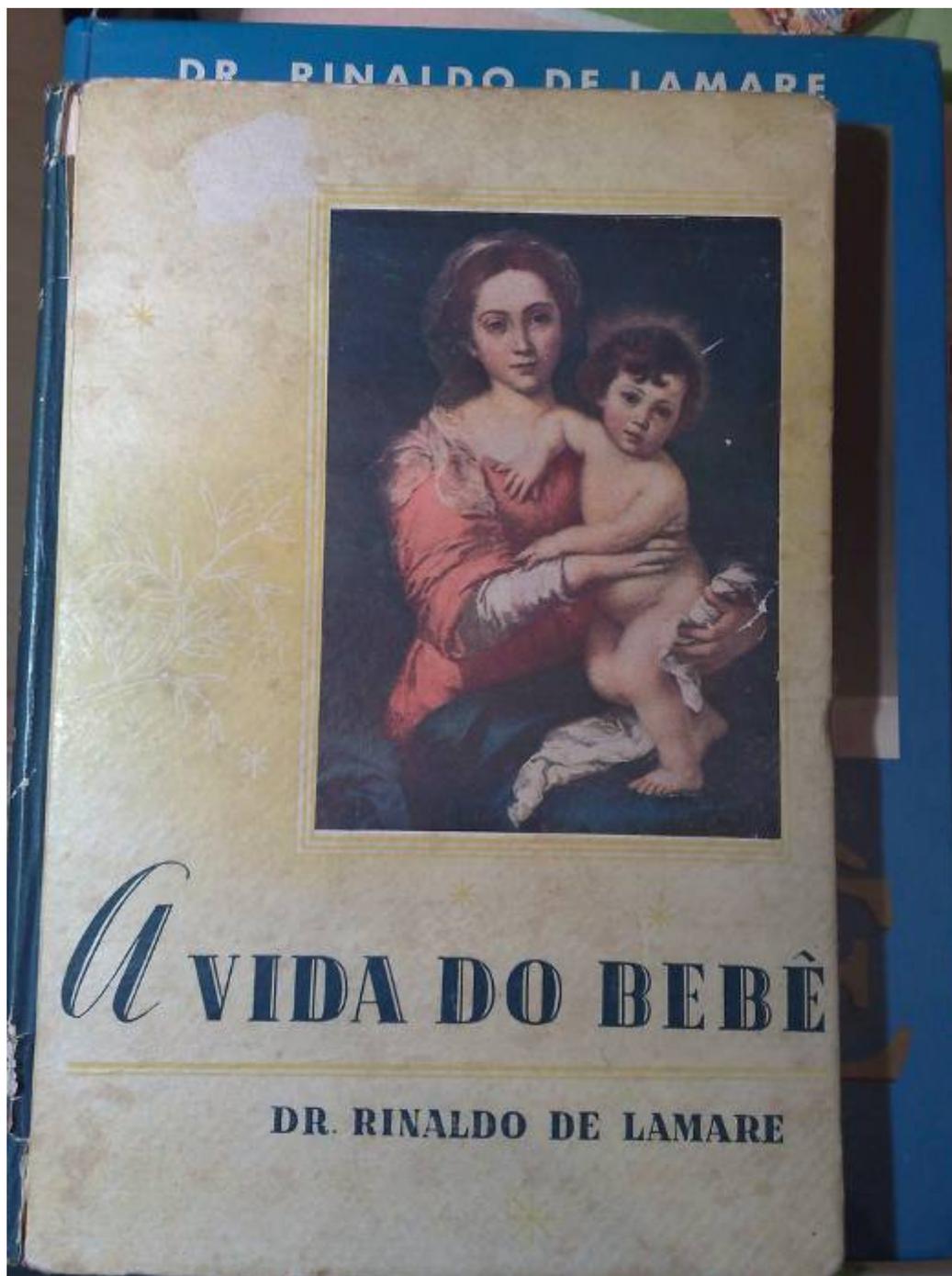


Figura 13: lustração. Capa.

Fonte: DE LAMARE, R. *A vida do bebê*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1950.

Pintada por Bartolomé Estebán Murillo²², essa imagem da capa se intitula *A virgem com o menino*, e data de, aproximadamente, 1650 (*Madonas*, 2006).

Nessa cena, encontram-se apenas Maria e o bebê Jesus. Ambos olham para frente com expressão serena, como se estivessem em presença de alguém que os encontrou em meio à banalidade cotidiana.

O rosto, o pescoço e as mãos de Maria são as únicas partes de seu corpo que estão visíveis, expondo uma mulher muito jovem e que talvez representasse o ideal de beleza feminino da época²³.

Maria está despojada de ornamentos e usa apenas uma espécie de mantilha com a qual protege as nádegas nuas do menino Jesus. O que se vê é uma mãe e seu filho. Aqui, Maria, a Mãe Universal, a Mãe da Igreja e Rainha dos Céus, para a Igreja Católica, exerce o papel de mãe, em oposição a qualquer outro, sustentando o corpo de seu filho, que nela se apóia, protegendo-o, mantendo-o a salvo, junto a si.

O menino Jesus, inteiramente despido, também não traz ornamento algum. Sua figura é idealizada, bela, contudo, tem as proporções de um bebê (a cabeça grande em relação ao corpo, pernas curtas e gordinhas).

Há, contudo, um elemento na cena que expressa divergência entre mãe e filho: o halo espetacular, discretamente à volta da cabeça somente do menino: a divindade dele está retratada. No entanto, Maria não o está adorando, isto é: muito mais do que a divindade e santidade de ambos, o que está patente é a divindade e a santidade do amor materno.

O contraste entre luz e sombras é acentuado, uma característica típica da pintura barroca: a luz não é natural, mas produz um jogo que guia o expectador para o foco da cena, capturando toda a sua atenção para aquilo que o artista quer mostrar: nessa cena, a *mãe* Maria e seu amor por

²² Bartolomé Estebán Murillo (Sevilha, 1618 – 1682), pintor barroco, é um dos mais conhecidos artistas espanhóis, e era também conhecido como pintor da ternura feminina. Suas telas eram consideradas bastante delicadas, em relação à austeridade das pinturas na Espanha do século XVII. Seu estilo foi-se modificando e aprimorando de acordo com o passar dos anos: misturando inicialmente tendências maneiristas e realistas, posteriormente demonstra em seus trabalhos uma inclinação para a arte veneziana e para o barroco flamengo. Interessava-se pelo pelas cenas de gênero ou de cotidiano, pintando telas nas quais humanismo e religiosidade confundiam-se, o que vinha ao encontro dos ideais apregoados pela Contra-Reforma, que intentava uma aproximação entre as pinturas religiosas e o sentimento popular (JANSON, 2001).

²³ Muito nas pinturas religiosas era decidido pelas regras da Igreja. O vestido de Maria, por exemplo, em geral era rosa ou carmim, e o véu, azul, e ela costumava ser retratada com cabelos e olhos claros. O menino Jesus também deveria ser parecido com Maria, pois acreditava-se que, devido à concepção imaculada desta, somente as características físicas de Maria poderiam ter sido herdadas por Jesus. Murillo, nesta tela, representou Maria com cabelos e olhos castanhos, de acordo com o tipo físico espanhol, e não de acordo com a tradição da Igreja.

seu filho. Ela, evocada pela Igreja como padrão supremo da humanidade e exemplo a ser seguido pelas mulheres na comunidade cristã patriarcal, está mais uma vez dando o seu exemplo, dessa vez, o de mãe: amando seu bebê e cuidando dele, respeitando suas características infantis e auxiliando-o, como as demais mulheres eram admoestadas a fazer.

Essa pintura, como capa da primeira edição do livro do Dr. De Lamare, vinha ao encontro do que conclamavam a Igreja, o Estado e as práticas higienistas no Brasil do início do século XX, na esteira de todo o processo iniciado na Europa do século XVIII, visando a preservação da vida das crianças (conforme explicitamos no primeiro capítulo dessa dissertação); objetivo para o qual eram utilizadas todas as formas possíveis de convencimento da família – por intermédio, principalmente da mulher.

Num país católico, mormente à época, essa estratégia presumivelmente influenciaria num excelente resultado sobre a aceitação do livro e sobre a visibilidade de seu autor, sendo os valores cristãos da moral e dos bons costumes apreoados no livro, um fator a mais que certamente contribuiu para o seu sucesso, nessa determinada época e voltado para tal comunidade discursiva.

Atualmente, o mesmo, de alguma forma ainda acontece, pois a presença dessa pintura na nova edição do livro remete aos valores tradicionais, à preservação da família, à moral cristã. Todos esses elementos, parte das práticas discursivas de uma comunidade que legitima tais discursos.

5.2.2. O sumário

O sumário desse manual, bem como outros elementos, também nos mostra um pouco sobre sua circulação. Dividido pelo tempo de vida da criança, no primeiro capítulo trata de questões anteriores ao nascimento do bebê. Do segundo ao sétimo capítulo, trata do primeiro ao sexto dia, por cada dia. Do oitavo ao décimo capítulo, fala da primeira semana à quarta semana, por cada semana. Do décimo primeiro capítulo ao vigésimo segundo, fala do primeiro mês ao fim primeiro ano, por cada mês. Daí em diante, até o último capítulo, trata de práticas médicas domésticas, prestação de socorro ao bebê, doenças, acidentes e crianças problemáticas. Ao final,

possui ainda um *índice de medicamentos*, no qual prescreve a medicação a ser utilizada pela mãe em caso de necessidade.

A leitura deve seguir uma seqüência, para que seja possível conhecer todos os temas abordados no livro (pois os temas tratados em cada capítulo não estão explicitados no sumário).

Tal sumário pressupõe, assim, que a mãe (leitora à qual o livro se dirige) terá um tempo especialmente reservado para lê-lo e provavelmente o fará em sua própria casa, uma vez que o livro é volumoso (776 páginas na edição de 2002), algo pesado e, assim, de locomoção custosa. Também pressupõe a possibilidade de um gasto monetário maior, visto que é um dos livros mais caros (se não o mais caro) em sua categoria (chega a custar quase seis vezes mais do que a média²⁴). Assim, esse é um manual de puericultura que prescreve um co-enunciador que assume o papel social de mãe do bebê, que tem tempo para dedicar-se à leitura do exemplar, num local fixo, como sua própria casa, e que de alguma forma está inserida entre aqueles que têm condições de obter um livro algo mais caro que o usual.

5.2.3. A introdução

Sendo este o livro de referência em manuais de puericultura, o AVB é composto por enunciados que estão marcados pela *interincompreensão* (MAINGUENEAU, 2005), elaborados sobre uma determinada idéia *do que aquele que está lendo o livro gostaria de ler*.

De acordo com a proposta de Maingueneau, estamos sempre falando a partir do que pensamos e imaginamos que deveríamos dizer ao Outro. Falamos a partir de uma determinada imagem que temos do Outro, mas que certamente não é o Outro, e sim apenas a imagem que temos dele – e vice-versa. É assim que os discursos se atravessam e é aí que se dá o embate entre eles; que se encontram as vozes que formam cada discurso, as vozes trazidas como apoio para o que se está dizendo.

²⁴ Quanto à questão do custo, no mês de maio de 2009, época de re-lançamento do livro, pela editora Agir, e também da comemoração do Dia das Mães, o título foi comercializado a um preço promocional que baixou seu valor em 70%. Isto, mais uma vez demonstra uma tentativa de re-conquista do público, aproveitando-se de: 1) uma nova edição (uma atualização do produto), 2) uma época “ideal” para o uso desse exemplar como presente, 3) uma redução radical nos preços de sua comercialização. No mês de setembro de 2009, quando fizemos nova consulta, seu preço já havia voltado ao habitual.

No AVB, o enunciador apóia-se nos discursos dos ensinamentos conservadores, católicos, tradicionais, da santidade da família, pressupondo certo perfil de co-enunciador, que, entre outros atributos, está de acordo com preceitos cristãos: “Não tenha preocupação de ter roupas elegantes [para o bebê, grifo nosso], bastará a *do batismo*: essa sim pode ser caprichada” (DE LAMARE, 2002, p. 18). Isto é, o bebê certamente será batizado, e essa é a única ocasião, de fato, relevante para sua curta existência. Aquela ocasião singular em que precisará estar bem-vestido, elegante.

A ligação com esse discurso conservador também leva o enunciador a separar os papéis dos pais na vida da criança de acordo com seu gênero. Assim, desde a folha de rosto desse manual, faz-se notar que o livro é destinado especificamente às mulheres²⁵:

Ensinamentos e conselhos modernos e práticos, escritos especialmente *para as mães* criarem seus filhos, desde o primeiro dia de vida até eles completarem dois anos [...] (DE LAMARE, 2002, p.3, 1950, folha de rosto, grifos nossos)

[...] nesses primeiros trinta dias, *você* terá alguém para *auxiliá-la*? (DE LAMARE, 2002, p.13)

O TU desses enunciados, o co-enunciador a quem se direcionam, não são *ambos* os pais, ou um leitor qualquer, mas *as mulheres*, *as mães*, que são as responsáveis pela manutenção da saúde e direcionamento educacional de seus filhos.

Os enunciados revezam-se entre o uso do “você”, falando diretamente à mulher, e o uso de “a mulher”, “a mãe”, “a esposa”, etc. No entanto, o enunciador não deixa de falar às mães mesmo quando usa a terceira pessoa. Nesses momentos, é como se o enunciador simulasse uma conversa, uma seção de aconselhamento com as mães, e, entre uma e outra admoestação, usasse a terceira pessoa para falar sobre o papel *da mãe*, sobre as atribuições *da esposa*, ou sobre as decisões *das mulheres*. Que, por fim, são elas mesmas. Assim, não é como se o enunciador se dirigisse ora à mulher, ora à outra pessoa, em verdade, ele dirige-se sempre a ela, às vezes diretamente, às vezes indiretamente. Isso pode ser observado nos exemplos que traremos a partir daqui, na tentativa de identificar as características atribuídas pelo enunciador ao seu co-enunciador.

²⁵ Nessa dissertação, a fim de diferenciar as citações das partes analisadas, retiradas do *corpus*, apresentaremos essas últimas dentro de uma caixa de texto.

Pelas palavras do Dr. De Lamare, notamos que a mulher, além de instruir e cuidar de seus filhos é também considerada a mantenedora do lar, a responsável pelas tarefas domésticas (que, se ainda não sabe realizar, deve aprender depressa):

[...] [*você, mulher*]²⁶ já *aprendeu* como cuidar das fraldas e roupinhas do bebê? Já aprendeu como cuidar dos bicos, mamadeiras e outros utensílios, inclusive como esterilizá-los? Já *sabe* alguma coisa de dieta infantil? Muitas moças, ao se casarem, às vezes *não sabem sequer* preparar um *café*, logo *muito menos saberão* preparar um alimento ou um chá para o bebê, [...] *escolheu* os produtos de higiene que *usará* com seu filho? [...] Está *decidida*²⁷ a amamentar seu filho? [...] amamentar seu filho é o maior prêmio que *você* pode ter. (DE LAMARE, 2002, p.14).

Para esse enunciador, os papéis sociais, as funções no convívio familiar, são delimitados de acordo com o sexo do indivíduo. A mulher, sempre ligada ao lar, obtém sua instrução pela leitura e é quem põe em prática todas as regras e conselhos impostos pelo manual. As mulheres e homens estão separados inclusive pelo círculo de amizades: a mulher não possui *amigos*, mas somente *amigas*, e as amigas, assim como essa mãe, longe de não gostarem de crianças ou o que se refere a elas, devem interessar-se por assuntos domésticos, pelo bem-estar da família e pelo bebê:

Lembre às *suas amigas* que fraldas como presentes são sempre bem-vindas. (DE LAMARE, 2002, p. 13)

Essa mulher, assim, é a *esposa*, que tem seu filho somente após tomar essa decisão com seu esposo e *planejar* sua gravidez (ou pelo menos, *deveria* ser assim). No discurso desse manual, concomitante com o intuito higienista de manutenção da família, o lar feliz é a base para o sucesso na educação de uma criança:

²⁶ Colchetes nossos, acompanhando o esquema de perguntas dirigido à mulher e através do pronome “você” utilizado pelo próprio autor, no início do questionário do qual esse trecho foi extraído.

²⁷ Todos os grifos são nossos.

O casal, antes de planejar uma gravidez, deverá observar a personalidade de cada um [...] Será uma sorte o bebê ter seus pais felizes, transmitindo-lhe alegria, boas condições de saúde e segurança (DE LAMARE, 2002, p. 12).

A questão da qualidade do relacionamento que os pais têm com os filhos se refere ao tipo de ambiente criado por eles, a criança gosta da companhia dos pais, mas uma companhia agradável, descontraída, não certos pais que ficam dentro de casa como se fossem prisioneiros, angustiados, revoltados porque os prenderam em casa. As crianças percebem que estão “atrapalhando”, que a presença delas não é desejada. Sabemos que as crianças absorvem muito mais o não-verbal do que o verbal, palavras “entram por um ouvido e saem pelo outro”, na expressão popular, mas quando percebem que os pais estão angustiados, realmente furiosos intimamente e não explodem, através da expressão fisionômica e dos gestos, a criança percebe e sofre. É difícil avaliar até onde a perda da distração e treinamento emocional devido à circunstância de famílias divididas, crianças entregues a estranhos, separadas, pais perturbados, violentos, podem afetar a personalidade da criança. A privação emocional, a ausência repentina dos pais, a falta de carinho, de distração, devem ser consideradas tão prejudiciais para o crescimento quanto a desnutrição e as infecções repetidas [...]. (DE LAMARE, 2002, p. 237)

O casamento é a solução que a Igreja e a Sociedade encontraram para a conservação da espécie, a Igreja o transformou em Sacramento e a Sociedade num ato jurídico. A consequência biológica e sagrada do mesmo é concretizada nos filhos. (DE LAMARE, 1950, p. 1)

Os filhos não devem vir como recurso para remediar a situação de casais cuja falta de compreensão entre ambos estaria desatando os laços matrimoniais. Os filhos não devem vir também como motivo de herança ou garantia de qualquer outra natureza. Para nascerem felizes, e felizes crescerem, não deve haver outro motivo senão o de verdadeiro amor. (DE LAMARE, 1950, p. 2)

Esse manual pressupõe que as gravidezes devem ser desejadas. Gestações em função das quais a mãe e o pai do bebê fazem todos os exames pré-concepcionais, têm todo o cuidado e acompanhamento médico pré-natal, continuando, após o nascimento da criança, a tratá-la com um pediatra, a cuidar da alimentação da mãe, etc.

De acordo com Costa (1983, p.234): “Ao Estado interessava não só a família fecunda, mas a família responsável. Manter os filhos era tão importante quanto produzi-los. Do contrário, a carga financeira da educação dessas crianças abandonadas recairia, novamente, sobre a administração pública”.

Os filhos, portanto, são preferivelmente frutos do casamento, do planejamento dos pais que formam um casal. Essa é a criança considerada no livro: planejada pelo casal, cuidada e orientada por sua mãe, sustentada por seu pai. Este tem a função de auxiliar à mãe, do mesmo modo que o devem fazer os avós e avôs, pois a mãe é a figura principal em cena, e a quem as orientações do enunciador se dirigem.

Retomando o que dissemos no primeiro capítulo, vimos que, por meio dos estereótipos construídos durante o processo de “modernização”, no século XIX, através do discurso médico,

tentou-se estabelecer uma “natureza” própria de cada sexo. A mulher teve sua imagem associada ao espaço privado, pois era considerada mais frágil que o homem, mais delicada e também mais débil, qualidades condizentes, assim, com o espaço da família, o espaço do *sentimento*. Enquanto o homem foi associado ao espaço público, pois era mais forte, menos sentimental, mais inteligente que a mulher, e, portanto, tinha melhores condições de atuar na vida pública, o espaço da *ação*. Concordante com tal pensamento, esse manual de puericultura dirige-se às mães, às leitoras, deixando de fora os pais, em ambas as edições estudadas: 7^a e 41^a.

Na última edição, contudo, observa-se uma pequena alteração: apesar de o enunciador não dirigir seu discurso aos pais, nem lhes responsabilizar por qualquer tarefa, reconhece que a participação do pai na vida da criança configura-se de outra forma, na atualidade, isto é, sua participação dá-se de modo mais ativo desde o nascimento da criança: “Hoje, o pai tem participação ativa na criação de seu filho, desde os primeiros dias de nascido” (DE LAMARE, 2002, p. 257). Embora com essa concessão, ainda assim não atribua aos pais as mesmas responsabilidades que atribui às mães, ficando os cuidados com os pequeninos, restritos a ela, enquanto a participação paterna a que se refere, limita-se ao desenvolvimento psicológico da criança: “A função do pai é a de dividir a atenção da criança” (DE LAMARE, 2002, p. 257). O pai (e também marido) é aquele quem proverá as necessidades da família e quem irá proporcionar à mãe a tranquilidade que essa precisa para cuidar de seu filho e amamentá-lo adequadamente:

Prováveis causas da diminuição do aleitamento materno: [...]os maridos que provocam ciúme ou que não dão valor ao esforço e ao zelo da esposa que se dedica intensamente ao lar, aos filhos e a ele mesmo. (DE LAMARE, 2002, p. 83)

Para aumentar a secreção dos seios, primeiro o pai deverá ser um bom marido [...]. (DE LAMARE, 2002, p. 84)

E aqui fica um conselho para os maridos e pais (se é que lêem livros desta natureza): não briguem nem discutam com suas esposas, enquanto amamentam, pois, com isto, podem estar tirando o alimento de seu próprio filho! (DE LAMARE, 1950, p.32)

Note-se, de acordo com esse último enunciado acima, que o enunciador não credita esse tipo de leitura aos pais (“*se é que lêem livros dessa natureza*”). Sob o ponto de vista em que tal manual se insere, o papel do homem muito pouco ou quase nada tem a ver com o espaço doméstico, dominado e conduzido única e exclusivamente pela mulher. Cabe dizer que, apesar

das mudanças progressivas nesse quadro, é fato que a maioria de leitores desse tipo de manual ainda seja de mulheres.

Ainda de acordo com o que é característico das práticas higienistas, vale ressaltar que a mãe que ama seus filhos é aquela que também é a aliada do médico, pois “a mãe higiênica nasceu [...] de um duplo movimento histórico: por um lado, a emancipação feminina do poder patriarcal, por outro, a ‘colonização’ da mulher pelo poder médico” (COSTA, 1983, p.236). É aquela que obedece suas regras e que expõe ao médico suas dúvidas e problemas, que tem com ele uma parceria. No AVB:

Os pais devem escolher um pediatra baseando-se em confiança e compreensão recíprocas. (DE LAMARE, 2002, p. 12)

Durante a gestação a mãe foi acompanhada e controlada por um obstetra, fazendo todos os exames por ele solicitados? c) Procurou freqüentar algum curso de puericultura para aprender a cuidar de seu bebê ou leu algum livro com ensinamentos para melhor cuidar de seu filho? (DE LAMARE, 2002,, p. 13)

De acordo com seu futuro pediatra, já comprou os medicamentos que deverão fazer parte da farmacinha do bebê? [...] m) Procurou falar com o médico que cuidará do bebê? Isto é muito importante. (DE LAMARE, 2002, p.14)

A maior felicidade do bebê é ter seus pais perfeitamente esclarecidos quanto a sua criação e educação. (DE LAMARE, 2002, p.5)

Se os pais seguirem as instruções desse livro, os dois primeiros anos poderão ser os mais felizes de toda a vida desse bebê. A mãe que tem *A vida do bebê* nunca estará só, pois sempre terá a seu lado um amigo auxiliando a criar seu filho. (DE LAMARE, 2002, p. 756)

[...] as mães devem aceitar a colaboração de parentes e amigos, conselhos do médico, mas orientação e amor só seus. (DE LAMARE, 1950, p. 10)

O livro considera, pois, apenas a família tradicional nuclear, ignorando a diversidade dos tipos de família (somente pai e criança, somente mãe e criança, criança criada pelos avós, etc.). O enunciador orienta à mãe da família nuclear, composta pelo pai, mãe, criança e irmãos (quando houver). E defende a tal ponto tal organização familiar, que chega a justificá-la em função do pleno bem-estar da criança: “A criança deverá ter a presença diária da mãe e do pai (que maravilha!), pelo menos nos seus dois primeiros anos” (DE LAMARE, 2002, p. 12).

Quando a criança é adotada, mesmo nessa família não-biológica, a ausência do pai ou da mãe (adotivos) não é cogitada. Não se considera ainda, que a gravidez tenha sido uma surpresa e, portanto, não planejada. Bem como que as mães sejam adolescentes. Adolescentes são *os filhos*,

que devem ter seu desenvolvimento acompanhado pelos pais, que são os *adultos*. Assim, apesar de poder ser lido por qualquer desses grupos, não é a eles que esse discurso se dirige.

Todos os bebês devem ser tratados com atenção e competência. Sua saúde nos dois primeiros anos é fundamental para toda a vida. Os melhores cuidados com ele nesta fase (o propósito desse livro) são indispensáveis para a formação de uma personalidade saudável. (DE LAMARE, 2002, p. 12)

Os pais deverão sempre acompanhar seu filho, sobretudo na idade escolar e na adolescência, cuidando de sua saúde física-mental-emocional para que ele possa enfrentar com êxito e paciência toda a competitividade da vida, convenientemente preparado. (DE LAMARE, 2002, p. 13)

Os pais, portanto, são tidos como os únicos responsáveis pelo desenvolvimento físico, mental e emocional de seus filhos. A atuação de pessoas de fora do núcleo familiar deve ser restrita, sob o risco de atrapalhar o desenvolvimento e a saúde da criança, bem como a relação entre o médico e a família, como segue:

Os pais, quando a contratam [a babá], não devem fazê-lo de modo indiferente ou leviano. Devem escolhê-la com cuidado: em primeiro lugar, indagando sobre sua saúde, o que deverá ser feito com o auxílio do médico. (DE LAMARE, 2002, p. 24)

Visitas de parentes podem atrapalhar na hora da mamada, do banho ou de ele dormir. Paz e sossego para o bebê e sua mãe! Para ter um bebê sadio, forte e em boas condições nos primeiros meses de vida, é aconselhável limitar seus contatos com as pessoas, principalmente as que estão resfriadas. Constitui-se num problema a visita de parentes, amigos e conhecidos logo que o bebê vai com sua mãe para casa. Todos querem vê-lo, pegá-lo, etc. O que se nota são diversas pessoas falando ou tossindo dentro do quarto do bebê, com ruídos, excitação, nervosismo da mãe e perigo de infecção. (DE LAMARE, 2002, p. 34)

Quando o casal mora só, tudo é mais fácil, com avós, sogros, ou parentes as coisas se complicam [...] quando desejam furtar a autoridade dos pais, ou impor pretensiosamente sua opinião sobre a do especialista. (DE LAMARE, 1950, p. 10)

Assim como a família burguesa ideal, portanto, configura-se nesse manual uma vida familiar privada, isolada e com a criança no foco de todas as preocupações.

A amamentação, no discurso do AVB, aparece como o elo que torna mãe e criança, indissociáveis. O amor como algo inerente à mãe, a idéia de instinto materno, é confirmada pelo

ato de amamentar. A mulher, responsável por gerar e alimentar seu filho, prova dessa forma seu amor incondicional e sua abnegação, pois a amamentação é mais um laço a uni-los:

[...] está decidida a amamentar seu filho? Você sabia [...] que a afinidade entre mãe e filho é muito maior entre aquelas que amamentam do que naquelas em que a mamadeira substitui o seio? Acredite, amamentar seu filho é o maior prêmio que você pode ter! [...] O bebê amamentado com leite humano, o único alimento com defesas contra doenças, torna-se forte, inteligente, feliz! (DE LAMARE, 2002, p. 14)

“As mulheres que concebem e amamentam apresentam uma espécie de rejuvenescimento em todo o organismo, acompanhado de um caráter mais forte, mais resistente à dor, com refinamento de todas as qualidades mais belas da alma feminina: a bondade, a ternura, a resignação, o espírito de sacrifício e a abnegação” – Pinard (DE LAMARE, 2002, p. 6, 1950, p.10)

Mãe e filho representam e representarão a mesma unidade. Depois de tê-lo tido dentro de si por 9 meses, continuará a mantê-lo junto de seu seio, pela amamentação. [...] E de todos os conselhos o melhor que poderá dar, assim como o médico, é de que amamente seu próprio filho, a mãe não deve deixar a outra este sagrado dever, a não ser que queira correr o risco de ver o seu filho dizer pela primeira vez “mamãe” a uma estranha, e tomar-lhe maior afeição. O leite materno é o sangue branco, é a vida, a saúde e a felicidade do novo ser, e, com muita razão, já disse notável pediatra “existem duas coisas que são insubstituíveis, o leite e o coração maternos!”. (DE LAMARE, 1950, p.10 e 11)

Dessa forma, vemos que o enunciador acredita que o amor materno é algo inerente a toda mulher, algo típico de sua “alma feminina”, e a amamentação é a confirmação, a prova de todos os predicados inerentes a essa “natureza”, que faz das mulheres: boas, ternas, resignadas e abnegadas. Mas este tema é foco de controvérsias. Se por um lado temos Badinter (1985, p.86), afirmando que essa é uma imagem construída, uma “constante transitória”, isto é, o “amor materno”, a “natureza feminina” não seriam sentimentos universais, pois em sociedades anteriores ao século XVIII, negligenciar a maternidade não era considerado um ato condenável; por outro lado, temos estudos científicos atuais afirmando que a presença da oxitocina, liberada no organismo feminino desde o nascimento do bebê e durante a amamentação, é um fator de extrema relevância a estimular os laços afetivos entre mãe e bebê.

A criança, durante muitos séculos, principalmente nas altas classes da sociedade, era entregue a uma ama-de-leite, que a nutria e alimentava, e essa era considerada uma prática normal. Esse, inclusive, é um dos comportamentos repelidos pelo enunciador desse manual, em sua 7ª edição (1959), quando diz: “a mãe não deve deixar a outra esse *sagrado* dever, a não ser

que queira correr o risco de ver o seu filho dizer pela primeira vez “mamãe” a uma estranha, e tomar-lhe maior afeição”.

Também nesse enunciado, vemos a estratégia do enunciador, que, em busca de convencer a mãe a amamentar, evoca o amor materno, traduzido pela amamentação, e também ressalta a importância e santidade da maternidade. Vemos isso ainda nos capítulos intitulados “As vantagens da alimentação natural” e “As *desvantagens* da alimentação artificial”, bem como nos exemplos que seguem:

Você sabia que as mães que amamentam seus filhos dificilmente terão câncer de mama? Que a queda dos seios é mais freqüente nas mães que não querem amamentar [...]? (DE LAMARE, 2002, p. 14)

[...] mamar ao seio não satisfaz apenas o organismo do bebê, mas também o seu espírito [...], a mulher que amamenta conserva e aprimora sua beleza, [...] a mulher que nunca amamentou costuma apresentar seios doloridos após os 35 anos de idade. (DE LAMARE, 2002, p.15).

a) sempre existe o risco de contaminação do leite animal, desde a ordenha até sua comercialização, b) pode ocorrer o preparo inadequado das mamadeiras, devido à manipulação das fórmulas de preparo por babás ignorantes, avós emotivas ou mães distraídas, [...] d) a dificuldade de ingestão do leite de vaca pode predispor o bebê a vômitos e à diarreia, além de sua assimilação e digestão poderem ser mais difíceis, [...] f) o afastamento precoce de mãe e filho pode gerar futuros problemas psicológicos, [...] (DE LAMARE, 2002, p.15).

A alimentação ao seio constitui a chave principal da boa saúde mental, tanto para quem amamenta como para quem mama. (DE LAMARE, 2002, p. 36)

Segundo Badinter (1985, p.144), as tentativas dos intelectuais do final do século XVIII a fim de persuadir a mulher à maternidade e à amamentação, dita “natural e espontânea”, vão desde a apresentação da informação até o ponto de “culpá-la e até ameaçá-la”.

No século XIX, Estado e Igreja apoiavam todo o movimento em prol da família. No tocante ao Estado, a criança bem-orientada e protegida por seus pais equivalia a menos problemas futuros. Em relação à Igreja, cujo propósito era o de orientar seus fiéis em direção ao casamento e à relação sexual com fins procriativos, isto é, à família, esta nomeava *sagrada*, a mãe que se dedicava a sua família, a seu filho, e o amamentava. Esse signo, por sua vez, passa a ser utilizado pelo discurso médico, com vistas a convencer as mulheres de que têm o dever de amamentar, como é o caso de alguns enunciados do AVB:

“a mãe não deve deixar a outra esse sagrado dever [...]” (DE LAMARE, 1950, p. 11),

“quando a mãe, podendo amamentar, não o deseja fazer por uma questão de comodidade ou vaidade [...], não merece o nome de mãe” (DE LAMARE, 1950, p. 35),

“a criança deve tomar leite humano, qualquer outro alimento que se lhe dê é contra a natureza” (DE LAMARE, 1950, p. 36),

“A pediatria moderna pode, e freqüentemente o faz, substituir o leite materno por outros alimentos, porém, o que nunca poderá substituir é o fator da alimentação ao seio como extraordinário elemento de boa higiene mental” (DE LAMARE, 2002, p. 36).

Nas palavras desse enunciador, a amamentação não só contribui para o desenvolvimento físico satisfatório da criança, como também contribui para seu desenvolvimento psicológico, mental²⁸. Isto demonstra que a preocupação desse enunciador é bastante ampla: não se limita ao corpo da criança, mas também se volta para os problemas psicológicos que ela possa desenvolver (na evolução motora, no comportamento emocional, na capacidade de adaptação, na aquisição da linguagem e no comportamento pessoal e social, com testes de desenvolvimento da inteligência passados mês a mês para que a mãe os aplique em seu bebê); com o intuito de evitá-los e orientar, quando for o caso, à normalização da criança, intervindo, dessa forma, para seu pleno crescimento, e suas saudáveis relações sociais, como vimos nos enunciados que ora retomamos:

A alimentação ao seio constitui a chave principal da boa saúde mental [...]. A pediatria moderna pode [...] substituir o leite materno por outros alimentos, porém o que nunca poderá substituir é o fator da alimentação ao seio como extraordinário elemento de boa higiene mental. (DE LAMARE, 2002, p. 36)

Assim, a amamentação torna-se um estandarte do amor materno, numa união de vozes e discursos que agradarão tanto o Estado quanto a Igreja. De acordo com Badinter (1985): “a amamentação colocou a feminilidade da mulher a serviço da família, deixando-lhe uma margem estreitíssima para o livre funcionamento” (BADINTER, 1985, p.263).

²⁸ Vale ressaltar que, em 1923, alguns anos antes do lançamento da primeira edição desse manual, foi anunciada a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), uma espécie de ONG filantrópica, criada como uma afirmação do pensamento da eugenia e do saneamento do povo, e cujo maior objetivo era o de prevenir e regenerar os brasileiros portadores de doença mental. Mais tarde, o termo “higiene mental” seria substituído por “saúde mental”.

Ainda defendendo o desenvolvimento pleno da criança, desta feita, no tocante a sua interação social, seu comportamento, o enunciador estimula o castigo físico como uma maneira de desenvolver a civilidade da criança, em ambas as versões do manual. É bom ressaltar que atualmente esse tema tem gerado controvérsias, e o castigo físico tem sido grandemente debatido (e combatido) nos espaços intelectuais atuais, mas era um procedimento comum à época do lançamento da primeira edição (e continuava a ser, na época da sétima):

[...] Para alguns puericultores, é a ocasião de dar algumas palmadinhas... para conseguir obediência, a fim de evitar atos perigosos ou nocivos, mas com certa ternura, para não revoltá-lo. (DE LAMARE, 2002, p. 313)

[...] certos educadores antigos faziam o uso e o elogio do “chicote”, afirmando que meninos que haviam sido “chicoteados” na infância conseguiram ser grandes homens. [...] Hoje em dia o chicote, varinha de junco e a palmatória são sobejamente substituídas pelas palmadas, e a mão desarmada. O castigo não tem razão no 1º ano de vida. Existe na vida infantil uma idade, que poderíamos denominar de “idade castigável”, é justamente de 2 a 4 anos, são crianças que **não querem ceder**, e esta resistência é perfeitamente consciente, de nada valerão a dialética, a eloquência e o carinho dos pais, insistem na malcriação, desobedecem, **não cedem**, já que não é possível **convencê-las** é necessário **vencê-las**. A correção física nos parece portanto inevitável para a insurreição, obstinação e desobediência, principalmente nesse período da vida [...]. A Bíblia conta “que bem ama bem castiga” e notável autor já escreveu: “Amar bem é amar como convém” (DE LAMARE, 1950, p.284).

Na versão mais atualizada, o enunciador não se inclui diretamente no discurso (“para alguns puericultores”) e atenua o castigo com o uso do diminutivo (“palmadinha”) ou com a possibilidade de executá-lo “com certa ternura”. Isso demonstra que esse enunciador não condena o castigo físico, mas o justifica fazendo crer que é para o próprio bem da criança, “para conseguir obediência, a fim de evitar atos perigosos ou nocivos”.

Para esse enunciador, o futuro de sucesso de um indivíduo, sua capacidade de enfrentar com as virtudes do “êxito” e da “paciência” a “competitividade da vida” está inteiramente relacionada à sua criação, ao modo como foi tratado, educado e acompanhado, na infância, por seus pais. Esse acompanhamento, segundo esse enunciador, estende-se para além do momento da enunciação, estende-se até o futuro, evidenciando uma tarefa que jamais termina, que estará *sempre* entre as atribuições dos pais. O período escolar e a adolescência, e até mesmo a velhice da criança, já se figuram como uma preocupação desse enunciador, mesmo que seu “contrato” de aconselhamento, para esse livro, termine no segundo ano de vida da criança. Segundo esses enunciados, a criança bem orientada e cuidada (higienizada e civilizada, isto é, limpa, moderada e

bem educada) por seus pais terá uma vida longa e feliz, enquanto o inverso ocorrerá à criança que não tem seus pais bem orientados: seu destino é a prisão ou a morte; como vemos nas duas versões desse manual:

A criança bem assistida nos seus dois primeiros anos de vida, [...] terá toda a probabilidade de chegar aos cem anos. (DE LAMARE, 2002, p. 13)

[...] torna-se necessário restabelecer a calma e a confiança em todos, a fim de que a tranqüilidade predomine para o novo Sêr (sic) que veio ao mundo depositário de tanta esperança e amor, e inicie sua vida com segurança, rodeado do mais precioso conforto (sic) para os primeiros anos de vida - a Educação dos pais. Não se trata de Educação no sentido comum, a de gestos e palavras, sim a Educação Superior, espiritual, de hábitos, sentimentos, instrução e sobretudo de caráter. Um filho significa maior sacrifício do que qualquer outro, os pais devem convencer-se de que quando ganharam o filho perderam a sua liberdade, o conforto (sic) das noites bem dormidas, as diversões inesperadas, adquiriram o dever de sopitar as paixões e inclinações íntimas... eem fim (sic) no meio de todo prazer e alegria, de preocupações e aflições, devem compreender a exata finalidade da sua missão exteriorizada na forma sublime da **abnegação**²⁹. [...] temos a certeza que, se maiores precauções fossem tomadas nesse sentido, estariam muito mais vazias as Penitenciárias e os Cemitérios... (DE LAMARE, 1950, p. 1)

Observamos aí, a influência das idéias propagadas por Rousseau, e aceitas gradativamente desde o século XVIII. Este apregoava que a criança é pura, boa, ingênua e o ambiente em que vive é que a corrompe. Se o meio não for corruptor, ela continuará boa, forma de compreender a infância que pôs a figura da criança no centro da organização familiar e social, e que perdura desde então até nossos dias. O discurso desse manual orienta a família (por intermédio da instrução da mãe) na modelagem de um cidadão útil à nação, isto é, higienizado e civilizado.

Nesse sentido, a preocupação com a prevenção de doenças, além de determinar o isolamento do bebê, leva esse enunciador, no decorrer do livro, a explicar e descrever, com riqueza de detalhes, os tipos de moléstias mais comuns ao bebê, nessa sua chamada primeira infância³⁰. Leva-o também a ordenar uma série de disposições, a serem seguidas como leis, e sempre orientadas pelo pensamento higiênico: “Respeite todas as regras da higiene pessoal [...] Cuide da higiene da alimentação [...] Evite contágio com pessoas estranhas [...] Evite contato com pessoas doentes [...] Evite contato com animais [...]” (DE LAMARE, 2002, p.525). Segundo

²⁹ Grifo do autor, que contribui para reforçar a necessidade do sacrifício dos pais, ao tomarem sobre si a responsabilidade da educação de uma criança.

³⁰ Período que compreende desde seu nascimento até seu segundo ano de vida.

o enunciador, “A melhor maneira de ajudar seu filho a crescer saudável e com desenvolvimento adequado é evitando que ele fique doente” (DE LAMARE, 2002, p.516).

Assim, firma-se a vacina como uma das grandes aliadas da medicina higienista: “Uma das armas principais de que dispomos é a vacinação. [...] é a aquisição mais sensacional que os cientistas do século XX puseram à disposição da humanidade [...]. As crianças foram as maiores beneficiadas [...]” (DE LAMARE, 2002, p.516).

No contexto desse manual, lançado em plena década de 40, a mulher é submissa e precisa ser aconselhada todo o tempo: tanto em relação aos cuidados com o bebê, como em relação aos seus direitos trabalhistas, e até mesmo em suas relações interpessoais, como vemos já na introdução e em demais fragmentos:

No caso de trabalhar fora, já solicitou sua licença de gestante? *É um direito.* (DE LAMARE, 2002, p. 13)

É muito importante para a mãe que trabalha fora que o marido concorde com isto e, em certas famílias, até pais ou sogros também. A nosso ver, o mais importante é que a própria mãe também esteja de acordo, porque se ela se julga infeliz ou contrariada de ter que trabalhar fora do lar, ficará mal-humorada, irritada com os filhos, que acabam julgando o trabalho da mãe um verdadeiro martírio, provocando tensão emocional na família. (DE LAMARE, 2002, p.235)

Ou seja, se a mulher trabalha fora é porque precisa auxiliar no orçamento doméstico, precisando para isto, do consentimento do marido e até mesmo dos pais ou sogros, a fim de evitar mal-estar entre eles. Ao mesmo tempo, a mulher que precisa trabalhar fora para auxiliar o marido com as despesas tem grandes chances de não adaptar-se a essa situação e tornar-se infeliz, uma vez que esse *não é seu lugar ou seu propósito, seu papel social*. Por outro lado, se a mulher gostar de seu trabalho fora de casa, isso não a isentará de um sentimento de culpa por deixar seus filhos (sua responsabilidade) sob os cuidados e proteção alheios, afinal, essa é a *sua* função:

Existem mães que apresentam sentimento de culpa por gostar demais do seu emprego, justamente quando se encontram longe dos filhos. O maior problema é escolher a pessoa que ficará cuidando das crianças. Esta pessoa deve ser responsável e experiente, o que não é fácil de encontrar. Na maioria das vezes são avós ou tios que assumem esse compromisso. (DE LAMARE, 2002, p.235, 236)

Isto é, a pessoa indicada para substituir a mãe deve estar à sua altura, sendo portanto *responsável e experiente*. Essa última característica, muitas vezes a própria mãe não possui, como o autor salienta. Reafirma, porém, que “Empregadas novas e muito moças só poderão ficar cuidando de crianças se houver possibilidade de supervisão, nem que seja por parentes ou vizinhos.”(DE LAMARE, 2002, p. 236)

A condição de a mãe trabalhar fora é, assim, vista como algo divergente do natural. O próprio subtítulo dessa seção no livro, “*A mãe que trabalha fora*”, já demonstra que esse trecho trata-se de um aparte, uma observação sobre *esse tipo* de mãe: *a mãe diferente, a mãe que trabalha fora*. A mãe pertence naturalmente ao lar, ao cuidado da família, dos filhos. Sua presença no ambiente de trabalho é algo moderno e tolerado apenas nas sociedades atuais:

O padrão atual de civilização *admite como condição normal* o trabalho da mulher fora do lar, e ela o exerce por vários motivos: pela necessidade de melhorar o orçamento do casal, entretenimento [...], por crescimento pessoal e profissional, ou então as que se dedicam a obras sociais, movidas pelo elevado impulso de solidariedade humana. (DE LAMARE, 2002, p.235, grifo nosso)

Para o bebê, a necessidade da presença da mãe é tão forte quanto a necessidade de se alimentar. Ele precisa ter certeza de que sua mãe estará em casa quando ele voltar dos seus passeios, esperando por ele, se não foi com ela. Nas cidades do interior, em casa, no quintal, nos jardins e nas calçadas sossegadas as crianças mostram maior tendência à independência do que as que vivem em cidades grandes, num edifício de apartamentos, onde mãe e filho ficam tensos. (DE LAMARE, 2002, p. 297)

Note que o enunciador não atribui à mulher, entre suas funções, a obrigação de trabalhar. Ela (essa “outra”, pois está sempre enunciada na terceira pessoa) o faz por outras razões, que não a determinação de que essa é uma tarefa sua: essa é a função de seu esposo, e se ela trabalha, porque precisa *auxiliá-lo*, ou por qualquer outra razão, a única que é apontada como uma *elevação*, a única que tem um qualificador (positivo) é a dedicação da mulher a trabalhos de cunho social. As outras razões (ajudar o marido, entreter-se, crescer pessoal e profissionalmente) a afastam do lar, de seus filhos (que precisam dela), e transmitem-lhe culpa. A única boa razão para se ausentar de seu lar e de seus filhos é, assim, ajudar ao semelhante que esteja necessitado.

Em suma, como dissemos, percebe-se uma valorização do tipo de família patriarcal, em que o marido é o chefe da família, responsável por sua manutenção, mas isentos do cotidiano doméstico. São de seu domínio os assuntos públicos, enquanto à mulher são destinados os

assuntos privados. Ela é responsável pelo gerenciamento do lar, pela criação e saúde dos filhos. É ela quem está com eles todos os dias e ensina-lhes como cuidarem-se e portarem-se. E, então, é a ela que são destinados os manuais de puericultura (ao estilo dos manuais de civilidade e etiqueta), pois, segundo esse raciocínio, é a instrução da mulher o fator que possibilitará a saúde e felicidade da família. Ter sorte ou fortuna está diretamente ligado a ter a presença ou não dos pais, e a ter ou não informação, a ter um modelo de criação a ser seguido, como vemos nos fragmentos que retomamos, abaixo:

A maior felicidade e proteção do bebê é ter os seus pais perfeitamente esclarecidos quanto a sua criação e educação. (DE LAMARE, 2002, p.5)

Esse livro é dedicado àquelas crianças desamparadas de toda sorte e da fortuna, cuja observação e estudo permitiram a formação profissional do autor, e que pela sua mesa de exame desfilaram nos diversos hospitais, humilde, chorosa e sofridamente (DE LAMARE, 2002, p.7; 1950, folha de rosto)

Esse segundo excerto acima, presente em ambas as edições estudadas, é um dos que exemplificam a afirmativa de que a criança tem sorte e é bem-aventurada se tiver consigo seus pais e se esses estiverem bem-informados a respeito das melhores maneiras de cuidar dela e de educá-la. Por outro lado, quando a criança não possui esse *amparo* de seus pais, ou quando esses são *mal-informados*, seu futuro está fadado ao *sofrimento*, *choro*, *pobreza* e *doenças* constantes. É a *orientação* da família que assegura uma vida digna em sociedade à criança, e a falta dessa a faz sofrer. A sorte, a fortuna, a felicidade estão assim relacionadas à obediência às prescrições médicas no cuidado dos filhos, praticada por suas mães (“*a mãe /.../ procurou freqüentar algum curso de puericultura para aprender a cuidar de seu bebê ou leu algum livro com ensinamentos para melhor cuidar de seu filho?*” – DE LAMARE, 2002, p. 13).

A necessidade de um ambiente que promova a estabilidade e o desenvolvimento feliz e saudável da criança, instaurada tempos atrás pelo processo de modernização, pressupõe um lar feliz, no qual os pais se entendam e em que não haja discórdia. Pois é principalmente na esfera familiar que o saber médico será eficientemente aproveitado. Os filhos nascerão após o casamento e o desejo de seus pais de gerarem descendentes, e a paz deve ser uma constante na atmosfera doméstica, influenciando desde os primeiros momentos em família:

O casal, antes de planejar uma gravidez, deverá observar a personalidade de cada um. /.../ Será necessário um bom treinamento emocional /.../. Será uma sorte o bebê ter seus pais felizes, transmitindo-lhe alegria, boas condições de saúde e segurança (DE LAMARE, 2002, p. 12).

Para aumentar a secreção dos seios, primeiro o pai deverá ser um bom marido, a mãe deverá se manter tranqüila, sem problemas emocionais. (DE LAMARE, 2002, p. 84)

Durante uma consulta, a mãe deverá informar ao pediatra suas observações. O pediatra esclarecerá se o ambiente está desagradável, com ruídos e discussões dos pais, o modo brusco da mãe ou da babá ao lidar com ele. (DE LAMARE, 2002, p. 282)

A criança será a primeira a perceber e a sofrer as conseqüências da intranqüilidade emocional de seus pais. (DE LAMARE, 2002, p.724)

Temos nessa seleção de trechos uma amostra da relevância de um ambiente tranqüilo, para esse enunciador. A tal ponto de isto ser observado desde o planejamento do casal para a gravidez, incluindo a observação de suas personalidades, e, se preciso, treinamento emocional, a fim de que, preparados para essa experiência de forma meticulosa, passem pelos momentos difíceis estando felizes, evitando discussões, e evitando o tratamento brusco da mãe com a criança, em função da frustração causada por problemas emocionais que não foram diagnosticados com antecedência. Pois só assim podem transmitir ao bebê alegria e segurança, uma vez que ele é o primeiro a apreender a inquietude de seus pais. Esse ambiente influenciaria mesmo na amamentação da criança, uma vez que, estando tranqüila, a mãe teria sua produção de leite melhorada. Mais uma vez esse discurso mostra-se em conformidade com os princípios morais e higienistas apregoados no início do século passado, os quais delineamos anteriormente.

No AVB, o enunciador utiliza-se de expressões como “hoje em dia”, “atualmente” e similares quando pretende deixar seu leitor a par de algo que considere um avanço no campo, por exemplo, da medicina. Ao localizar sua enunciação no tempo presente, o enunciador procura anunciar uma mudança, procura distanciar-se de um discurso ou uma prática que pertence ao passado. Isto demonstra que o enunciador pressupõe de seu leitor, conhecimento (das práticas e discursos “passados”) e não-conhecimento (das práticas e discursos “presentes”): se por um lado, seu co-enunciador está habituado a descobertas e eventos passados, o enunciador não o presume ciente dos avanços da medicina, como partos cesarianos ou testes de paternidade, muito embora sejam já há anos propagados e conhecidos por praticamente todo o tipo de público³¹:

³¹ Afirmamos isto baseados em propagandas, observadas em algumas zonas do Estado do Rio de Janeiro, como por exemplo, a Baixada Fluminense, onde não é difícil encontrar anúncios de empresas que fazem esse tipo de teste, pintados em muros de residências à beira da estrada, e também um programa de TV, bastante popular, da rede

A parturiente não deverá temer o parto cesário, atualmente, com os progressos da cirurgia e da anestesia, quase não existe risco, [...] (DE LAMARE, 2002, p. 12)

Atualmente existe um exame que identifica, e compara, genes do material genético (DNA) obtido pelo sangue do filho, da mãe e do suposto pai [...] (DE LAMARE, 2002, p. 28)

A vida moderna, trepidante e mecanizada, cada vez mais difícil e cheia de emoções, faz com que os médicos confessem que, hoje, esta porcentagem é mais reduzida. (DE LAMARE, 2002, p. 83)

É possível afirmar que o manual sofreu mudanças em seu conteúdo, ao longo de suas 41 edições, de acordo com as mudanças nas práticas sociais. Contudo, apesar das atualizações relacionadas às descobertas na medicina, às imagens, à inclusão de novos temas, e às orientações da SBP³², a essência de seu discurso pouco muda, remetendo aos costumes e crenças da época de seu lançamento, em 1941, isto é, o momento em que se firmava no país uma norma familiar burguesa³³, oriunda do processo de modernização europeu.

Como vimos, esse manual de puericultura dirige-se à mulher. Reafirmamos também que o enunciador constrói a imagem discursiva de um co-enunciador que lê, que se informa, mas que, apesar disso não está inteiramente a par dos impulsos tecnológicos ou científicos. O TU dessa encenação é uma mulher que se informa o suficiente para fazer funcionar bem o seu próprio lar, sua casa, para cuidar da saúde de seu esposo e de seus filhos. Esses “atualmente” e “quase não existe risco” relacionados ao medo do parto cesariano, constroem-se remetendo a um tempo de outrora, no qual a cirurgia e a anestesia eram ainda precárias e um parto como esse podia resultar em graves complicações. Esse enunciador afasta sua enunciação desse tempo. Seu aconselhamento está no “agora”, em que a cirurgia e a anestesia avançaram, em que as práticas são outras. No entanto, esse enunciador dialoga com um co-enunciador que, a seu ver, ainda está atrelado à comunidade discursiva de outrora, aos pensamentos e práticas discursivas de outrora.

paulista SBT, o Programa do Ratinho, o qual possuía um quadro voltado para a realização de exames de paternidade gratuitos para pessoas que não tinham condições de pagá-lo.

³² Sociedade Brasileira de Pediatria.

³³ De acordo com Costa (1983, p.49, 50), a Ordem Médica, como saber autorizado e prescritivo, foi introdutora de uma *norma familiar burguesa* no Brasil. Isto é, a medicina intervencionista divulgando tal norma, por meio de práticas verbais e não-verbais, com mecanismos de sujeição própria. Isto se dava de duas formas: com aburguesia, no espaço doméstico, incentivava-se a conservação da vida das crianças e sua educação. Com o povo, no espaço do coletivo, através de campanhas moralistas e higienistas. Isto é, o movimento era diferenciado para os grupos sociais. O discurso médico como mediador entre os interesses do Estado e da Igreja e a família ocorre, no Brasil, em meio à urbanização e “europeização” do país, como uma saída para atuar no espaço familiar, fora do alcance da lei.

Após essas considerações, partimos para a análise do outro manual escolhido para essa pesquisa, *Bebê – manual do proprietário*.

5.3. O *Bebê – manual do proprietário*

Diferentemente do manual que consideramos no item anterior, o manual que ora analisamos é um livro leve, compacto e tem uma quantidade reduzida de páginas. Pode ser transportado numa bolsa feminina, sacola plástica e mesmo alguns bolsos de roupas, lido a qualquer hora e em qualquer lugar, e tem baixo custo.

Esse manual tem seu foco em algo não-comercializável, no próprio ser humano, em seus primeiros anos de vida. Tal manual de instruções não se confunde com o manual de um possível produto chamado, coincidentemente, de bebê, (como, por exemplo, um bebê *reborn*)³⁴, não acompanha nenhuma mercadoria, é vendido em livrarias (nas seções de gravidez, infância e/ou auto-ajuda) ou em lojas de artigos infantis, e ainda em sites de internet, relacionado em buscas por produtos infantis.

Apresenta-se com as características do gênero *manual de instruções* desde sua estrutura física, passando por seu título, por todas as suas figuras e seus enunciados. Falamos em *gênero discursivo* de acordo com a proposta de Bakhtin, para o qual os gêneros são “tipos relativamente estáveis de enunciados”, isto é, enunciados que são “diferentes de outros tipos, mas têm com esses uma natureza *verbal* (lingüística) comum” (BAKHTIN, 2003, p. 262, 263). Isto é: embora

³⁴ De acordo com Casaca (2008), “Dá-se o nome de *Arte Reborn* à arte de transformar bonecas em bebês quase reais. O resultado é impressionante, os cabelos são colocados um a um e muitas vezes são usados cabelos humanos. Os bebês são feitos através de encomendas e o cliente escolhe a cor dos olhos, cabelos, etc., podendo até pedir uma réplica do seu bebê... alguns bonecos "respiram" e outros até têm um coração que bate [a respiração e os batimentos cardíacos são simulados através de dispositivos eletro-mecânicos]. Para criar um bebê de "brincar" são necessários cerca de 40 dias”. Os “bebês” produzidos através desta técnica são conhecidos popularmente como “bebês *reborn*”. A existência desse “brinquedo” que é uma espécie de “bebê”, que pode inclusive ser “adotado”, talvez causasse confusão a alguém que conheça os *reborn*, e que pensasse, então, que o manual tratasse desse tipo de objeto. No entanto, consideramos esta possibilidade remota, colocando o exemplo aqui apenas para reforçar que mesmo um acontecimento tão distante estaria descartado pelas pistas encontradas no manual, explicadas no corpo desse texto. Ao final desta dissertação, encontra-se anexo (Anexos E e F) um par de imagens deste tipo de bebês, apenas como uma ilustração.

um manual de instruções seja passível de se apresentar de uma forma diferente, existe uma apresentação, por assim dizer, canônica, para este gênero.

Esse manual remete à forma canônica dos manuais de instruções. Intitulado *Bebê – Manual do proprietário: instruções e conselhos para solução de problemas e manutenção permanente* (doravante, BMP), a composição de seus enunciados estrutura-se consoante ao gênero manual de instruções: possui diagramas, figuras esquemáticas, uma redação textual do tipo passo a passo e uma escolha lexical que remete ao técnico, a um mercado de consumo.

Desse modo, para compreender tal manual, espera-se que seu interlocutor tenha conhecimentos anteriores, os quais compreendem já saber: 1) que um manual de instruções é uma espécie de livro de técnicas e solução de problemas de um produto comercializado; 2) que esse gênero normalmente se apresenta em uma determinada forma (é instrutivo, possui seus tópicos divididos por assunto, figuras esquemáticas, diagramas, apagamento de traços de emotividade, discurso didático, de vulgarização científica, traduzido para o leigo); 3) que sua circulação se dá a partir de determinadas condições (é adquirido juntamente com um produto, a respeito do qual seu usuário possa ter dúvidas, e um certificado de garantia).

Assim, o livro é criado a partir do pressuposto insólito e fictício de um bebê ser um aparelho que precisa ser decodificado com a ajuda de um manual de instruções, não entrando em detalhes quanto à concepção de tal “máquina”: a cena criada nos enunciados é a de que o bebê é uma máquina, de propriedade de seus pais, sem mais explicações ou questionamentos. Sabemos, contudo, que se trata de uma simulação que remete à sociedade capitalista e consumista, que de certo modo, está ligado às práticas discursivas, reflete o próprio contexto histórico-social em que este discurso é veiculado.

A possibilidade dessa cenografia dá-se de acordo com um punhado de sentidos, existentes no imaginário social, em suas práticas discursivas, relacionados simultaneamente a seres humanos e a inventos tecnológicos. Por exemplo: em primeiro lugar, manuais de instrução serviriam ao propósito de tirar dúvidas relacionadas a um produto, e manuais de puericultura também serviriam ao propósito de tirar dúvidas relacionadas ao tratamento do bebê. Tanto novos aparelhos quanto um bebê são difíceis de “manusear”, para alguém que esteja inaugurando sua prática e, numa relação de intertextualidade, não raro ouvimos pais perguntando-se quão maravilhosa seria a maternidade/paternidade, se bebês viessem com manuais de instruções (como mostramos anteriormente, no segundo capítulo dessa pesquisa).

Tal e qual procedemos à análise do manual anterior, começaremos neste pela capa, seguida da contracapa, do sumário e da introdução.

5.3.1. A capa

Na capa desse livro, temos o pictograma³⁵ de um bebê: uma figura simples e com formas cheias, usando fraldas, na qual um elemento tradicional chama a atenção – uma touca branca, de bebês, da década de 1950 e anteriores (típica de desenhos animados e histórias em quadrinhos), emoldura a cabeça do bebê, de modo que, mesmo num rápido olhar para a figura³⁶, seja possível fazer a referência a um bebê.

³⁵ Pictograma é um tipo de imagem, típica do *design* gráfico, projetada para comunicar informação de forma simples, valorizando a linguagem não-verbal, e projetada para ser compreendida por qualquer cidadão, de qualquer língua e nação (contudo, a diferença cultural pode provocar confusões. Como exemplo disso, pode ser difícil a um indivíduo de origem muçulmana, compreender o significado das placas de banheiro ocidentais, que comumente têm a imagem da mulher representada por uma pessoa usando saias, o que também é comum aos homens daquela cultura). O primeiro sistema de representação pictórica internacional foi desenvolvido pelo *ISOTYPE* (International System of Typographic Picture Education – Sistema Internacional de Educação Tipográfica Pictórica), liderado por Otto Neurath, na Viena da década de 1920. Desde então, o sistema pictórico vêm sendo adaptado e modificado. Uma das mais recentes modificações foi criada em 2005, pelo *designer* brasileiro Daniel Motta. Esse lançou o livro *Poptogramas* e, graças ao sucesso atingido, em 2008 lançou também *Poptogramas brasilis*, livros nos quais mostra seus pictogramas, que têm seu significado ligado à cultura musical *pop*. Esses livros têm feito enorme sucesso com o público brasileiro, inclusive com artistas representados neles, o que só reforça a notoriedade de um tipo de ícone que já está mais do que presente em nosso cotidiano atual (ônibus, metrô, aviões, banheiros, shoppings, etc.): o pictograma. Para saber mais sobre os pictogramas, pode-se consultar: NEURATH, 1945 e MOTTA, 2005.

³⁶ Gostaríamos de aclarar que trazemos as imagens desse trabalho para fazer um paralelo que expresse a existência da colaboração entre elementos verbais e não-verbais, para a construção do sentido discursivo. Contudo, o foco principal de nossa análise encontra-se no âmbito do verbal.



Figura 14: Ilustração. Capa.

Fonte: BORGENICHT, Louis; _____, Joe. *Bebê: manual do proprietário – Instruções e conselhos para manutenção de problemas e solução permanente*. Trad. M^a Alayde Carvalho. São Paulo: Editora Gente, 2005, capa.

A proposta da semântica global de Maingueneau (2005), entre muitos outros pontos mais, pondera que não somente a disposição dos elementos que compõem o enunciado escrito, mas ainda sua forma e sua cor são elementos que cooperam para a produção do sentido discursivo. Nesse manual, na capa e em seu interior, as cores são três, basicamente: azul, branco, laranja. Na capa, o destaque (cor laranja, a mais forte) está no bebê, evidenciando que ele é o mais importante na cena. A escolha de um pictograma colabora para que se evoque muito mais o conceito de bebê do que algum tipo de bebê em especial; com uma determinada expressão facial, com uma classe social ou de um gênero sexual específicos, ou ainda com uma etnia definida (já que não existem pessoas de cor laranja).

O fato de um *pictograma*, tipo de imagem integrante de um sistema de iconografia cuja característica mais relevante é a de *possuir interpretação universal*, ter sido utilizada, parece-nos um traço a propiciar: 1) certa intenção mercadológica (o livro poderia ser comercializado em qualquer país, ao menos de cultura ocidental, como de fato o é), pois tais imagens supostamente facilitariam a compreensão e a execução das atividades sugeridas nos enunciados do livro; 2) uma via a auxiliar na montagem de uma espécie de “cenário” que remete à indústria, à linha de montagem e ao consumo (pois pictogramas são imagens oriundas do *design* gráfico, em que são usadas principalmente na projeção / criação de itens de consumo); 3) a proximidade entre leitor e leitura, pela familiarização do leitor com elementos iconográficos que já estão presentes na linguagem cotidiana ocidental (afinal, ícones como esses formam o conjunto de avisos de praticamente todo local de acesso público, como meios de transporte, shoppings, casas de prestação de serviços, etc.).

Esse pictograma específico é auxiliado por uma parte textual, que é o apontamento das partes do corpo do bebê, evidenciadas por setas e (re)nomeadas a partir de termos técnicos usados para designar produtos, e de acordo com as suas funções: a cabeça é chamada de *cobertura*, o estômago, de *câmara de absorção de alimentos*, a boca, de *unidade central de processamento*, o intestino, de *depósito de dejetos*. Como parte de seu título, esse “manual” explica-se: “instruções de operação, sugestões para eliminar problemas e conselhos sobre manutenção no primeiro ano”.

Assim, a escolha lexical pressupõe esse bebê-máquina, tanto na capa, para renomear o bebê e seus órgãos e membros, como no interior de todo o manual, em que o bebê, propriedade

de seus *usuários* (pais/responsáveis), terá sua *operacionalidade* e *manutenção* explicadas passo-a-passo.

5.3.2. A contra capa

Se por um lado, o pictograma da capa mostra o bebê de frente, a contracapa mostra também o “verso” do bebê: ali, ele está de costas, também com suas “peças” evidenciadas e renomeadas: as orelhas são chamadas de “*sensor auditivo (esquerdo ou direito)*”, os cotovelos são apontados tão-somente como “*articulação*”, as nádegas são chamadas de “*almofadas protetoras*” e as pernas, de “*equipamento de propulsão*”.

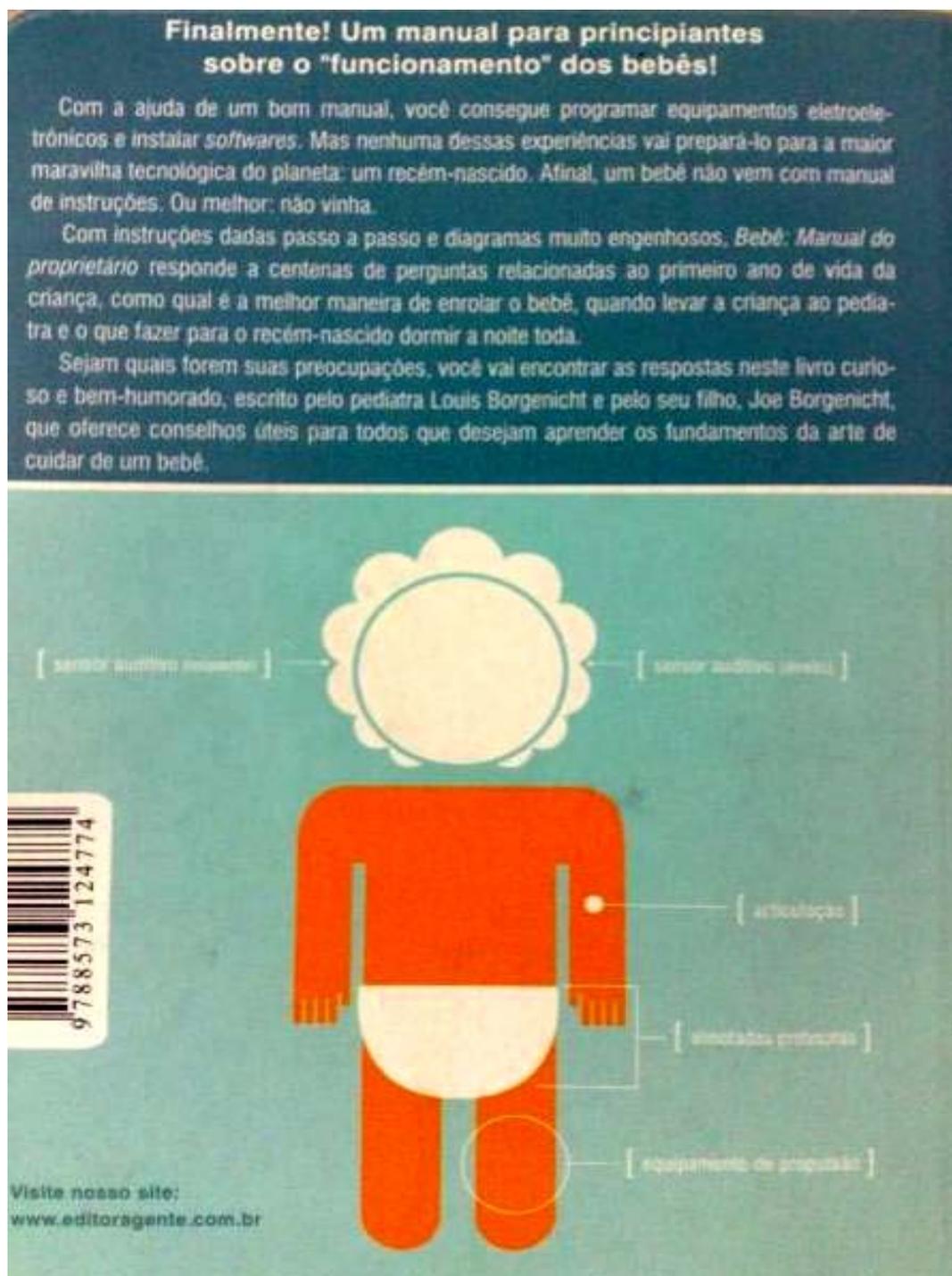


Figura 15: Ilustração. Contracapa.

Fonte: BORGENICHT, Louis; _____, Joe. *Bebê: manual do proprietário – Instruções e conselhos para manutenção de problemas e solução permanente*. Trad. M^a Alayde Carvalho. São Paulo: Editora Gente, 2005, contracapa.

Também na contracapa, no canto inferior esquerdo, há um imperativo: “*Visite nosso site: www.editoragente.com.br*”. Esse enunciado denota a presença da editora em pelo menos mais uma outra mídia, além da impressa: a *internet*. Através da possibilidade da *internet*, há mais um espaço de interação entre leitor e editora, e mais uma fonte de publicidade para os títulos dessa. Com tal enunciado, evidencia-se o pressuposto de que se espera que seu leitor conheça a *internet* e tenha, talvez, acesso a ela, isto é, evidencia-se também o tipo de co-enunciador idealizado: o indivíduo leitor, possivelmente *internauta*. Isto é, trata-se de um título que está ligado a um contexto em que as práticas digitais, a *internet*, estão difundidas e são familiares, utilizadas.

É, ainda, na contra capa que se encontram informações a respeito do livro e de seus autores:

Finalmente! Um manual para principiantes sobre o “funcionamento” dos bebês! Com a ajuda de um bom manual, **você consegue** programar equipamentos eletroeletrônicos e instalar softwares. Mas nenhuma dessas experiências vai prepará-lo para **a maior maravilha tecnológica do planeta**: um recém-nascido. Afinal, um bebê não vem com manual de instruções. Ou melhor: **não vinha. Com instruções dadas passo a passo e diagramas** muito engenhosos, *Bebê – Manual do Proprietário* responde centenas de perguntas relacionadas ao primeiro ano de vida da criança, como qual é a melhor maneira de enrolar o bebê, quando devo levar o bebê ao pediatra e o que fazer para o recém-nascido dormir a noite toda. Sejam quais forem suas preocupações, você vai encontrar as respostas nesse **livro curioso e bem-humorado** escrito pelo pediatra Louis Borgenicht e pelo seu filho, Joe Borgenicht. Juntos, eles oferecem inúmeros conselhos úteis para todos que desejam aprender os fundamentos da arte de cuidar de um bebê. (BORGENICHT, 2005, grifos nossos)

No discurso do *Bebê: manual do proprietário*, a autoridade relativa à enunciação é conferida através dos títulos “pediatra” e “P.A.I” (isto é, a palavra “pai”, mas escrita como se fosse uma sigla, conferindo a idéia de autoridade de uma especialização acadêmica para o exercício dessa função). O pediatra Louis Borgenicht tem outros livros escritos a respeito das crianças e dos cuidados com elas, formando inclusive outras parcerias. Seu filho, Joe Borgenicht, não tem nenhum outro livro lançado e nenhum título acadêmico ou profissional relacionado às crianças. Ele é aquele que fala pela voz da experiência, por ser pai, enquanto seu próprio pai, Louis Borgenicht, fala como pediatra, como escritor e como pai. Necessário é ressaltar que o discurso não separa as vozes de um de outro: ora falaria *Borgenicht-pai* e isto seria revelado e

vice-versa, por exemplo. Isto é, não podemos estabelecer a correspondência exata entre o enunciador e um sujeito empírico.

Prosseguindo, ao chamar o bebê de “a maior maravilha tecnológica do planeta”, o enunciador faz uma espécie de jogo de palavras através do qual liga à tecnologia moderna, responsável por tantas inovações científicas e tecnológicas, o ser humano; um organismo tão complexo que, mesmo após diversas tentativas reais científicas de “imitá-lo”, seja por clonagem ou pela criação de andróides, como vimos no segundo capítulo dessa pesquisa, não se sabe ainda de algum resultado inteiramente satisfatório, nesse sentido, em nenhum laboratório no mundo inteiro.

Assim, o ser humano continua sendo “a máquina” mais complexa já “inventada”, a qual o somatório de conhecimentos humanos, até onde sabemos, não conseguiu reproduzir com total perfeição, a não ser pelo método *natural* (isto é, a concepção como resultado da relação sexual entre um homem e uma mulher) ou através da fertilização *in vitro*.

Até mesmo o uso da palavra “maravilha” contribui com mais de uma forma para a construção de sentido desse enunciado, pois se por um lado *maravilha* é sempre empregada com a intenção de expressar o sentimento *admiração*, *fascínio* por algo; por outro lado, carrega também o sentido de “invenção”, de “descoberta” (“maravilha da Medicina”, “maravilha da ciência”, etc.), isto é, da coisa em si (e não do sentimento, apenas), que passa a existir e que traz o sentimento de admiração, de fascínio.

Do mesmo modo, quando o enunciador apregoa que o bebê “não vinha” com manual de instrução, sabemos tratar-se de uma referência ao próprio livro. “No passado”, seria impossível resolver o problema do co-enunciador, pois o bebê “não vinha” com manual de instruções, mas o “agora” enunciado marca um outro tempo, um tempo em que isto é um problema a menos, pois no tempo que é “agora”, o manual existe e pode ser consultado. Com esse marcador, o enunciador diferencia esse manual de todos os outros livros de puericultura existentes antes dele: ele é algo diferente, algo que não existia antes: um “manual de instruções” do bebê.

Contudo, o enunciador não está dizendo que os bebês, a partir dali, nascerão juntamente com um exemplar como esse, ou com um efetivo manual de instruções, mas sim que esse livro que o leitor tem em mãos poderá fazer as vezes desse produto que “falta”, quando o bebê nasce. Isto é, trata-se de uma estratégia para chamar a atenção sobre o discurso, para valorizá-lo, para mostrar que esses enunciados são exatamente aquilo de que os interlocutores necessitam.

Dessa maneira, o enunciador tem uma idéia de quem seja seu co-enunciador, isto é, constrói um simulacro (MAINGUENEAU, 2005) dele (um indivíduo que necessita desesperadamente aprender mesmo o básico para lidar com seu bebê), e a partir desse simulacro que construiu, elabora seu discurso com vistas a atrair sua atenção: um manual que desvenda o “funcionamento” do bebê, para ser consultado mediante qualquer situação-problema.

Um efeito do discurso, que torna o bebê, fruto da conjunção mais exclusivamente humana (não estamos considerando para esse artigo a complexa discussão de bebês concebidos *in vitro*), em um produto *high-tech*³⁷, é o humor: o enunciador considera o livro “bem-humorado”, segundo sua contracapa. O humor seria fruto de um deslocamento do gênero “manual de puericultura” para o gênero “manual de instruções” e do exagero no caráter da inexperiência daquelas pessoas que lidam pela primeira vez com o “produto” bebê; “brincadeira”³⁸ que é anunciada já na contra capa do livro: “Finalmente! Um manual para principiantes sobre o ‘funcionamento’ dos bebês!” (BORGENICHT, 2005), e baseia-se nas práticas dos responsáveis pelos cuidados com os bebês, comparando a dificuldade de compreender as necessidades de um recém-nascido às dificuldades em operar um produto recém-adquirido, como já dissemos, e que, por isso mesmo, vem acompanhada de um livro que explica seu funcionamento: o manual de instruções. Essa característica do manual ao considerar-se bem-humorado também é reveladora de uma característica de sua constituição: a preocupação do enunciador de “fazer rir”, além de ensinar, descontrair os responsáveis pelo bebê, possivelmente tensos, apreensivos.

Ao iniciar a leitura desse manual, o interlocutor pode interpretá-lo como um livro de puericultura (que corresponderia a sua cena genérica), mas também está diante de um manual de instruções (sob o qual se “disfarça” o manual de puericultura, obedecendo às características tradicionais de apresentação desse gênero). Pode-se pensar ainda que este interlocutor considere o livro bem-humorado, mas não o leve a sério, isto é, não o considere um manual de puericultura. Então ele estará diante também de um livro para fazer rir (um livro de humor que satirize a paternidade, talvez). De formas diferentes, uma cena se sobrepõe à outra.

Chegamos, assim, a um diálogo desse manual com outros discursos da rede, com as publicações que tratam da criança, com os “manuais para *dummies*” e também com os vários livros que assumem o gênero manual de instruções, e intitulam-se *Manual do proprietário* (por

³⁷ *High Technology*, isto é, Alta Tecnologia.

³⁸ Nem todos os indivíduos que leiam o livro o considerarão uma “brincadeira bem-humorada”. No máximo, brincadeiras de “mau-gosto”.

exemplo, os livros *Vagina: manual da proprietária*, *Coração: manual do proprietário*, *Cachorro: manual do proprietário*, *Carreira: manual do proprietário*, etc.). Surgidos atualmente, também possuem a característica de “tecnologizar” órgãos humanos, seres vivos, profissões e/ou posições sociais, etc.

Vemos assim, o diálogo deste com outros discursos, e é graças a essas muitas vezes que um discurso com essas características pode emergir.

À semelhança de um manual de instruções típico, esse manual também se refere ao seu interlocutor por “você”: “Com a ajuda de um bom manual, *you* consegue programar equipamentos eletroeletrônicos e instalar softwares”. Esse é um tratamento típico da forma de enunciar no gênero manual de instruções³⁹, no qual informações são passadas para qualquer pessoa que o leia, sugerindo uma interpelação direta, de proximidade, sem formalidades e, ao mesmo tempo, sem designar precisamente os contornos da figura do co-enunciador.

Apesar de afirmarmos que o “você”, impessoal, não designa um co-enunciador específico, não podemos desprezar, contudo, a observação de que, num contexto social como é o ocidental, no qual, na maioria dos países, para as mulheres que trabalham, existe uma licença-maternidade, mas a mesma não existe ou não se estende tanto para os pais, já se espera que a mulher cuide do bebê. Isto é, compreende-se, dessa prática, que a mãe é tida como muito mais necessária para os primeiros cuidados com a criança do que qualquer outra pessoa, inclusive o pai. De fato, é a mulher quem gera o bebê e é ela que, caso seja necessário, terá de submeter-se a uma cirurgia para que o bebê nasça (precisando assim, de um tempo para sua total recuperação). Da mesma forma, será ela a responsável pela amamentação do bebê, caso decida por amamentá-lo e/ou possa fazer. E uma vez que o processo de amamentação de um recém-nascido é uma tarefa a ser executada de duas em duas horas, em média, para um recém-nato, isso demanda tempo disponível da mãe, e impede que ambos, mãe e bebê, afastem-se por muito tempo. Assim, o pai, não podendo acompanhar sua mulher em seu puerpério⁴⁰, como se nada houvesse acontecido, poderia continuar trabalhando normalmente, deixando tudo o que fosse relativo o bebê, a encargo de sua mãe.

Há exceções, como casos em que os pais não trabalham fora, ou trabalham apenas alguns dias da semana, ou o caso em que as leis de determinados países garantem aos pais uma maior

³⁹ Comentaremos mais a respeito ao longo da análise.

⁴⁰ Período que abrange o mês seguinte ao nascimento da criança. Também conhecido popularmente como “resguardo”.

licença-paternidade. Eles, dessa forma, poderiam estar mais presentes para auxiliar suas mulheres. No entanto, a maioria dos pais ocidentais trabalha fora e durante grande parte da semana, independentemente de a mãe fazê-lo também ou não, estando excluídos, de certo modo, desse momento da vida da mulher e da criança.

Assim, esse conjunto de práticas culmina num tipo de literatura mais voltada para o público feminino (pois da mulher é esperado que se interesse mais e que tenha mais tempo e/ou motivos para ler), desde o nascimento dessa literatura (através dos manuais de civilidade, como mencionado no capítulo primeiro) até nossos dias.

5.3.3. O sumário

Quanto ao aspecto formal, no sumário desse livro estão segmentadas e subdivididas todas as suas partes, e cada parte anuncia um capítulo, sendo definida em função do tema geral a que se refere e sob o qual se intitula. Suas subdivisões são as variações de assunto dentro de cada tema e capítulo.

Assim, temos que o primeiro capítulo fala do planejamento da casa onde o bebê viverá e dos objetos necessários a sua satisfatória convivência, o segundo capítulo diz respeito às formas de interação com o bebê, o terceiro capítulo discorre sobre a alimentação do bebê, o quarto capítulo atenta para os cuidados com a higiene, o quinto capítulo versa sobre seu desenvolvimento e crescimento, e o sexto e último capítulo fala sobre questões de segurança e alterações patológicas no seu organismo, sendo seguido esse capítulo por um apêndice, no qual se encontram tabelas de controle de sono e de funções urinárias/intestinais do bebê, por um índice remissivo, e por um “certificado do proprietário”.

Da mesma forma que a um artigo comercializado, os enunciados que indicam cada uma das seções apresentam-se sob um léxico que tanto serviria aos bebês quanto a objetos, a artigos de compra e venda, e, por vezes, apenas aludem a esses últimos. Isto é, houve um cuidado em escolher palavras que servissem tanto a humanos quanto a máquinas, cujas propriedades pudessem ser análogas entre estes.

Por exemplo: “*Parabéns, você ganhou seu bebê!*” – O verbo “*ganhar*”, nesse caso, tanto poderia aplicar-se a receber um presente de alguém, nesse caso o bebê-objeto, como também ao uso corriqueiro “*ganhar o neném*”, ou seja, dar à luz um bebê. A possibilidade de significados, dessa e de outras palavras e expressões, ajuda na atualização do gênero, na criação de uma cena enunciativa em que existe a possibilidade de esse bebê ter sido “adquirido” possa ser encenada, e, da mesma forma que, no tempo cronológico atual, basicamente qualquer objeto adquirido viria acompanhado de um manual de instruções, assim seria também com o bebê. Observamos também que o gênero manual de instruções serve prontamente a essa atualização, pois também nesse gênero é habitual a congratulação pela aquisição do produto.

Isto é, apontamos que algumas palavras podem ser utilizadas tanto para seres humanos como para máquinas, e o resultado, muitas vezes, é a inauguração e produção de efeitos de sentido. Por exemplo, falar sobre o “funcionamento”, o “manuseio”, a “operação” tanto para um bebê como para uma máquina de café. Por último, o corpo humano é, não poucas vezes, denominado como “a máquina mais perfeita” ou adjetivações semelhantes, e várias foram as investidas científicas da Robótica e da Genética, tanto ficcionais quanto reais, no sentido de tentar criar *cyborgs* ou clones, com o objetivo de forjar inventos que funcionassem tal e qual o corpo humano, e/ou possuíssem um sistema lingüístico capaz de reproduzir a linguagem e/ou o raciocínio humanos, logo, esses sentidos existem, circulam e se fixam em nosso imaginário, o que permite que sejam ativados, mesmo que em tom de “brincadeira”, na corroboração de uma cenografia como essa.

| | |
|--------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO 1: | |
| PREPARAÇÃO DA CASA E INSTALAÇÃO..... | 20 |
| Configuração do quarto do bebê..... | 23 |
| O berço..... | 23 |
| O trocador..... | 24 |
| Outros objetos do quarto..... | 25 |
| Acessórios essenciais do bebê..... | 28 |
| Suportes..... | 30 |
| Carrinhos..... | 31 |
| Assentos para automóvel..... | 34 |
| Instalação do assento..... | 35 |
| Conheça bem o prestador de serviços do bebê..... | 36 |

No enunciado “Preparação da casa e instalação” temos novo exemplo de uma palavra, o substantivo “instalação”, que tanto pode ser usada para um eletrodoméstico que precise ser preparado para estar em condições de uso (como nas próximas linhas do texto, “instalação do assento”, referindo-se ao assento de carro para bebês); como pode ser usada com o significado de preparar uma acomodação. Essa palavra, pela possibilidade de se aplicar a objetos eletroeletrônicos e a seres humanos, simultaneamente, diminui a estranheza do tratamento reificador dispensado ao bebê, ao mesmo tempo em que está lá, contribuindo para essa segunda significação.

Esse manual dos Borgenicht não abandona os enunciados isentos de qualquer traço de emotividade em nenhuma situação, ainda que algumas delas pudessem ser consideradas bastante delicadas, revelando certa irreverência que, como apontamos na seção anterior, segundo o enunciador, é uma tentativa de fazer humor (na contra capa: “Sejam quais forem as suas preocupações, você vai encontrar as respostas nesse livro *curioso e bem-humorado* [...]”, grifo nosso).

Como exemplos: 1) para orientar quanto ao organismo do bebê e situações cotidianas:

o sistema sonoro do bebê é composto de dois pulmões, das cordas vocais e da boca. Ele usa esses dispositivos para comunicar-se (BORGENICHT, 2002, p. 48).

2) quando trata de assuntos delicados, como a depressão pós-parto, em que diz tão-somente:

se [...] você não se sentir ligada [...] ao bebê após três ou quatro semanas de convivência, sugerimos que discuta a questão com o prestador de serviços da criança (BORGENICHT, 2002, p. 40).

3) quando aponta a possibilidade de doenças ou deficiências que o recém-nascido possa apresentar:



Antes de iniciar a leitura desse manual, queira verificar cuidadosamente seu modelo e certificar-se de que todas as peças estão em ordem. Se alguma delas estiver em falta ou apresentar qualquer tipo de avaria, recomenda-se consultar imediatamente o serviço de assistência técnica ao bebê (BORGENICHT, 2002, p. 12)

Todos os bebês vêm normalmente equipados com as peças e capacidades apresentadas abaixo. Caso seu modelo não tenha uma ou mais das funções aqui descritas, entre em contato imediato com o serviço de assistência técnica do bebê” (p.16) e “Verifique cuidadosamente seu modelo. Caso falte alguma peça, avise de imediato o serviço de assistência técnica (BORGENICHT, 2002, p. 19).

À semelhança de um manual de instruções que tratasse de um objeto eletro-eletrônico qualquer, como um vídeo-cassete, por exemplo, observamos nesse manual, a ausência de marcas que configurem emotividade, sentimentalismo, ao tratar do bebê. Este que usualmente é a figura cuja existência na literatura, na propaganda, na mídia televisiva, aparece sempre relacionada ao carinho, à ternura, à emotividade, nos dias atuais, é no *Bebê: manual do proprietário* apresentado como se fora uma máquina, atualizando, de certo modo, seus sentidos discursivos.

Podemos afirmar que tal uso da linguagem, tecnicista e desprovida de emoção, ocorre como um traço necessário à caracterização desse manual de puericultura como um manual de instruções, pois essa ausência de emoção e pretensa objetividade nas instruções e explicações são os traços mais marcantes a definirem esse gênero.

| | |
|----------------------------------------|----|
| PARABÉNS, VOCÊ GANHOU SEU BEBÊ!..... | 12 |
| O bebê: diagrama e lista de peças..... | 16 |
| A cabeça..... | 16 |
| O corpo..... | 17 |

Aqui a apresentação do bebê é feita nos moldes da apresentação de um produto: geralmente, faz-se uma listagem das peças, com a explicação da serventia de cada uma. A apresentação contará ainda com um diagrama. O bebê também é mostrado sob essa forma, como se vê na imagem que segue:



Figura 16: Ilustração. “Lista de peças do bebê”.

Fonte: BORGENICHT, Louis; _____, Joe. *Bebê: manual do proprietário – Instruções e conselhos para manutenção de problemas e solução permanente*. Trad. M^a Alayde Carvalho. São Paulo: Editora Gente, 2005, p.18,19.

Como um bebê não tem “peças”, para a composição de uma cena em que o bebê fosse reconhecido como um objeto fez-se a separação do corpo do bebê em duas partes, as quais foram “cabeça” e “corpo”.

Esse “bebê-máquina”, não deixa de nos remeter ao mecanicismo de Descartes, para o qual tanto as máquinas quanto o corpo humano (ou qualquer outra obra da natureza) poderiam ser explicados da mesma forma: por peças conectadas entre si, submetidas às leis da mecânica. Assim ele diz: “Não reconheço qualquer diferença entre as máquinas feitas por artífices e os vários corpos que só a natureza é capaz de criar” (DESCARTES apud LANDINI, 1998, p.22).

A linguagem utilizada estabelece paralelos em todos os momentos com os conhecimentos que os indivíduos participantes dessa comunidade discursiva devem ter para operar máquinas e programas. O co-enunciador projetado por esse manual deve preencher uma série de requisitos para compreender a linguagem, as figuras, as analogias estabelecidas nesse manual. Deverá conhecer o uso e linguagem de um manual de instruções, a representação sugerida pelo tipo de desenho que é o pictograma, ser capaz de estabelecer paralelos entre os enunciados desse manual e suas próprias práticas discursivas. Todo esse conhecimento pressuposto encontra-se vinculado ao tempo atual, aos avanços tecnológicos, científicos, idealizados ou realizados (ou ainda, parcialmente realizados).

Um ponto interessante é que algumas informações podem parecer incompletas para o leitor que desconheça as particularidades do bebê. Por exemplo, quando fala das fontanelas (“moleiras”) e do pescoço, as informações são resumidas (não informa detalhadamente sua localização no corpo do bebê e de quem se trata), e o porquê das prescrições ligadas a elas não são explicadas (não evidencia o porquê da proteção e cuidado necessários à fontanela). Trechos como esse evidenciam um pressuposto de que ou o leitor já sabe do que trata a palavra ou tema, ou que poderá obter facilmente de outras fontes (pela relativa facilidade de se obter dados, no contexto da atualidade), tais informações ausentes do texto, e assim, essas não seriam relevantes.

Na subdivisão do capítulo 1, nomeado “Acessórios essenciais do bebê”, o termo “acessórios” tem o sentido de ser uma parte suplementar a se juntar à parte principal, que é o bebê. Decifrar que acessórios são esses parece muito simples, mas, em sua aparente simplicidade, esse processo depende de alguns conhecimentos práticos, como até mesmo o de conhecer o uso

da palavra “acessório”. Quase sempre relacionado a objetos secundários, extras, que podem ser adquiridos com o objetivo de otimizar o funcionamento do objeto-base, é uma prática usual comprarmos acessórios para aperfeiçoar e obter o melhor desempenho de objetos como celulares, computadores etc., mas nem todos os acessórios são vistos como necessários por todos os usuários de um produto, alguns indivíduos, contentando-se até mesmo com o objeto em questão como ele é, substancialmente, e apenas. No entanto, esse título diz que os acessórios em questão serão “essenciais” para o bebê. Podemos imaginar então, mesmo sem tê-la lido, que se tratará de uma seção a enumerar utensílios necessários para se lidar com o bebê. A palavra “acessório”, aqui, leva-nos a cogitar que se está tratando de fraldas, roupinhas, lencinhos, etc. (o que acontece, de fato), pois as necessidades humanas mais básicas são alimentação, descanso e higiene, especialmente nos primeiros anos de vida. Aqui, a palavra “acessório” aparece como um termo técnico usado, por analogia, para definir objetos que ajudam a lidar com o bebê, mas que *não o acompanham* quando de sua “aquisição”.

Os enunciados “Carrinhos”, “Assentos para automóvel”, “Instalação do assento” demonstram uma preocupação do enunciador com a correta utilização, pelo seu co-enunciador, de artigos relacionados principalmente à vida urbana e a certa classe social. Podemos até mesmo aludir ao país de origem de sua publicação, os E.U.A. Afinal, não serão todos os possíveis leitores desse manual a preocuparem-se com a instalação de assentos de automóvel para bebês, pois nem todos os pais ou responsáveis por bebês possuem carros. Isto não significa que somente pessoas que possuam carros podem ler esse manual, mas certamente esse enunciador dirige-se também a elas. Por outro lado, na página em questão, o enunciador começa seus conselhos dizendo: “Para transportar com segurança o bebê, você precisa de um assento especial para automóveis que seja adequado ao tamanho dele” (BORGENICHT, 2005, p. 34). Mas não diz “caso você possua um automóvel”, ou possui algum capítulo do tipo “como transportar o bebê em ônibus, lotações e/ou demais veículos públicos”.

| | |
|----------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO 2: | |
| CUIDADOS | |
| GERAIS..... | 38 |
| Como criar vínculos com o bebê..... | 40 |
| Como segurar o bebê..... | 41 |
| Para erguer o bebê..... | 41 |
| Apoio no peito..... | 42 |
| Apoio no ombro..... | 43 |
| Para passar o bebê a outra pessoa..... | 44 |
| Como segurar o bebê que já engatinha..... | 45 |
| Apoio nos quadris..... | 45 |
| Segure o bebê como um saco de batatas..... | 47 |
| Choro: aprenda a conhecer os sinais sonoros do bebê..... | 48 |
| Como confortar o bebê..... | 50 |
| Enrole o bebê..... | 50 |
| Rolinho rápido..... | 51 |
| Como brincar com o bebê..... | 60 |
| Brincadeiras musicais..... | 60 |
| Brincadeiras que fortalecem os músculos..... | 61 |
| A escolha dos brinquedos..... | 62 |
| Brinquedos para bebês de 1 mês..... | 63 |
| Brinquedos para bebês de 2 a 6 meses..... | 63 |
| Brinquedos para bebês de 7 a 12 meses..... | 65 |

É relevante, também, apontar os verbos utilizados no imperativo (“aprenda”, “conheça”), sugerindo que o conteúdo do livro deve ser obedecido, pois é o discurso especializado voltado para o leigo, a palavra de autoridade, reforçada pelos substantivos (“preparação”, “instalação”, “cuidados”) e pelo chamamento “como criar”, “como brincar”; que também dão à composição a noção de que ela detém o modo correto de efetivar as proposições. Isto nos diz bastante a respeito do enunciador: é esse EU quem detém o conhecimento, quem aconselha, quem deve ser obedecido. Sua posição é a de um especialista, em cujo vasto conhecimento do assunto o co-enunciador deve confiar cegamente. Relembrando Maingueneau, o enunciador, no ato da enunciação, concede a si mesmo um lugar, e também o faz com seu Outro (MAINGUENEAU, 1997, p.32).

Assim, apontamos mais um traço da interlocução nesse manual: o enunciador é o especialista que fala o leigo. Inclusive, reduzindo o conhecimento do co-enunciador até limites não esperados, descartando seu conhecimento a respeito até mesmo do que esse presumivelmente já conheceria. Como exemplo os enunciados: “a chupeta do bebê deve ser instalada na boca” (BORGENICHT, 2005, p. 56), ou “coloque o bico da chupeta na boca do bebê” (BORGENICHT, 2005, p. 57.) Podemos suspeitar que, na presumida faixa etária desse leitores, muito

provavelmente esses não pensariam em oferecer ao bebê a alça da chupeta ao invés do bico, e nem em pôr a chupeta em outra parte do corpo do bebê que não a sua boca, uma vez que a chupeta é um objeto bastante conhecido e de uso já difundido em nossa sociedade.

Isto é, o humor de que fala o enunciador na contracapa fica evidente nesse tratamento dos pais como se fossem absolutamente leigos a respeito do que se refere ao bebê; na herança de manuais para *dummies*, nos quais se procura exacerbar a ignorância do leitor a respeito de determinado assunto, tratando-o como se fosse completamente estúpido.

A cenografia desse discurso constrói-se a partir dessa relação de intertextualidade de que se utiliza o enunciador e que deve ser decifrada pelo co-enunciador, mas que só é possível graças às práticas discursivas pelas quais esse discurso emerge. A escolha imposta pelo discurso do “manual de instruções” como cenografia pretende harmonizar-se com um mundo tecnológico, consumista, em que as dúvidas sobre o manuseio de praticamente qualquer coisa não são mais um mistério, mas resolvidas pela “leitura do manual”. Também dialoga com a idéia de que os pais modernos não recebem mais os “conselhos passados de geração a geração”.

Retomando o que dizíamos sobre o enunciador, é o que detém o saber especializado; o “perito” no “produto” bebê (que não corresponde a um indivíduo empírico, mas a um lugar institucional, como num manual de instruções de fato, no qual não há igualmente um enunciador empírico e se enuncia em nome do fabricante do produto). Este ensina ao seu interlocutor: o sujeito que adquiriu determinado “produto” e está consultando o “manual de instruções” por algum problema surgido durante sua “operacionalização”.

Dessa forma, tal discurso liga-se a co-enunciadores que de algum modo vão se identificar com os pressupostos desse enunciador e consumir seu discurso. Esses co-enunciadores devem reconhecer sentido nos enunciados do manual, isto é, serem capazes de reconhecer intuitivamente de quê se trata o manual, seu gênero, sua cenografia. Atravessado pelo discurso médico, tecnológico, industrial, mercadológico e até mesmo da propaganda, exigindo a interpretação de figuras vindas do *design* gráficos, de quadros, de esquemas e de expressões vocabulares, esse manual pressupõe uma comunidade discursiva que certamente terá diferenças da que existe atrelada ao manual *A vida do bebê*, pois existem vinculadas a contextos sócio-históricos diferentes.

Ao mesmo tempo, é pelo discurso que essa comunidade ganha existência: se existe o discurso, é porque existe quem o enuncie e consuma, e ao mesmo tempo, só existe quem enuncie

e consoma através da enunciação, isto é, porque o discurso foi enunciado – numa relação de imbricação que não permite um antes e um depois; uma causa e consequência, e sim uma simultaneidade e interdependência que evidencia as duas faces, social e textual, do discurso (MAINGUENEAU, 2005, 1997, 2008).

5.3.4. A introdução

A introdução desse livro inicia-se com um pictograma que encena a “chegada do bebê”. Aqui, um recém-nascido está pendurado de ponta-cabeça, por um braço vestido com jaleco no qual há uma pequena cruz vermelha na altura do punho, e cuja mão está enluvada, o que nos remete à medicina. Poderia tratar-se de um médico ou um enfermeiro entregando o bebê ao seu responsável, que, por sua vez, não aparece na cena, mas estaria situado numa direção oposta ao cordão umbilical, que pela disposição de seu ângulo parece ter ainda o bebê preso a ele. Ou seja, trata-se de uma criança comum, nascida em hospital. O pictograma que representa o bebê não possui expressão, nem cor humana, o que, novamente, contribui para uma cena sem quaisquer traços de identificação ou emotividade, como vemos abaixo:



Figura 17: Ilustração. “Parabéns, você ganhou seu bebê!”.

Fonte: BORGENICHT, Louis; _____, Joe. *Bebê: manual do proprietário – Instruções e conselhos para manutenção de problemas e solução permanente*. Trad. M^a Alayde Carvalho. São Paulo: Editora Gente, 2005, p.12.

Na página seguinte:

Congratulações pela chegada de seu novo bebê. Esse modelo é surpreendentemente semelhante a outros que você talvez já possua. Da mesma forma que um microcomputador, por exemplo, o bebê vai precisar de uma fonte de energia para executar suas tarefas e funções, que são bastante complexas. Como ocorre com um aparelho de videocassete, a cabeça do bebê vai exigir limpezas freqüentes para apresentar o melhor desempenho possível. Finalmente, como os automóveis, o bebê poderá expelir odores bem desagradáveis na atmosfera ambiente. Há, porém, uma diferença fundamental: microcomputadores, videocassetes e automóveis são sempre acompanhados de um manual de instruções. O mesmo não ocorre com os recém-nascidos – por isso escrevemos o livro que você agora tem em mãos. O *Bebê – manual do proprietário* é um guia abrangente que ajudará o usuário a obter máximo desempenho e ótimos resultados de seu recém-nascido. (BORGENICHT, 2005, p.13)

No fragmento “Esse modelo é surpreendentemente semelhante a outros que você talvez já possua”, o enunciador poderia estar referindo-se, com a palavra “outros”, a bebês ou a objetos eletro-eletrônicos, os quais presume que seu co-enunciador conhece e possui. Tanto é que o enunciador exemplifica sua afirmativa comparando o bebê a microcomputadores, automóveis e aparelhos de videocassete: “Da mesma forma que um microcomputador, por exemplo [...]”, o que cria certa ambigüidade.

O “você”, o co-enunciador, mais uma vez é referido como o indivíduo que está acostumado a lidar com equipamentos em seu dia-a-dia, operando-os e cuidando de sua manutenção.

Vemos novamente, portanto, que o enunciador recorre a elementos da contemporaneidade para estabelecer paralelos associativos com o bebê e suas necessidades. Sabemos que os bebês e os computadores não precisam do mesmo tipo de *energia*. Contudo o enunciador utiliza essa palavra para ilustrar a forma como acha que se deve cuidar de um bebê, ou seja, fornecer-lhe energia suficiente para que possa “funcionar”, que é, para ele, semelhante à forma como cuidamos de nossos equipamentos domésticos. Tal referência a objetos tecnológicos compõe um quadro cênico marcado pela temporalidade desse texto, por um “agora” que pertence ao momento em que se ganhou o bebê, em pleno século XX/XXI.

Prosseguindo, no trecho abaixo, o co-enunciador, marcado pelo pronome “você”, é definido por caracteres relacionados à *frustração, incompetência, desânimo, desespero*. Não se

dirige a um TU específico, mas a qualquer indivíduo que se inscreva nessa posição. Tais seriam os sentimentos a acometer qualquer que seja responsável pelos cuidados com um bebê:

Se você o tratar adequadamente, o bebê lhe proporcionará muitos anos de amor, devoção e alegria. Mas a compreensão da maneira correta de lidar com ele requer prática, portanto a paciência é fundamental. Durante os próximos meses, você provavelmente se sentirá frustrado, incompetente, desanimado e até mesmo desesperado. Essas emoções são absolutamente normais – e, com o tempo, desaparecerão. Assim, quando menos esperar, a idéia de trocar fraldas e preparar mamadeiras parecerá tão fácil quanto ligar o computador ou ajustar o alarme do rádio-relógio. Nesse dia, que o espera em um futuro próximo, você saberá que aprendeu verdadeiramente a arte de ser o proprietário de um bebê. Boa sorte – e aproveite seu novo bebê! (BORGENICHT, 2005, p. 14)

O enunciador afirma que esses sentimentos são *normais*, e que *desaparecerão* com o passar do tempo. Assim, o co-enunciador está também ligado ao tempo, que não é o Agora, mas um outro tempo discursivo, futuro, no qual assumirá outras características, já terá aprendido a lidar com as necessidades do recém-nascido, e passará a achar tal lida *tão fácil quanto ligar o computador ou ajustar o alarme do rádio-relógio*.

De acordo com o enunciador, seu interlocutor está acostumado com a tecnologia, com o uso de aparelhos eletro-eletrônicos, que possuem programação, como rádios-relógios e microcomputadores, e acha sua operação algo “fácil”. Esse é seu espaço de atuação, que será transferido ao bebê: também aprenderá a “operar os mecanismos” do bebê e o achará igualmente fácil. Promete também que essa prática levará algum tempo, mas que surgirá quando o co-enunciador “menos esperar”, isto é, sem previsões exatas, mas com acontecimento certo.

O enunciador é aquele que tenta amenizar a aflição de seu Outro, é aquele que mostra que a maternidade/paternidade não é feliz e perfeita todo o tempo, mas que sentimentos controversos podem acometer o responsável pelo bebê. Encontramos aqui um embate entre dois discursos: um mais tradicional e muitas vezes utilizado em campanhas publicitárias que mostram apenas “o lado bom”, a felicidade de se ter um bebê, e outro mais atual, que admite a existência de emoções não usuais (ao menos explicitamente), e que já se faz presente em vários livros que versam sobre os cuidados com os bebês, atualmente. Como exemplos, o campeão de vendas da enfermeira inglesa Tracy Hogg, *A encantadora de bebês resolve todos os seus problemas* (2006). Também *E agora? O bebê nasceu!*, de Natascha Müller (2008), no qual a autora, com a autoridade conferida por sua condição de mãe, expõe exatamente sua dificuldade para lidar com essas emoções “estranhas”, segundo suas próprias palavras, que sentiu quando nasceu seu primeiro filho, o que muitas vezes

fazia-a sentir-se um “monstro estranho”, diferente de todas as mães de que lera, vira ou ouvira falar até então.

O enunciador é quem aconselha, quem mostra a solução para o problema: “[...] Mas a compreensão da maneira correta de lidar com ele requer prática, portanto a paciência é fundamental.”

De acordo com o trecho: “Se você o tratar adequadamente, o bebê lhe proporcionará muitos anos de amor, devoção e alegria”, encontramos a proposta do enunciador, que supõe ser o responsável pelo bebê, o responsável também pela base comportamental do bebê, que, no futuro, será o reflexo do que esse viveu em sua infância: o ser humano que proporciona amor, devoção, alegrias é aquele que foi tratado adequadamente na infância. Apesar de tocar no assunto, contudo, o enunciador não se ocupa de ensinar seu co-enunciador esse “adequadamente”, isto é, a “melhor maneira” ou o “modo correto” como o bebê deve ser criado. Seu foco de atenção é a saúde do bebê, a manutenção de suas funções vitais em perfeito funcionamento, criando uma ambientação de aparente neutralidade. Dizemos “aparente” porque, acreditando numa concepção dialógica do discurso, acreditamos que mesmo essa atitude já reflete a interdiscursividade e uma tomada de posição, que é justamente a de “parecer neutro”, de negar esta ou aquela definição de criação como a correta.

Não é necessário ler o manual inteiro, do início ao fim. Para facilitar a consulta, esse guia foi dividido em sete capítulos. Se você tiver uma pergunta a fazer ou um problema a resolver, bastará recorrer a algum deles (BORGENICHT, 2005, p.13)

Através do trecho acima, o enunciador do manual explicita ao seu co-enunciador que não espera que esse leia todo o livro, o que seria desnecessário. Ele explica que, por esse motivo, o manual foi dividido em sete seções temáticas, que podem ser consultadas de acordo com a necessidade de seu co-enunciador. Aqui, não se espera que o interlocutor tenha tempo livre suficiente para fazer uma leitura detalhada do manual, pois isto “dificultaria” sua vida. Ao contrário, o enunciador defende que a divisão dos capítulos, como essa se encontra, é um ponto positivo, um “facilitador” para seu leitor. O responsável pelo bebê, assim, deve ter sobre ele, apenas conhecimentos que sejam necessários, ou sobre os quais tenha eventual curiosidade. Não se espera também que esses pais tenham feito algum curso ou iniciação nas práticas de puericultura. Nem mesmo menciona-se a terminologia “puericultura” em todo o livro. O “não” do

fragmento “Não é necessário ler o manual inteiro [...]” evidencia o reconhecimento de que existe a prática de se ler todo o conteúdo, existe o pensamento de que se deve ser “puericultorizado”, de que se deve saber todas as informações possíveis a respeito do bebê para que um indivíduo seja capaz de cuidar perfeitamente desse, e tal enunciador nega isto, afirmando que basta saber aquilo sobre o qual existem dúvidas, e no momento em que surja tal dúvida.

Outra observação é a de que no BMP, o enunciador não supõe a existência de uma determinada constituição familiar. A família nuclear é um construto social de base fortemente religiosa: os cristãos a consideram a primeira instituição entre Deus e os homens. Isto é, qualquer pessoa poderia ser a pessoa responsável por cuidar do bebê, e não necessariamente seu pai e sua mãe biológicos. Assim, o manual dirige-se a qualquer pessoa, pelo menos até seu capítulo sobre amamentação, pois nele, a única pessoa indicada pelo livro a amamentar é, justificada pela condição biológica, a própria mãe. Tal capítulo é também o único no qual se fala diretamente aos pais. Como segue⁴¹:

Os mamilos do pai não são compatíveis com o sistema de entrada de alimento do bebê. Se você for um pai, recomendamos que leia atentamente as informações aqui contidas e depois transfira esse manual para a mãe da criança. (BORGENICHT, 2005, p.74)

Cabe ressaltar, contudo, que essa parte do livro refere-se às crianças “que serão amamentadas” (isto é, alimentadas através do seio materno), e não a todas as crianças. Isto porque o enunciador deixa aos responsáveis pelo bebê a escolha entre leite materno e leite artificial, indicando os prós e contras de ambos. Assim, aqueles que, por qualquer motivo, decidiram alimentar a criança com leite artificial são orientados a pular essa parte do livro (BORGENICHT, 2005, p.72 e 73). É bom dizer também que, ao salientarmos que o leitor “é orientado a pular esta parte do livro”, o fazemos em oposição ao livro do Dr. De Lamare, no qual a leitora é estimulada a amamentar e jamais é aconselhada a pular qualquer parte do livro, que deve, segundo seu enunciador, ser lido na íntegra.

⁴¹ Optamos pela posição em destaque, quanto aos excertos textuais que fazem parte de nosso *corpus*. Desta forma, mesmo nos casos em que as citações sejam menores do que três linhas (situação na qual as normas da ABNT atual sugeririam que viessem no corpo do texto), tais citações serão assim apresentadas.

Após isso, retomamos o fragmento da citação acima “Se você for um pai..[...]”, do qual compreendemos que o enunciador, mais uma vez traz a possibilidade de que qualquer pessoa se aventure pela leitura de seus enunciados. Ele não está dirigindo-se a ninguém em especial até aí e prevê, por isso mesmo, a possibilidade de um pai (isto é, um homem) ler aquele trecho do livro e tentar aplicar-se à sua prática, quando essa atividade específica só poderá ser realizada pela própria *mãe* do bebê (biológica ou não⁴²). Esse leitor, contudo, é aconselhado a não deixar de fazer a leitura: “recomendamos que leia atentamente as informações aqui contidas”.

Atualmente, já não é uma prática comum a contratação de uma nutriz (ama-de-leite), pelos responsáveis pelo bebê – já que isso fere os princípios higiênicos que tiveram ampla aceitação no mundo ocidental. Por isso, a referência do manual à mãe do bebê como a única pessoa capaz de amamentá-lo.

Também, quanto ao uso de bancos de leite, devido a esse alimento, apesar de obtido por via humana, ser consumido pelo bebê artificialmente (através da mamadeira ou sonda), qualquer pessoa poderia lhe servir, não havendo a necessidade de dirigir o discurso a um co-enunciador que tenha um sexo específico, ou uma relação específica com o bebê, além da de responsável por ele (falar diretamente às mães ou aos pais, por exemplo)⁴³.

Traçando um panorama de tudo o que dissemos até aqui, com relação ao BMP, podemos dizer que, esse discurso estabelece uma *desnaturalização* de práticas e sentidos, considerados naturais, instintivos (mas que, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, também são considerados por algumas correntes de pensamento, como construtos culturais). A infância e o cuidado com ela, são alguns desses construtos. Não estamos afirmando que o “instinto maternal” ou o amor pelas crianças sejam, tão somente, frutos de conquistas culturais. Mas sim que a noção da infância prolongada (muito além do desmame) que temos atualmente; o carinho, o cuidado especiais, por toda a sociedade (não somente as mães e amas-de-leite, mas todos os demais), isso faz parte de um longo processo instituído através dos tempos.

Tal e qual o HQ de Neil Gaiman, *Babycakes*, apresentado anteriormente, no segundo capítulo desse trabalho, o BMP incorre numa simplificação do bebê, tornando-o uma espécie de propriedade dos pais. Ninguém pode ser “usuário” do bebê, mas enquanto ainda é tão

⁴² Atualmente existem organizações, clínicas e grupos de apoio que ensinam técnicas de relactação (também chamada de lactação induzida) às mulheres que queiram amamentar e, no entanto, não o consigam espontaneamente. Um exemplo são as Amigas do Peito, e a Clínica Interdisciplinar de Apoio à Amamentação.

⁴³ Comumente, o leite arrecadado em bancos de leite é reservado para as crianças prematuras. Os bancos de leite também têm a função de apoiar o aleitamento materno.

dependente, um bebê, de certo modo, “pertence” aos pais. Ao metaforizar a existência (o “funcionamento”) do bebê, como uma máquina, este enunciador acaba por considerar o bebê como um ser humano de segunda classe, ou algo diferente do “ser humano” (como se os pais do bebê falado no manual não tivessem sido também bebês um dia).

Um manual com tal cenografia, que “finge” que um bebê é uma máquina, só poderia existir numa sociedade em que, em suas práticas, há referência constante à tecnologia, e na qual essa tecnologia está ligada ao humano. Isto é: existem condições, práticas discursivas, que harmonizam com essa cenografia para que surja um “manual de instruções” como esse. Existe uma sociedade de consumo construída na cena de fala da qual esse texto pretende originar-se: essa cenografia recorre a elementos de uma sociedade de consumo, de compra e venda de produtos, e também evoca a aproximação entre o humano e o tecnológico para estruturar sua existência.

Como diz Possenti (2008): “Não se pode falar de cena administrativa, publicitária, religiosa, literária, etc. para qualquer sociedade ou para qualquer época [...]”. De acordo com Maingueneau (2008), a escolha da cenografia não se dá ao acaso ou a partir de uma cena enunciativa já pronta. De algum modo, o discurso impõe a cenografia desde o início, mas também é através da enunciação mesma que ele legitima a cenografia que impõe, fazendo seus interlocutores aceitarem o lugar que lhes é atribuído na cenografia e no universo de sentido em que ela está inserida.

Ao seu próprio enunciador, esse manual se configura como uma resposta aos que lamentavam o fato de que “os bebês infelizmente não viessem com manual de instrução”, como visto no segundo capítulo dessa pesquisa, nas roupinhas para bebês, encontradas em diferentes lugares, nos vários sites de internet, e inclusive nas páginas de um livro sobre maternidade (MÜLLER, 2008).

Em relação aos responsáveis pelo bebê, o que é considerado mais relevante, pelo enunciador, é a aprendizagem de como mantê-lo em pleno “funcionamento”. Não existe no livro nenhum enunciado ou figura que dirija os pais a essa ou àquela religião, a essa ou àquela forma de educar o bebê. Esse apagamento de uma posição discursiva religiosa é significativo, pois juntamente com a ausência de traços de emotividade, coopera para uma percepção diversificada do bebê. O objetivo do livro é estritamente o de que os pais consigam realizar tarefas cotidianas que garantam a sobrevivência e saúde física do bebê, como trocar suas fraldas, alimentá-lo,

escolher os acessórios mais adequados a sua rotina com a família, reconhecer sintomas de doenças, etc.

No próximo item, sintetizaremos nossas principais reflexões, a partir dessa análise.

5.4. As considerações parciais

Seguimos a proposta da Semântica Global de Maingueneau (2005), que pode ser definida como a tentativa de chegar ao sentido discursivo através da consideração de todos os elementos envolvidos na construção do sentido.

Os enunciados têm seu sentido a partir da grade semântica através da qual eles são entendidos, através do sentido que a grade semântica de cada um dá a eles. A construção do sentido conta ainda com um sistema de restrições, isto é, o que se podia e o que não se podia dizer num manual como o AVB, o que se podia e o que não se podia dizer num manual como o BMP.

Segundo o conhecimento que temos das formações discursivas (MAINGUENEAU, 2005; 2008) o surgimento dos discursos está vinculado a uma comunidade discursiva e ao conjunto de suas práticas. Logo, tanto o enunciador dos manuais, quanto seu co-enunciador, simulacro idealizado pelo enunciador, baseado no que ele intuitivamente conhece de sua própria inserção na tal comunidade discursiva, ambos deverão integrar tais práticas discursivas, ser regulados pelas mesmas regras.

O AVB é o livro de puericultura mais tradicional do país. Seu enunciador é o pediatra puericultor, especialista, conselheiro, autorizado a enunciar por seu conhecimento, pelos vários títulos atribuídos a si e pela experiência, pois “a fala médica não pode vir de qualquer um [...] sua existência como fala médica não são indissociáveis do personagem estatutariamente definido que tem o direito de articulá-la” (MAINGUENEAU, 1997, p.36). Ele trata da saúde, da virtude, da religiosidade, da educação e do comportamento do bebê, à herança dos manuais de civilidade dos quais descende. Seu vocabulário não pertence ao jargão médico, mas é um discurso simplificado

(de vulgarização científica⁴⁴), detalhado e que muitas vezes se repete, pois sendo um discurso destinado a ensinar, tem como característica o uso de uma espécie de circunlóquio didático, ou seja, da repetição de uma idéia para que essa seja assimilada. Ao mesmo tempo, não se dá ao trabalho de explicar vocábulos que julga já pertencentes aos seus co-enunciadores. Esses são as mães, que precisam ser aconselhadas, sob o signo da inaptidão.

Assim, a cena que se institui é didático-moralizante, entre “médico de família” e mãe, a esposa abnegada e obediente, que vive no lar e para o lar, e que é responsável pela educação dos filhos, pelo seu bem-estar físico, psicológico e mesmo espiritual.

Através da análise das duas versões desse livro, uma datando de 1950, e outra datando de 2002, podemos dizer que, em ambos, a cena enunciativa remete a um conjunto de práticas típicas do período de “europeização” brasileira, da modernização do país, da higienização e da moralização da sociedade, da criação de normas para uma família ideal burguesa, em fins do século XVIII e início do século XIX, pelo Estado e pela Igreja. Sua linguagem, seus pressupostos, o papel social atribuído ao co-enunciador, tudo converge para a associação com tais práticas, mesmo na versão atualizada do livro.

Dessa forma, o discurso que se pode encontrar no AVB é formado por um conjunto de regras que definem *o que pode ser ou não dito nele*: é católico, catequista, valoriza a família patriarcal, vê na criança um ente “sagrado”, um “presente de Deus”. Esse conjunto de regras, de valores, é partilhado por todos os que formam tal comunidade discursiva: autor, pais e mães que se identificam com a proposta do livro, médicos e puericultores que se guiam por ele e o recomendam, senhoras que presenteiam seus filhos “grávidos” com ele, e assim por diante.

Por sua vez, o BMP, que se apresenta “simulado” sob o gênero “manual de instruções”, se recorre a essa estrutura, não chega a enganar seu interlocutor, que está ciente disso. O discurso impõe este “disfarce” fazendo sua cena englobante e sua cena genérica passarem para o segundo plano (MAINGUENEAU, 2008, p.78).

Assim, esse manual envolve seu interlocutor em três cenas: a de um discurso médico, a de um manual de puericultura e a de um manual de instruções de um produto, que seria o bebê. O leitor é interpelado como uma espécie de aprendiz ou paciente, como uma mãe ou pai que

⁴⁴ Isto é: a presença de várias frases explicativas a respeito de conhecimentos que o enunciador pressupõe que seu co-enunciador não tem, que não figurariam num discurso científico, no qual enunciador e co-enunciador presumivelmente já partilhariam o mesmo conhecimento.

procura ajuda em um livro instrucional e como consumidor de um produto. O co-enunciador proposto por tal cenografia é o tutor do bebê, correspondendo a qualquer indivíduo empírico na situação de ser responsável pela vida de um bebê. Porém a leitura desse manual vai exigir a satisfação de algumas condições, pois não se pode falar em uma determinada cena enunciativa para qualquer sociedade ou época (MAINGUENEAU, 2008).

As regras que formam o discurso dessa comunidade exigem que seus indivíduos estejam inseridos na sociedade ocidental atual, tecnológica, capitalista e de consumo; que sejam participantes das atividades e saibam usar das tecnologias disponíveis nessa sociedade, independentemente de sua religião e da organização familiar à qual pertençam. Indivíduos que buscam pela solução imediata de problemas, pela praticidade, e que reconheçam nos enunciados desse manual a possibilidade de humor⁴⁵. Ou seja: o texto, as imagens, o livro em si, tudo contribui para formar práticas discursivas.

Na época de lançamento do AVB ele era a única publicação de seu gênero, e provavelmente a totalidade dos envolvidos nesse gênero partilhavam os preceitos cristãos católicos, higienistas, a civilidade, prezavam a família nuclear, características da comunidade discursiva ligada a esse discurso.

Com o passar do tempo, as mudanças vão proporcionando o surgimento de uma nova comunidade discursiva, que produz e é afirmada por um discurso como do BMP. Isto não significa dizer, contudo, que aquela primeira comunidade discursiva acabou: ela continua existindo, produzindo e consumindo discursos. Por outro lado, surge essa nova comunidade que já não aceita mais o modelo anterior, e se reconhece num novo modelo tecnológico, prático, de consumo, não-religioso, imediatista.

Assim, se um manual de puericultura como o BMP existe, é porque é possível que ele exista hoje, é porque há uma série de características em nossa atual conjuntura que faz dele um livro vendável. Seja porque ele tem um custo financeiro mínimo; seja porque sua linguagem é uma linguagem com a qual as pessoas estão habituadas; seja porque as pessoas atualmente procuram por livros que lhes digam o que, como, quando e onde fazer, e a idéia de um manual de instruções carrega em si a noção de um livro lógico, que contém a resposta para todos os

⁴⁵ Deve-se considerar aí as diferenças / semelhanças culturais a respeito do humor, das demonstrações de afeto entre o povo norte-americano e o povo brasileiro, mesmo sob a forte influência que o primeiro exerce sobre este último, o que produziria a sensação de mal-estar provocada em parte do público leitor de *Bebê: manual do proprietário*, como afirmamos na introdução desta dissertação.

problemas, se seguido à risca; seja porque as práticas são explicadas de forma resumida, condizente com a velocidade como o tempo se esgota na vida atual; seja porque a proposta tenta ser bem-humorada; seja porque já existe no imaginário coletivo, algo que clama por um “manual de instruções” do bebê.

Verificamos assim, de acordo com Hall (2003), que podemos caracterizar uma sociedade pelos discursos que ela torna possível e que a tornam possível. A identidade discursiva estaria sempre vinculada às necessidades de seu tempo.

Uma comunidade discursiva tem sua identidade marcada pelos saberes de conhecimento e de crença nos quais seus membros se reconhecem. Desse modo, podemos afirmar que os discursos desses manuais caminham por comunidades discursivas diferentes, que o BMP tem vinculação com formas de ser e com vozes de autoridade diferentes do AVB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução dessa pesquisa apresentamos nossa intenção de compreender as práticas discursivas relacionadas aos manuais de puericultura.

As análises que apresentamos contribuíram para mostrar que os discursos sobre a infância modificaram-se, desvencilhando-se de algumas características mais tradicionais e revelando a possibilidade de uma nova configuração dos papéis discursivos e sociais, e essa percepção também é a percepção da dinâmica da linguagem, do discurso. Isto é, a visibilidade de uma nova comunidade discursiva que dá sustentação ao discurso e que é, ao mesmo tempo, instituída por ele.

Tanto o é que, se o discurso pressupõe tais comunidades, e essas comunidades dão visibilidade ao discurso, pode-se chegar aos traços dessa comunidade através do próprio discurso. Assim, para essa pesquisa, não existindo uma pré-identificação precisa das comunidades discursivas dos discursos analisados, foi partindo do próprio discurso que chamamos a atenção para a existência dessas diferentes comunidades, aos traços de sua existência, mostrando características dos sujeitos do discurso, e suas alteridades; e relacionando esses traços às informações sócio-históricas que citamos.

Esperamos de uma forma mais ampla, ao tematizar essa dinâmica, contribuir com os estudos da AD, ao demonstrar a relevância e a importância de compreender a enunciação como produto e legitimação da própria sociedade. Também creditamos a esse trabalho a tentativa de descrever uma possibilidade de realidade, de relacionamentos, de sentidos que são possíveis no mundo social em que vivemos. Ainda esperamos ter trazido, de certo modo, uma releitura da infância a partir das considerações dos discursos sobre ela.

Ao longo de tais reflexões, apostamos, dessa forma, num primeiro momento, na contextualização sócio-histórica que apontasse as condições envolvidas na manifestação dos primeiros discursos sobre a infância e os cuidados com ela, o que culminaria no surgimento dos manuais de puericultura, entre eles, o AVB.

Em seguida, tratamos dos discursos e práticas contemporâneas que envolviam a figura do bebê e a dos responsáveis por ele; bem como das aproximações discursivas entre o que era característico do ser humano e o que era ligado à tecnologia.

O terceiro movimento foi o da escolha do *corpus* e do aporte teórico a ser utilizado para trabalhar com ele.

A partir daí, em nossas análises, foi relevante mostrar, principalmente, os processos interlocutivos, que nos deixavam “pistas” distintivas a respeito das propriedades dos envolvidos no discurso. Chegamos à associação dos discursos dos manuais a características dos interlocutores e a práticas diferentes. Isto é, apesar de circularem nos mesmos espaços de aquisição (livrarias, *sites* de *internet*) e tempo cronológico, estão condicionados a comunidades discursivas diferentes, não são discursos que pertençam à mesma formação discursiva, ao mesmo sistema de restrições semânticas. Ou seja, a tentativa de definir esses discursos, foi também a tentativa de definir suas alteridades.

Assim, abordando uma prática discursiva de um grupo, investigamos as vozes que a perpassavam, os discursos mantidos e contestados por ela em sua rede de práticas sociais. Através da análise dessas publicações, propusemo-nos a mostrar como se deu a gênese e circulação desses discursos. Isto é, os fatores aí envolvidos, as condições que os tornaram possíveis sócio-historicamente, as comunidades e práticas com os quais se relacionavam, compreendendo-os através da linguagem.

Ao fim dessa pesquisa, esperamos ter alcançado os objetivos propostos, e gostaríamos ainda de fazer algumas observações e reflexões, pensando sobre a caracterização do BMP como um “manual de instruções”, e a ausência, nele, de traços de emotividade ou mesmo de estímulo a ela.

É evidente que nenhum manual jamais substituirá a experiência, a aprendizagem que faz parte apenas da vivência cotidiana entre o bebê e seus responsáveis. Por mais completos que sejam os guias desse gênero, cada bebê tem suas particularidades e cada família terá de aprender a melhor forma de lidar com elas estando sozinha para esta tarefa em pelo menos algum momento.

Contudo, a construção do humor através dos deslocamentos que ali têm lugar, nos fazem refletir se, ao termo de tudo, esse manual é realmente procurado pelos pais, quando precisam, se realmente o levam a sério, ou se o consideram apenas um livro “engraçadinho”, feito para rir. Não há dúvidas de que as instruções que traz são relevantes e podem auxiliar os pais na tarefa de compreender o *modus operandi* dos utensílios, aparelhos relacionados ao dia-a-dia do bebê, na forma mais segura e confortável de atender a suas necessidades físicas. Contudo, a relação entre

pais e filhos é construída através do estabelecimento de laços afetivos, da compreensão da personalidade, elementos ausentes desse manual.

O AVB, por outro lado, está sempre incumbindo o co-enunciador da responsabilidade de criar e manter tais laços com seu bebê. No entanto, está preso a FDs de religiosidade, estruturação familiar, etc., que não agradam a todos os leitores.

Assim, fica para nós, a impressão de uma “lacuna”, de práticas sociais e discursos que não são contemplados nem por um, nem por outro manual, o que certamente convida a futuras reflexões e desafios.

REFERÊNCIAS

- AMEN, D. G. *O Manual de Instruções que Deveria Vir com seu Filho*. São Paulo: Mercuryo, 2005.
- ANDRADE, C. *Saúde do bebê*. Disponível em: <<http://ceciliaandrade.blogspot.com>>. Acesso em: 03 mar. 2009.
- ARIÉS, P. *História social da criança da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BACZKO, B. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 5. p. 283-347
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 7. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- BALLARIN, P. La construcción de un modelo educativo de utilidad doméstica. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Historia de las mujeres en Occidente. El siglo XIX*. Madri: Taurus, 2000 [1994]. P.599-612.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1989.
- BLANK, D. A puericultura hoje: um enfoque baseado em evidências. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, n. 79, Suplemento 1, p. 13-22, maio 2003.
- BONILHA, L. R.; RIVORÊDO, C. R. Puericultura: duas concepções distintas. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v.81, n.1, p. 7-13, jan. 2005.
- BORGENICHT, L; BORGENICHT, J. *Bebê: manual do proprietário: Instruções e conselhos para manutenção de problemas e solução permanente*. Trad. M^a Alayde Carvalho. São Paulo: Ed. Gente, 2005.
- _____; KUHN, B. R. *Crianças: Manual do proprietário*. São Paulo: Ed. Gente, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. São Paulo: Unicamp, 2002.
- BRAUDEL, F. A história das civilizações: o passado explica o presente. In: _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectivas, 1992.
- BRUNNER, D.; STALL, S. *Cachorro: Manual do proprietário*. São Paulo: Ed. Gente, 2006.

BRUNNER, D.; STALL, S. *Gato: Manual do proprietário*. São Paulo: Ed. Gente, 2006.

CASACA. *Arte Reborn*. Disponível em: <<http://cortar-na-casaca.blogspot.com/2008/06/arte-reborn.html>> Acesso em: 04 mar. 2009.

CARVALHO, F. A. C. *O livro negro do açúcar*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CORBIN, A.; PERROT, Michelle. Entre bastidores: el secreto del individuo. La relación íntima o los placeres del intercambio. Gritos y susurros. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *Historia de la vida privada*. Madri: Taurus, 1993. v. 4. p. 419-622.

COROMINAS, J. *Breve diccionario etimológico de la Lengua Castellana*. 3. ed. Madri: Gredos, 1994.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. *Virando séculos: 1890 – 1914*. No tempo das certezas. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

COSTA, J. F. *Ordem médica e Norma familiar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CRESPIN, J. *Puericultura: ciência, arte e amor*. São Paulo: Fundo Editorial BYK, 1992.

DE LAMARE, R. *A vida do bebê*. 7. ed. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1950.

_____. *A vida do bebê*. 41. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

DEMAUSE, L. *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1991.

DESCARTES, R. Les Principes de la Philosophie. In: LANDINI, José Carlos. *Do animal ao humano: uma leitura psicodramática*. São Paulo: Ed. Ágora, 1998.

DONAGATA. *Mãe sem “manual de instruções”*. Disponível em: <<http://www.donagataempontodecruz.com/2009/02/mae-sem-manual-de-instrucoes.html>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBY, G. La vida privada em las familias aristocráticas de la Francia feudal: convivialidad. In: _____; ARIÈS, P. *Historia de la vida privada*. Madri: Taurus, 1993. v. 2. p. 49-95.

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DURAND, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994, v. 1.

ENGE, L. G. H. B. *Novíssimo manual de instruções do seu bebê*. São Paulo: Ed. Corps, 2002.

ESCOLANO, B. Aproximación histórico-pedagógica a las concepciones de la infancia. *Studia Pedagogica – Revista de Ciencias de la Educación*, Salamanca, v. 6, p. 5-16, 1980.

FARGE, A. Familias: el honor y el secreto. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *Historia de la vida privada*. Madri: Taurus, 1993. v.3. p. 581-617.

FOLHA Online. Apresenta informações jornalísticas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u50131.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FOCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GAIMAN, N. Babycakes. In: _____. *Angels & Visitations: A Miscellany*. Minneappolis: DreamHaven Books, 1993.

GARCÍA, E; CARRANZA, E. *El derecho de "menores" como derecho mayor*. Disponível em: <http://www.iin.oea.org/El_derecho_de_menores.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2009.

GIACOBINI, P. *Cão: Manual do proprietário*. São Paulo: Ed. Roca, 2003.

GLOBO Online. Apresenta informações jornalísticas. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/mat/2009/01/09/nasce-menina-britanica-geneticamente-modificada-para-nao-carregar-gene-do-cancer-589661691.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

GUARNIERI, M. V. *Vida: Manual do proprietário*. Um tratado de liderança pessoal. São Paulo: Novo Século, 2006.

GUERRAND, R. Espacios privados. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. *Historia de la vida privada*. Madri: Taurus, 1993. v. 4. p. 330-418.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-133.

HAPPYGUY. *Pérolas da gestão*. Disponível em: <<http://perolasdagestao.blog.pt/1851981/>> em 15 de junho de 2007. Acesso em: 15 mar. 2009.

HARRISON JR., H. *De Pai para Filha: Manual de Instruções para Criar uma Menina*. Trad. Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70, 2004a.

_____. *De pai para filho: manual de instruções para criar um rapaz*. Trad. Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70, 2004b.

HOGG, T; BLAU, M. *A encantadora de bebês resolve todos os seus problemas: sono, alimentação e comportamento do nascimento aos primeiros anos da infância*. São Paulo: Manole, 2006.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. v. 1.

JANSON, H.W. *A História Geral da Arte*. São Paulo: Martins Fontes. 2001

JORDÃO, C. *Filhos com manual de instrução*. Disponível em : <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2042/artigo119729-1.htm>. Acesso em: 15 mar. 2009.

LISTA de discussão A vida ou a morte do bebê? Lista oferecida por F. Carvalho e pela Comunidade Açúcar Mata. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=384488&tid=2521952189323509582&kw=rinaldo+de+lamare+%22a+vida+do+beb%C3%AA%22>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LISTA de discussão Indicação de livro. Lista oferecida por P. Lopes e pela Comunidade Minha Primeira Gravidez. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=6656328&tid=2581164296372789224&kw=rinaldo+de+lamare+%22a+vida+do+beb%C3%AA%22>. Acesso em: 23 abr. 2009.

LISTA de discussão Quem aqui tem “A vida do bebê” do Dr. De Lamare? Lista oferecida por A. Murray e pela Comunidade Pediatria Radical. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=1651309&tid=2597347103931523909&kw=rinaldo+de+lamare+%22a+vida+do+beb%C3%AA%22&na=3&nst=11&nid=1651309-2597347103931523909-2597353971594417641>. Acesso ao site: 23 abr. 2009.

LIVOTTI, C.; TOPP, E. *Vaginas: Manual da proprietária*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1978.

MADONAS. Lisboa: Ed. Lisma, 2006.

MAFFESOLI, M. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n.15, p. 74-81, ago. 2001.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 5. ed. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Análise do Discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. v. 4, n. 6, mar. 2006. Disponível em:

<http://www.revel.inf.br/site2007/pdf/6/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf>

Acesso em: 03 mar 2009.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad. Solange M^a. L. Gallo e M^a. Da Glória de D. V. de Moraes. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

_____. *Pragmática para o discurso literário*. Trad. M^a. Clara Appenzeller e Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio Venício Barbosa, Maria Emília A. Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MAGALHÃES, E.; GIACOMINI, S. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: BARROSO, C. & COSTA, A. (org.). *Mulheres, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983.

MANSON, M. *História do brinquedo e dos jogos: brincar através dos jogos*. Lisboa: Teorema, 2002.

MARCH, R. Geração digital. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 01 fev. 2009. Domingo, Caderno Boa Chance, p. 2-3.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, M. C. (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MAYEUR, F. La educación de las niñas: el modelo laico. In: DUBY, G.; PERROT, M. *Historia de las mujeres en el Occidente*. Madri: Taurus, 2000 [1994]. v. 4. p. 253-270.

MORETTO, G. *Onde vende o manual? Coisas que eu não tinha entendido direito sobre gravidez e maternidade*. São Paulo: Panda Books, 2005.

MOTTA, D. *Poptogramas*. São Paulo: Altamira, 2005.

MÜLLER, N. *E agora? O bebê nasceu!* São Paulo: Novo Século, 2008.

MÜLLER, V. R. *História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *El niño ciudadano y otros niños: concepciones de infancia en una perspectiva histórica y sus relaciones con “el niño” ciudadano de Porto Alegre*. 1996. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 1996.

NARUKAWA, A. C.; MONTISSELI, C. M. *As partes do livro*. São Paulo: Unesp, 2008.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/295>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

NEURATH, O. From Hieroglyphs to Isotypes. In:_____. *Future Books*. v. 3. Adprint: London, 1945. Disponível em: <<http://www.fulltable.com/iso/is03.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

NIZZA DA SILVA, M. B. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981.

NOVAES, H. M. D. *A puericultura em questão*. 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1979.

PADILHA, M. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Anablume, 2001.

PADILLA, I. Em busca do bebê perfeito. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 3, n.9, p. 8–9, 12 mar. 2009.

PECHMAN, R. M. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEQUENO manual instrução de Deus para pais. Campinas: United Press, [200-?].

PIEDRAHITA, M. V. A. *Concepciones e imágenes de la infancia*. Disponível em: <<http://www.utp.edu.co/~humanas/revistas/revistas/rev28/alzate.htm>>. Acesso em: 07 dez. 2008.

PILLA, M. C. B. A. Manuais de Civilidade, Modelos de civilização. *Histórica - Revista de Pós-Graduação em História na PUC/RS*, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 105-134, ago. 2003.

_____. *Manuais de civilidade: veículos de poder e urbanidade*. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Maria%20Cec%C3%ADlia%20Barreto%20Amorim%20Pilla.pdf>> Acesso em: 15 mar 2009.

POSSENTI, S. Observações sobre interdiscurso. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, p. 253-269, jul./dez. 2003.

_____. Um dispositivo teórico e metodológico. In:_____; BARONAS, R. L. (Orgs.) *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do discurso no Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008, p. 201-212.

PUGLIA, M. *Manual de instruções dos homens: Como entender o complicado universo masculino*. São Paulo: Matrix, 2007.

RAINHO, M. C. T. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de civilidade. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 139-52, jan./dez. 1995.

RANGEL, V. L. *Cadê o manual de instruções?*. Disponível em: <<http://meunene.uol.com.br/Edicoes/75/artigo2387-1.asp. Edição 75>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

- ROIZEN, M.; OZ, M. *Você: manual do proprietário*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, B. R. *A emergência da concepção moderna da infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PUC, São Paulo, 1996.
- SAVIOLI, N. *Carreira: Manual do proprietário*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.
- SCHNEIDER, R. P. *A instrução pública no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SÊNECA. *Moral essays*. Trad. BASORE, J. W. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- SHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVEIRA, E. *A cura da raça: Eugenia e Higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2005.
- SONHO de bebês. Apresenta informações a respeito de cuidados com bebês. Disponível em: <<http://sonho-de-bebe.blogspot.com/2009/01/era-um-manual-de-instrues-para-filhos-j.html>>. Acesso em: 15 de março de 2009.
- SOPP, D.; SOPP, K. *Safe Baby Handling Tips*. New York: Running Press, 2005.
- TAS, M. Geração Polvo. *Revista Gloss*, São Paulo, n.18, mar. 2009.
- TEIXEIRA, A. S. RISI, Vera. *Papai: De pai para filho*. Disponível em: <http://guiadobebe.uol.com.br/recemnasc/de_pai_para_filho.htm>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- TELLES, C. Q. *Mulher: Manual do proprietário*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- TISSERON, S. *Manual para pais cujos filhos vêem demasiada televisão*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- TROIANO, C. R. *Mãe com manual de instruções*. Disponível em: <<http://vilamulher.terra.com.br/vilafilhos/materia/criancas/121-mae-com-manual-de-instrucoes.html>>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- VARELA, J. Aproximación genealógica a la moderna percepción social de los niños. *Revista de Educación*, Madri, n. 281, p. 155-191, set./dez. 1986.
- ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. 4. ed. São Paulo: Global, 1985.
- WAJNGARTEN, M. *Coração – Manual do proprietário*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.

YUMI, C. *Ela é “quase” perfeita...* Disponível em:
<http://www.zashi.com.br/zashi_especial/496e.php>. Acesso em: 23 mar 2009.

ANEXO A

CIÊNCIA & SAÚDE

FALE COM A CRIANÇA

IDADE DA FLORESTA AMAZÔNICA

MAS BACTERIAS NAS MÃOS DAS MULHERES

UNIVERSIDADE DA NATURAL DE COIMBRA AO LARGO DA PRIMA E TIMI DE ARTEGA

Do que se trata, de fato, de um teste que detecta a presença de bactérias nas mãos das mulheres que lidam com bebês. O teste é feito com o uso de um líquido que reage com as bactérias presentes nas mãos. O teste é feito com o uso de um líquido que reage com as bactérias presentes nas mãos. O teste é feito com o uso de um líquido que reage com as bactérias presentes nas mãos.

Saúde para o bebê

Muitos pais ficam na dúvida de quais exames seus filhos recém-nascidos devem fazer. O Guia de Saúde mostra que existem três testes que são fundamentais para a saúde da criança. Esses exames detectam precocemente problemas de saúde, doenças oculares e enfermidades que podem causar deficiência mental.

ciência & saúde

RAIOS X

PARA CUIDAR DA SAÚDE DO SEU FILHO

CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA

TESTE DA ORELHINHA

TESTE DO OLHINHO

TESTE DO PEZINHO

DOENÇAS DETECTADAS

6 meses

9 meses

12 meses

15 meses

4-6 anos

10 anos

Este gráfico apresenta o calendário de vacinação da criança, dividido em idades: 0-1 anos, 2-4 anos, 6 meses, 9 meses, 12 meses, 15 meses, 4-6 anos e 10 anos. Cada idade é acompanhada de uma ilustração do bebê e uma lista de vacinas recomendadas. Além disso, há seções para testes de saúde (orelhinha, olhinho, pezinho) e doenças detectadas em cada fase.

Figura 18: Ilustração. “Saúde para o bebê”.

Fonte: ANDRADE, C. *Saúde do bebê*. Disponível em: <<http://ceciliaandrade.blogspot.com>>

Acesso em: 03 mar 2009.

ANEXO B



Figura 19: Ilustração. *The Baby Owner's Starter Kit* (“O Kit inicial do proprietário do bebê”, tradução livre).

Fonte: GOOGLE Livros. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 23 jun 2009.

ANEXO C



Figura 20: Ilustração. *The Baby Owner's Starter Kit* (“O Kit inicial do proprietário do bebê”, tradução livre). O kit aberto e os elementos que o compõem.

Fonte: GOOGLE Livros. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 23 jun 2009.

ANEXO D



Figura 21: Ilustração. As partes que compõem o kit (da esquerda para a direita, e de cima para baixo: tabela de crescimento, pôster instrutivo quanto à troca de fraldas, adesivos para marcar a tabela de crescimento, quadro de tarefas da babá, e ímã decorativo).

Fonte: GOOGLE Livros. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 23 jun 2009.

ANEXO E

Figura 22: Fotografia. Bebê Reborn.

Fonte: BEBÊS encantados. Disponível em: <<http://bebesencantadosreborn.blogspot.com>>.

Acesso em: 23 jun 2009.

ANEXO F

Figura 23: Fotografia. Bebê Reborn.

Fonte: BEBÊS encantados. Disponível em: <<http://bebesencantadosreborn.blogspot.com>>.

Acesso em: 23 jun 2009.

ANEXO G



Figura 24: lustração. *A virgem com menino.*

Fonte: MURILLO, Bartolomé Estebán, 1650. In: DE LAMARE, R. *A vida do bebê*. 41. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p.4.